



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 133

IV Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de abril de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com uma [Interpeleção ao Governo Regional sobre “Educação”](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usando de seguida da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Neste ponto, usaram ainda da palavra os/as Srs./as Deputados/a Judite Parreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Catarina Moniz Furtado (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Nuno Meneses (*PS*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Seguiu-se o debate da [Proposta de Resolução n.º 16/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Mesa da Assembleia.

Usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Berto Messias (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Humberto Melo (*PSD*).

A Proposta de Resolução foi aprovada por maioria.

Sobre o [Projeto de Resolução n.º 137/X – “Estabelece a isenção de encargos com transporte não urgente de doentes”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE, usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), para fazer a respetiva apresentação, e os/a Srs./a Deputados/a Domingos Cunha (*PS*), Luís Maurício (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*).

Submetido à votação o Projeto de Resolução foi rejeitado por maioria.

Por fim foi apresentada a [Petição n.º 32/X – “Elevação da freguesia do Porto Judeu a Vila”](#), apresentada por Olivério de Melo da Rocha, na qualidade de primeiro subscritor.

Após a leitura do relatório pelo Relator da Comissão de Política Geral, Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as António Parreira (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Luís Rendeiro (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 46 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a palavra o Sr. Secretário para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarde Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Nuno Miguel Aguiar de Meneses

Paula Alexandra Pires Silveiro Bettencourt

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Humberto Trindade Borges de Melo

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está presentes 50 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Esta manhã dos nossos trabalhos está reservada ao ponto um da nossa Agenda, conforme ficou deliberado pela Conferência de Líderes. É uma interpelação ao Governo Regional sobre “Educação”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Os tempos para este debate também foram definidos pela Conferência, conforme estipula o artigo 132.º do nosso Regimento, e estão assim distribuídos:

O interpelante, o PS e o Governo dispõem 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O BE, o PCP e o PPM de 10 minutos.

Para iniciar esta interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Falar de Educação é simples: só há desenvolvimento com educação; a educação acrescenta ao crescimento económico; quanto menor a escolaridade mais fraca a relação entre o mundo do trabalho e maior a probabilidade de ser pobre.

A educação permite aos indivíduos serem melhores cidadãos sob todos os pontos de vista: por exemplo, a diferença salarial média entre um trabalhador com o 9.º ano e um trabalhador com o 12.º ano é de cerca de 25%.

No âmbito da OCDE destaca-se um conjunto de países por terem a população pior qualificada. Entre eles, infelizmente, está Portugal, mas dentro de Portugal, os Açores são os piores: temos a maior taxa de analfabetismo; temos a maior taxa de abandono escolar precoce; temos a maior taxa de indivíduos que só concluíram o 7.º ou o 9.º ano de escolaridade (ou seja, que não têm a escolaridade obrigatória); entre as regiões portuguesas os Açores são maus (os piores) naquilo que mais contribui para o nosso desenvolvimento social e crescimento económico.

Mas por que é que os Açores são tão maus onde podiam e deviam ser dos melhores?

Afinal (pergunta-se) de que nos serviu a Autonomia?

Será que fizemos os investimentos certos no setor educação?

Tudo indica que não!

O primeiro rumo socialista para a Educação nos Açores foi dado por aquele que ficará para a história como o betoneiro da educação: Álamo Meneses.

Ao betão juntou a ilusão dos bons resultados, escondendo e fabricando estatísticas que mais ninguém validava, a não ser ele próprio.

O Governo socialista, ufano, aplaudia o que aparentemente era bom, mas, na realidade, era muito mau... mau demais para ser verdade, como agora o provam todas as estatísticas independentes.

Mesmo no betão não renovaram com um critério objetivo e para fazer face às necessidades efetivas de cada ilha ou de cada concelho.

O critério foi meramente eleitoralista, construindo-se mega-escolas em algumas ilhas (que hoje estão vazias e com salas por estrear, nalguns casos) e deixando outras ao abandono, que hoje necessitam de obras urgentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi uma pesada herança, uma herança de 12 anos da governação de Álamo Meneses...

Depois dele, depois de Álamo Meneses, os socialistas já tiveram quatro Secretários da Educação (quatro Secretários!) em 2 mandatos e os resultados continuam a ser maus:

Em 2011, 23% dos jovens açorianos apenas tinham concluído o 2.º ciclo e a taxa de abandono escolar precoce de educação era de 43,8%;

Em 2012/2013, os Açores registaram, em todos os ciclos do ensino básico e no ensino secundário, as taxas de retenção mais elevadas do país – em cada cinco alunos, um não aprovou na 4.ª classe; a retenção no 2.º ciclo atingiu os 17%; no 3.º ciclo e no secundário, em cada quatro alunos, um chumbou.

Podíamos insistir nos números, mas não vamos insistir nos números, porque estamos a tratar de pessoas e de jovens que precisam ser educados.

Curiosamente, depois da primeira “paixão”, em 1995 (a paixão de Guterres pela educação), 20 anos depois, os astros alinharam-se na constelação socialista...

Em Congresso, os socialistas açorianos declararam-se apaixonados pela educação!

Só que a história socialista não é um romance com final feliz. Ao longo de 20 anos, a prática socialista dominante na educação tem sido “cada cabeça sua sentença”.

Depois de Álamo, veio Lina Mendes, sua discípula. Perante os resultados da educação na Região, traçou, neste plenário, o diagnóstico: Para aquela governante (de má memória), o insucesso escolar dos Açores devia-se apenas a uma questão: devia-se ao facto, e cito, de termos “*crianças netas e bisnetas de analfabetos*”, como coisa que isso fosse hereditário!

Saiu Lina Mendes e entrou Cláudia Cardoso que chegou ao ponto de alterar o Estatuto do Aluno para decretar multas aos pais e encarregados de educação...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que não demonstrassem grande apetência em acompanhar o percurso escolar dos seus educandos.

Com Vasco Cordeiro, a Presidente do Governo, eis que surgiu o verdadeiro guru, aquele que iria alterar o rumo da educação e colocar os Açores na senda do sucesso dos resultados educativos.

No entanto, afinal, o professor Fagundes Duarte revelou-se mais especialista em biologia do que em educação: Tínhamos no Governo um especialista em genética que detetou que o insucesso escolar (imagem!) “*está-nos na massa do sangue ou (...) no ADN*”.

Vasco Cordeiro não gostou e, com determinação, chumbou Fagundes Duarte, sacando da cartola o catedrático Avelino Meneses, que, nos pregou, logo à partida, um susto: entrou logo a falar em “pensos rápidos” e julgámos estar perante mais um especialista em saúde...

Porém, Avelino Meneses veio cheio de ideias e inspirado pelo ProConvergência, pelo ProEnergia, pelo ProRural... e para o “ProInsucesso” todo criou o ProSucesso.

Inovador e empreendedor, este Secretário!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O desespero dos números dramáticos da educação regional parece que, 20 anos depois de os socialistas terem assumido as rédeas do poder, e de terem esbanjado milhões em mega-escolas (muitas já com problemas de manutenção graves), fizeram soar campanhas...

Agora, o PS/Açores assumiu a educação como “paixão” e quer (passo a citar Vasco Cordeiro) “*liderar um debate na Região que leve a um acordo alargado com vista a assegurar uma reforma de ensino que dure pelo menos (...) os 12 anos correspondentes ao ensino obrigatório no nosso país*”.

Agora? Só agora? Vinte anos depois (vinte anos depois!) é que vem um líder socialista e Presidente do Governo dizer que quer liderar um debate alargado? Mas liderar o quê, se ao longo dos últimos 20 anos nunca conseguiram ter uma estratégia definida e rejeitaram sempre, mas sempre, consensos com a oposição, especialmente quando andaram a alterar o Estatuto da Carreira Docente e o sistema de avaliação de professores?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E depois, Sr. Presidente do Governo, que não está aqui presente, mas não posso deixar de sugerir e ao Governo que quando se quer fazer acordos não se anunciam lideranças.

Em acordos, em processos de consenso e em pactos de regime há primos inter-pares, não há líderes... E esta é a vossa grande dificuldade: querem consensos, mas também se querem assumir nas lideranças... E isso não é possível consensualizar.

O CDS não está disponível para ajudar a afirmar as necessidades de liderança do PS/Açores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Nem que a gente precisasse do CDS para isso!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Antes de ser acusado de só diagnosticar os males da governação e antes que os socialistas façam a velha pergunta de desculpa habitual: “Quais as propostas da oposição?” – pergunta, aliás, já costumeira, pois o PS responsabiliza sempre os outros, perante os insucessos da sua governação – importa dizer que ninguém encontra desculpas no CDS, porque não temos, nem tivemos, quaisquer responsabilidades governativas na matéria.

O CDS está disponível para inverter o rumo da educação nos Açores, retirando as nossas escolas, os nossos alunos e os nossos professores do topo das tabelas do insucesso e do abandono escolares.

Estamos disponíveis, se o PS quiser aceitar as nossas propostas, para:

- Investir na formação e qualificação do pessoal docente;
- Investir na formação e qualificação do pessoal não docente;
- Disponibilizar aos professores condições dignas de trabalho nas escolas e libertá-los de tarefas burocráticas que lhe atribuíram, para que cumpram, com qualidade, a sua principal missão: ensinar;

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Orador: - Tomar medidas de ação pedagógica de apoio aos alunos, que não sejam passagens administrativas de ano letivo;

- Instituir o respeito pelo professor na sala de aula;

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: - Implementar o regime de empréstimo de manuais escolares a todos os alunos de todos os níveis de ensino (uma proposta do CDS que este Governo nunca cumpriu, apesar de aprovada por unanimidade nesta Casa);

- Dotar os quadros das escolas com profissionais aptos para prestar apoio especial àqueles que necessitam (como terapeutas da fala, psicólogos, educadores de infância) para dar respostas capazes aos alunos com necessidades educativas especiais...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais do que valorizar carreiras docentes, precisamos de docentes valorizados!

Temos mais soluções, temos melhores soluções...

No entanto, não fazemos campanha com estas matérias, ao contrário do PS, que 20 anos depois de definir e implementar as suas políticas educativas, assume-se, de forma eleitoralista, (imaginem só) apaixonado pela educação!

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Conforme define o nosso Regimento tem agora, querendo, a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

No mês passado, na Lagoa, no encerramento de um Congresso, o Presidente do Governo dos Açores, então na qualidade de Presidente do Partido Socialista nos Açores, definiu a educação como uma prioridade por ser ela a base de toda a tipologia de desenvolvimento: na economia, na sociedade e na cultura.

A proclamação da Lagoa superou todas as expetativas.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Isto só visto! (*risos*)

O Orador: A educação jamais deixou de estar na ordem do dia.

De imediato o PSD realizou uma conferência de imprensa sobre matérias educativas identificando também na educação uma prioridade e, no sucesso escolar, o sucesso dos Açores. Diria que uma paixão nova, novíssima, já que em novembro passado, em sede de discussão do Plano para 2016, as prioridades do PSD eram outras: a saúde, o emprego, os transportes e a agricultura.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): O problema é que nem isso resolve o problema da educação escolar!

O Orador: Agora, é a vez do CDS promover uma interpelação parlamentar sobre educação. Ainda bem que assim é, porque a educação carece da cooperação de todos. Pena é entretanto que a oposição desvalorize na educação o potencial de construção do futuro e valorize na educação o acerto de contas com o passado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(*Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo*)

O Orador: Nos Açores a história da Autonomia equivale a uma história de progressos em educação, apesar de nos acharmos um tanto aquém dos objetivos que almejamos. E porquê? Porque partimos do mais baixo dos patamares, fruto de um abandono de décadas, quiçá de séculos, também porque somos vítimas da instabilidade do sistema educativo português que raramente concede a oportunidade de transformação de um bom enunciado teórico numa boa prática pedagógica.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Se para todos nós a educação é uma prioridade aproveitemo-la então para a dignificação da própria democracia, para que a democracia não se transforme no mais previsível dos embustes com o Governo sempre de um lado, com a oposição sempre do outro;...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... com o Governo sempre a relevar todos os progressos, por mais vulgares que eles sejam, com a oposição sempre a renegar todos os progressos, por mais evidentes que eles sejam.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Perante este espetáculo do faz de conta o povo merece mais,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito mais!

Deputado Bruno Belo (PSD): O povo não merece tanto mal!

O Orador: ... merece muito mais, mas simplesmente aquilo a que tem direito: trabalho do Governo com dedicação, vigilância da oposição com seriedade.

As escolas do presente modelam as sociedades do futuro. Por isso a educação é a arma mais decisiva na transformação para melhor da face do mundo, sobretudo na transformação para melhor da face do nosso mundo, muito deficitário de recursos, é certo, muito mais deficitário de qualificações.

De facto, só a locomotiva da educação é verdadeiramente capaz...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que somos a região com menos progresso educacional da Europa!

O Orador: ... de colocar em marcha permanente e regular o progresso da economia e a coesão da sociedade, atributos tradicionais de todas as democracias.

Além da formação de profissionais, eventualmente cientistas, acima de tudo cidadãos, as escolas abrem aos estudantes as melhores oportunidades, contrariando o determinismo socioeconómico propenso à reprodução das desigualdades.

Apesar da redução do analfabetismo, do progresso da feminização e do alargamento da escolaridade obrigatória, nem todos os benefícios da Revolução Portuguesa de 1974, que alteraram a fisionomia dos campos e das cidades e o sentir das gentes chegaram às nossas escolas, que ainda hoje por vezes funcionam como conglomerados de salas de aulas, com quadros pretos, secretárias alinhadas aqui e acolá, desprovidas da melhor capacidade de transformação da maneira de ensinar quando os alunos já introduziram uma profunda alteração no modo de aprender.

A pensar no futuro, jamais no passado, com os atores do sistema educativo, jamais contra os atores do sistema educativo, impõe-se o exercício de uma reflexão sobre a reforma da educação.

Contra a necessária concretização de um tal propósito joga o ritmo vertiginoso da sucessão das alterações legislativas e regulamentares exclusivamente movido por um indispensável embate ideológico, senão mesmo pelo incontido protagonismo dos agentes da política que provocam o descrédito de agentes, que desconfiam do termo reforma, do conceito de reforma e do objetivo de todas as reformas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chumbaram tudo!

O Orador: Quer isto significar que considerando a investigação especializada e a prática internacional contra o improviso,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Improviso?!

O Orador: ... a infundamentação, eventualmente o autoritarismo, que reduzem a confiança no Estado e nas suas instituições urge a construção de um pacto em redor da educação que ponha cobro a tantas mudanças de circunstância que nos últimos 20 anos determinaram em Portugal a alteração, por mais de 20 vezes, do sistema de avaliação.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a urgência?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ao fim de 20 anos é que viram que era urgente!

O Orador: Se o futuro que pretendemos para a educação determina o futuro que pretendemos para o país e para a Região há que colocar o sistema educativo a coberto das investidas das ideologias coletivas e dos preconceitos e das quezílias pessoais, inclusivamente à margem da alternância política,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Alternância política que não existe na Região!

O Orador: ... uma eventualidade democrática a cada quatro anos, se não a menos tempo.

Importa que as mudanças estruturais do sistema educativo, essas, ocorram a espaços mais latos de sensivelmente o dobro do tempo, porque o tempo pedagógico é substancialmente mais longo do que o tempo político.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Na educação, por entre palavras mil, há sempre o risco de perdição, por isso há que destacar o óbvio e o essencial. Antes de mais, dizer que os

estudantes são a nossa única prioridade por serem o centro do sistema educativo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não parece, mas está bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pena é serem as vítimas!

O Orador: ... por serem a razão de ser de tudo o resto.

Além disso, o Governo não pode fazer tudo sozinho.

Os professores são os nossos principais parceiros, porque não há nada, absolutamente nada, que substitua um bom professor.

As famílias são também nossas aliadas.

Claro que há tarefas que no passado as famílias podiam cumprir; claro que há tarefas, eventualmente as mesmas, que no presente as famílias já não podem cumprir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Passaram a ter!

O Orador: Mesmo assim os pais têm um papel insubstituível na educação dos filhos. Se os estudantes são o centro do sistema educativo, há que levantar tenaz oposição aos obstáculos que impedem a sua progressão regular.

Neste capítulo o insucesso escolar é a nossa principal contrariedade.

A tradição veicula a ideia de que o insucesso é um indicador de rigor e de transparência do sistema.

Mais recentemente o alargamento da escolaridade obrigatória terá até motivado o agravamento do fenómeno, talvez mais cingido a certas zonas geográficas, a certos extratos sociais, pese embora todo o esforço de doutrinação em contrário desenvolvido nos últimos 30 anos.

Na Europa é difícil a posição de Portugal, porque não só figura como campeão da retenção, como ainda por cima concentra o fenómeno em idades precoces, frustrando expectativas logo na linha de partida e em extratos socioeconómicos desfavorecidos dificultando a promoção da igualdade.

No combate ao insucesso escolar a retenção é a medida mais cara, a medida menos eficaz. À escala do país presume-se que custe 6.500 € por cabeça num gasto anual de cerca de 600 milhões de euros.

Há entretanto uma solução, já este ano ensaiada nos Açores, no âmbito da implementação do ProSucesso. Trata-se do desvio de tais verbas para a melhoria do sistema de apoio aos alunos e quanto mais cedo melhor para evitar que a dificuldade precoce se converta em dificuldade estrutural.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Perante o insucesso escolar não há lugar à resignação por isso investimos na preparação de um Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar, o ProSucesso – Açores pela Educação, quiçá o mais importante desafio para o futuro das ilhas, porque como se diz, em todas as democracias, para além do pilar do progresso, a educação é o esteio da própria liberdade.

Ontem, a publicação em Diário da República do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar demonstra o acerto da nossa opção tomada por antecipação.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: O objetivo do ProSucesso é simplesmente que todos os alunos obtenham sucesso escolar. O objetivo do ProSucesso passa também pelo cumprimento das metas da Estratégia 2020, ainda demasiado exigentes para os Açores, que obrigam ao decréscimo do abandono escolar precoce, que obrigam à contenção do insucesso escolar.

Mais do que uma intenção o ProSucesso é uma prática, por isso terá resultados necessariamente a prazo, mas certamente consistentes.

No seu Eixo 1, foco na qualidade das aprendizagens dos alunos, entre projetos novos destacamos:

O Professor DA; um grupo de 50 docentes de todas as unidades orgânicas, qualificados no diagnóstico, na resolução de dificuldades de aprendizagem,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Fale lá dos resultados, Sr. Secretário! Se está assim tudo tão bom, por que é que não há resultados?!

O Orador: ... no 1.º ano, do 1.º ciclo, na área da matemática, junto dos professores titulares de turma,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é um mar de rosas!

O Orador: ... dos professores de apoio sob coordenação da Universidade dos Açores.

O “Ler Açores”, uma iniciativa da Rede Regional de Bibliotecas Escolares, em escolas do 1.º Ciclo da Ilha de São Miguel que desenvolvem atividades de leitura em contexto de sala de aula.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está tudo tão bem!...

O Orador: Associados a este projeto surgem ações mais específicas: “Newton gostava de ler”, patenteada pela Universidade de Aveiro, e “Todos juntos podemos ler”.

Para viabilizar este projetos de leitura a Secretaria Regional dotou as escolas do 1.º ciclo com material multibásico no valor de cerca de 12 mil euros.

Para reforço dos projetos de leitura a Secretaria obteve importantes patrocínios empresariais e associativos. Por exemplo da PT, da EDA, Inscó, Fábrica de Chá Gorreana, Fábrica Estrela, Associação Ponto Norte, de câmara municipais (por exemplo, da Lagoa e de Vila Franca).

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é alguma agência de marketing?

O Orador: Entre as iniciativas inovadoras também, o “ousar, intervir e melhorar”, o “Apoio mais – retenção zero”, cujo propósito é que cada aluno, em cada ciclo, permaneça somente o número de anos normal, um projeto que tem experiências piloto em Ponta Garça e em Santa Cruz da Graciosa que beneficia

da coordenação de Ana Maria Bettencourt, ex-Presidente do Conselho Nacional de Educação, Membro do Conselho Científico do ProSucesso.

E o “Fénix Açores”, uma adaptação do “Fénix” nacional às condições específicas das ilhas.

Entre as iniciativas de continuidade, “o crédito horário”, a “EPIS”, “Mediação e Tutoria” e os cursos vocacionais, estes a requererem vigilância já que o propósito da integração no mercado de trabalho não pode colher a absorção de conhecimentos estruturantes.

No Eixo II, “Desenvolvimento Profissional dos Docentes”, sobressai a disponibilização de mais e melhor formação. Nunca houve tanta formação como hoje para os professores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, nada de abusos!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Olhe que não!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isto é um delírio!

O Orador: Enumeremos algumas ações:

- literacia emergente e de competências sociais na educação pré-escolar;
- o programa de formação e aconselhamento pedagógico aos docentes do ensino básico para todos os docentes do 1.º Ciclo, agora também para docentes do 2.º ciclo;
- a identificação e intervenção precoce nas competências numéricas em crianças do 1.º Ciclo, uma experiência piloto em três unidades orgânicas de São Miguel, no 1.º ano de escolaridade, com coordenação da Universidade dos Açores, da Universidade Católica Portuguesa e da Universidade Lusófona;
- a formação em metas curriculares;
- a formação em educação especial;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Presunção e água benta!...

O Orador: - a formação em bibliotecas escolares, aprendizagens e literacias;

- Também o Programa Líderes Inovadores para formação dos dirigentes escolares, sob coordenação do Eng.º Roberto Carneiro, em parceria com a Microsoft, com 40 formandos, todos eles membros dos órgãos executivos das unidades orgânicas de São Miguel que recebem preparação em liderança e eficácia. Uma ação que conta com a colaboração dos empresários; empresários indicados, todos eles, pela Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, que transmitem experiência na otimização de recursos e na motivação de equipas, uma ação que vai culminar ainda com a implementação em 2016/17, em cada unidade orgânica, num plano de melhoria.

E ainda a criação de uma plataforma de recursos educativos digitais abertos, a chamada REDA.

Finalmente, no Eixo III, “Mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais”, estimula-se o envolvimento dos pais no quotidiano escolar.

Entre as principais iniciativas o Programa “Mais Família, Mais Criança”...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais!... Mais!...

O Orador: ... destinado a agregados familiares social e economicamente vulneráveis, uma ação que beneficia da colaboração do ISSA, em demonstração de que o ProSucesso não é um Plano da Secretaria Regional da Educação e Cultura, mas de todo o Governo dos Açores, que é muito mais do que uma justa posição de secretaria.

A campanha mediática do ProSucesso nos meios da Comunicação Social e nas redes sociais para transmissão de uma imagem positiva da escola junto da comunidade educativa e o *site* ProSucesso recentemente lançado.

O êxito do ProSucesso depende da disponibilidade de meios e ei-los.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vinte anos!

O Orador: Primeiro, mais gente. Este ano letivo 2015/2016 ficará indelevelmente marcado pelo decréscimo do número de estudantes em cerca de 1.000, condizente com a evolução de demografia, mas inversamente por um

acréscimo do número de professores, mais 266 a reforçar aquilo que é essencial:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ano eleitoral!

O Orador: ... o pré-escolar, o 1.º Ciclo, a educação especial e as disciplinas estruturantes de português e de matemática.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: De mais apoio sortirá necessariamente melhor trabalho.

Mas dizia que o êxito do ProSucesso depende da disponibilidade de meios e eilos: mais gente primeiro, depois mais condições, com turmas padrão de 20 alunos no pré-escolar, de 23 no básico, 25 no secundário, 20 em caso de necessidades educativas especiais muito inferiores à realidade nacional e com uma média de alunos por turma...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas eles estão à nossa frente!

O Orador: ... de 16.5 no pré-escolar, de 16.7 no 1.º Ciclo, de 19.3 no 2.º Ciclo, de 19.4 no 3.º Ciclo, de 18 no secundário, muitíssimo inferior à realidade nacional.

Nos Açores são deveras excecionais as condições de trabalho no sistema educativo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Vamos ver o que os senhores dizem agora!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas afinal isto está bom! Eu é que estava distraído!

O Orador: Pelo que se vê, no domínio da intervenção a prioridade reside no pré-escolar e no 1.º Ciclo para evitar atrasos precoces que se tornem de todo irrecuperáveis, necessariamente com mais acompanhamento, mais acompanhamento, mais acompanhamento.

No domínio da intervenção a prioridade reside também na conta final sobretudo no secundário, requerendo aqui maior atenção, a indispensabilidade do alargamento das vias pedagógicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Grande discurso da “oposição” ao Governo!

O Orador: Na verdade, após um tronco comum que possibilite o entendimento do mundo e das coisas, numa idade não muito precoce, talvez cerca dos 15 anos, é tempo de diversificação dos percursos, simplesmente entre propostas mais teóricas e mais práticas.

Para a oposição, bem vistas as coisas, tudo vai mal no mundo da educação pela análise singela de uns tantos indicadores, de uns tantos exames nacionais,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é avalia!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor é que disse que era uma calamidade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mostre os seus indicadores!

O Orador: ... à pressa travestidos em *rankings* de escolas.

Porém, para qualquer cidadão não constitui surpresa que num país demasiado assimétrico e muito litoralizado ressaltem à evidência a dianteira de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Braga...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Braga é aquela cidade do litoral!

O Orador: ... e o atraso do interior do continente e das Regiões Autónomas. Inclusivamente os Açores são muito recentemente chegados ao universo dos exames nacionais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: De resto, os *rankings* são um modelo incompleto, simplista, grosseiro de avaliação das escolas, já que radicam na sobrevalorização de um único fator, os exames nacionais, que por não ser o mais importante, não é também traduzível em contributo relevante para a melhoria da qualidade do sistema educativo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aí estamos de acordo!

O Orador: Nas hostes da oposição, quando a vontade parece ser simplesmente denegrir;

Nas hostes da oposição quando a nossa dificuldade quase gera entusiasmo;

Nas hostes da oposição, nestas circunstâncias, impera uma cegueira que não enxerga qualquer progresso por mais evidente que ele seja e progressos há muitos.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é um belo contributo para o diálogo!

O Orador: Não há progresso quando o abandono escolar precoce cai de mais de 60%, em 1998, para menos de metade, cerca de 29%, em 2015? Claro que há!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E sobretudo quando se sabe que em termos relativos essa queda equivale à descida mais acentuada de todo o país.

Não há progresso quando o abandono escolar e quando a correlativa taxa de desistência são nulos nos 1.º e no 2.º Ciclos e residuais no 3.º Ciclo e no secundário? Claro que há!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E sobretudo quando há 10 anos atrás essas taxas chegavam a ser 10 vezes superiores ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 10 anos!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Descidas dos rankings do progresso!

O Orador: ... e quando ainda por acréscimo, em termos relativos, estas quebras também equivalem às descidas mais acentuadas do país.

Não há progresso quando a frequência do ensino profissional sobe de 15%, de matriculados em 1996, para 42%, matriculados em 2015, atingindo uma taxa semelhante à dos países europeus mais evoluídos? Claro que há!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E sobretudo quando na atual era da escolaridade obrigatória a principal missão da escola consiste na formação de profissionais que sustentem o crescimento da economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É respeito pelo funcionamento do Parlamento!

O Orador: E não há progresso quando na transição de 2013/14 para 2014/15 ocorreu uma nítida queda da retenção que é a mãe do sucesso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tenha vergonha na cara!

O Orador: Claro que há!

Aliás, um recuo da retenção em todos os ciclos, mas de cerca de 50% no 1.º Ciclo, onde vimos concentrando o maior esforço do acompanhamento da ação

letiva, mas igualmente substantivo nos demais ciclos e mesmo nos anos sujeitos a exames nacionais.

E ainda a propósito de progresso façamos aqui uma introdução de um pouco de betão.

Não constituindo as instalações, a essência das instituições, bem longe disso,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Então temos que conversar!

O Orador: ... é entretanto justo afirmar que o maior investimento em infraestruturas educativas, não propriamente da história da Autonomia, mas de toda a história dos Açores, pertence à Governação Socialista dos últimos 20 anos.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Proclamação desesperada perante a calamidade!

O Orador: Este investimento em infraestruturas foi um processo sem mácula? Certamente que não!

Todavia, uma coisa é certa: o erro no acessório não deslustra o acerto do essencial.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Em suma, há progresso, há muitos progressos que só a miopia, não propriamente a miopia oftalmológica, mas sim a miopia política, esconde sob os mais diversos disfarces, mas todos eles incapazes de ocultar a verdade.

Vou terminar:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia ter terminado!

O Orador: Bem vistas as coisas, a resolução do problema escolar de Portugal e dos Açores decorre da observância de uma receita simples: da transformação da educação numa inequívoca prioridade, porque como já disse por diversas vezes,

o homem não é, o homem faz-se, e porque aquilo que verdadeiramente faz o homem é a educação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nesta interpelação o senhor vai esgotar o tempo do Governo para não responder a mais nada! Afinal isto devia ter sido uma comunicação do Governo!

O Orador: Por isso, com esforço, com ambição, com utopia, almejamos a construção de uma escola indutora de desenvolvimento.

Uma escola que para incluir não abdique da exigência.

Uma escola que para exigir não abdique da inclusão.

Uma escola que pratica solidariedade, que é o instrumento da justiça.

Uma escola que estimula competitividade, que é o instrumento de progresso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor passou do “penso rápido” à “anestesia geral”!

O Orador: Afinal, uma escola que faça da formação dos cidadãos um consórcio entre a melhoria da sociedade e o crescimento da economia.

Por outras palavras, uma escola que se constitua como baluarte do humanismo para conferir sentido à dialética da competição.

Com necessidades mil, etapa a etapa, alcançaremos os nossos objetivos no prosseguimento de uma missão sempre inacabada, porque em cada tempo são diversos os homens e o mundo a exigir constantemente novas formas de ensinar e de aprender.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor esgotou o seu tempo para não responder a este Parlamento. É a sua falta de respeito para com este Parlamento!

A sua educação passa pela falta de respeito a este Parlamento!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Informo a câmara que está nas galerias um grupo, integrado no Programa “Meus Açores, Meus Amores”.

Sejam bem-vindos a esta Assembleia. Saúdo-vos a todos.

(Aplausos da Câmara)

A Mesa já tem três inscrições. Dou a palavra à Sra. Deputada Judite Parreira.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já nos primeiros anos da era cristã, Séneca, um filósofo romano, dizia que a educação exige os maiores cuidados, porque influi sobre toda a vida.

Efetivamente essa também é a preocupação do PSD e este também é o nosso pensamento.

Essa preocupação do PSD não se traduz agora. Já há muitos anos a esta parte que os Deputados do PSD, nesta Assembleia, têm vindo a alertar o Governo Regional, os sucessivos Governos Regionais do Partido Socialista, para a situação dramática e catastrófica que se vive com o setor da educação na nossa Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Fomos acusados de alarmistas, de pessimistas e muitas vezes até de mentiroso, porque, segundo o Governo e segundo o Partido Socialista que o suporta, a situação da educação na Região não era essa. Estava tudo bem.

Desvalorizaram a situação dos *rankings*, desvalorizaram os péssimos resultados que nos colocam na cauda das regiões de Portugal e asseguraram que os resultados iriam melhorar.

Preocuparam-nos as megas construções que foram sendo realizadas em todas as ilhas dos Açores, com elevados custos de construção, de manutenção e de funcionamento, que não se traduziam nos melhores resultados para a educação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Passados vários anos sem que se vislumbrasse qualquer resultado, chegou o atual Secretário da Educação que pôs o dedo na ferida e, sim senhor, disse que o setor da educação, na Região, vinha sendo tratado com “pensos rápidos”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi ou não foi?

A Oradora: Por momentos pensámos que iriam ser apresentadas soluções e que iria ser apresentado um tratamento de choque para a educação.

Rapidamente percebemos que não iria ser assim, porque o Sr. Secretário, percebendo que estava com isso a atacar os seus antecessores, emendou a mão e disse que afinal não era bem isto que queria dizer.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ainda assim, mandou elaborar um documento, chamado ProSucesso, para o qual não pediu qualquer contributo aos partidos da oposição, vindo depois pedir a esses mesmos partidos que se vinculassem a um documento para o qual não tinham sido tidos nem achados.

Obviamente que isso não é a maneira mais correta de se trabalhar, Sr. Secretário.

Pediram-nos que aguardássemos mais 10 anos, porque em educação os resultados não são automáticos, demoram a acontecer.

Se já estávamos preocupados, porque quase 20 anos de situação catastrófica da educação na Região era muito tempo, mais 10 anos era ainda mais tempo. Ainda assim aguardámos.

Percebendo que os resultados iriam tardar mais do que isso, o Sr. Secretário inventou uma forma mais rápida de o fazer com passagens administrativas para o 1.º Ciclo, vindo agora dizer que já conseguiu reduzir em 50% as retenções.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Claro! Assim é fácil.

Sr. Secretário, falou também de instabilidade.

Bom, a instabilidade foram os senhores que a criaram, porque têm estabilidade política. Há 20 anos que estão no Governo, há 16 que têm maiorias absolutas, nem precisam do acompanhamento dos outros partidos. Aliás já foi aqui dito pelo Sr. Presidente que os outros partidos eram irrelevantes.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: Portanto, a instabilidade não vem daí.

Agora, para se obterem resultados é preciso estabilidade para os alunos, é preciso estabilidade para os professores e os senhores têm tratado os professores como inimigos e não como parceiros.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Duarte Moreira (PS): Não é verdade!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não apoiado!

A Oradora: Aliás, a instabilidade está nos concursos que foram realizados e que arrastaram os professores para ilhas que não as suas, tirando-os do seio das suas famílias.

Deputado Francisco César (PS): A senhora está a brincar com isto?

O Orador: Agora vem o Sr. Secretário dizer uma coisa que vai ter que esclarecer melhor, porque nós não percebemos. Vem dizer que através da educação queremos acertar contas com o passado.

Mas que passado, Sr. Secretário?!

O passado é vosso, porque são os senhores que estão há 20 anos no Governo.

Deputados Jorge Macedo e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: O passado é vosso e tem que ser os senhores a resolvê-lo.

Agora, se o senhor quiser falar do passado do PSD também podemos falar.

O senhor sabe melhor do que eu que a democratização do ensino em Portugal, embora se tenha iniciado com o então Ministro Veiga Simão no início dos anos 70, teve o seu auge depois do 25 de Abril. Recordar-se-á com certeza o senhor quem é que era Governo Regional nessa altura.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, foi o Governo Regional do PSD que construiu escolas, foi o Governo Regional do PSD que alargou a escolaridade obrigatória.

Portanto, se quiser falar do nosso passado também podemos falar.

Agora, com certeza que se os senhores estão há 20 anos no Governo tinham que ter feito mais do que isso.

Vem dizer também que as oposições não falam dos progressos que foram feitos.

Sr. Secretário, é óbvio que foram feitos progressos.

Deputado Francisco César (PS): Isso não está de acordo com o vosso discurso!

A Oradora: Agora esses progressos, muito embora tenham acontecido não nos retiraram ainda da cauda das regiões de Portugal e é isso que nos preocupa.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: Falta estratégia ao Governo Regional do PS, falta rigor, falta um pensamento para a educação.

Deputado Manuel Pereira (PS): Qual é o vosso?

A Oradora: Depois, vem queixar-se de que a saúde é o “calcanhar de Aquiles” do Governo, a agricultura, a crise no setor leiteiro foi a tempestade perfeita, as pescas necessitam de um resgaste e que a educação é uma calamidade.

Ora, então para que é que precisamos do Governo Regional? Não é para resolver todas estas situações?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Este é o Governo Regional que tem comprometido o futuro dos açorianos e é isso que nos preocupa, porque efetivamente a educação é o pilar de desenvolvimento de qualquer sociedade e, com estes resultados, os açorianos ficam comprometidos e ficam em situação de desigualdade perante os seus colegas das outras regiões, quer da Madeira, quer do continente.

Portanto, Sr. Secretário, em vez de atacar as oposições, está na hora do Governo Regional resolver os reais problemas dos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu estou absolutamente estupefacto com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É normal!

O Orador: Lembro outra vez que a figura regimental que estamos a utilizar é uma interpelação parlamentar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Uma interpelação parlamentar significa que os membros do Governo, neste caso o titular desta pasta que está em discussão, responde às questões que lhe são colocadas pelos diversos deputados e pelos diversos partidos políticos aqui representados.

A mostra que aqui tivemos, o comportamento, é um comportamento inaceitável do ponto de vista parlamentar. Ou seja, alguém que aproveita o tempo que tem para responder ao conjunto de questões que lhe serão colocadas por parte dos diversos partidos e deputados e faz aqui um discurso em que não responde a nenhuma questão, um discurso que levou a semana toda a preparar e em que demonstra uma falta de respeito enormíssima a todos os partidos e a todos os Deputados que aqui estão sentados,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... porque gasta quase a totalidade do tempo que tem disponível para falar sozinho e para fazer aqui um discurso de propaganda. Este é o primeiro ponto que quero aqui referenciar.

Isto mostra perfeitamente que aquilo que está escrito na Moção de Estratégia do Partido Socialista, o novo Partido Socialista, a nova roupagem que é apresentada aos açorianos, não corresponde em nada à realidade.

Verifiquem bem (escreve o Partido Socialista na sua Moção de Estratégia o seguinte):

“Torna-se por isso urgente responder à necessidade de serem assumidos acordos interpartidários que conduzam à estabilidade das reformas de ensino

que deverão ser introduzidas após uma contínua e efetiva mediação de resultados, com uma regularidade média de quatro anos, conferindo estabilidade ao sistema educativo”.

O que eu pergunto é se este discurso representa esta vontade de diálogo? Um discurso bélico, em que se fala da cegueira, das hostes da oposição e em que se apresenta aqui um discurso que na sua forma e no seu conteúdo me fez lembrar (e peço desculpa pela alusão) o célebre discurso da Guerra Total, em 1943.

Deputado José Ávila (PS): Olhem onde isto já vai!

O Orador: Meus senhores, que é uma velha estratégia de quem está desesperado, de quem tem resultados baixíssimos, resultados que nos colocam abaixo de outras zonas do interior do país e da própria Região Autónoma da Madeira, que há bem poucos anos tinha resultados piores do que nós, depois de quem olha para estes resultados, não pode aceitar um discurso com este triunfalismo que o Sr. Secretário aqui apresentou.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): É difícil!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Deputado, chama-se trabalho!

O Orador: Este discurso, com este triunfalismo, um não reconhecimento de qualquer dificuldade, a não abertura a qualquer processo de diálogo, demonstra que este discurso está completamente desfasado da realidade.

Meus senhores, nesta primeira intervenção eu dei-me ao trabalho de verificar o diálogo que é apregoado pelo Partido Socialista.

O Partido Socialista diz: “Não! A nossa maioria, de 20 anos, é diferente de todas as outras na História; nós somos uma maioria absoluta dialogante, extremamente aberta às oposições”.

E eu fui verificar, nada melhor do que verificar os dados. Então verifiquei que foram apresentadas, por parte da oposição, entre 2010 e 2016, 17 propostas (17 propostas!) por parte da oposição no âmbito da educação.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não é verdade!

O Orador: Destas 17 propostas da oposição só foi aprovada uma, uma única proposta. Ou seja, em seis anos, neste Parlamento, os senhores aprovaram uma única proposta da oposição, que foram as provas PISA. Mais nada!...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Aprovaram o quê?

O Orador: Aprovaram apenas uma proposta da oposição em seis anos e foram apresentadas 17.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Portanto, meus senhores, isto demonstra que esta maioria absoluta não é dialogante. Quem aprova uma proposta, em seis anos da oposição, mostra (é um facto; é incontestável) que não é dialogante.

Mais do que isso!... Demonstra que toda a legislação que tem sido aprovada nesta Assembleia é da vossa responsabilidade.

Portanto, os senhores dizem “foi criada instabilidade no sistema”. Foi criada instabilidade no sistema da vossa responsabilidade, única e exclusiva responsabilidade. Têm sido os senhores que não têm projeto e os senhores apresentam aqui propostas muito diferenciadas e são os senhores que têm causado muita (muita!) instabilidade no sistema educativo regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Exma. Senhora Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Exmos. Senhora e Senhores Membros do Governo:

É sempre com gosto que nós dizemos “presente” aos assuntos da Educação nos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: É sempre com Gosto que, conscientes dos desafios a enfrentar e dos objetivos a concretizar que apresentamos orgulhosos o caminho percorrido e os objetivos alcançados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Na Educação não nos ouvem falar nos idos anos 90, nem do que recebemos quando o PS Açores ficou com as responsabilidades de comandar a Região.

Não o fazemos por vários motivos, entre eles o de nada haver na herança recebida que nos orgulhe,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... mas sobretudo pela consciência que 19 anos é tempo suficiente para compararmos o que fazemos com o que fizemos e não com o que recebemos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: É por isso que nos agrada que alguns partidos tenham dito “presente” ao desafio, deixado pelo presidente do PS Açores, no encerramento do nosso último congresso, que todos juntos façamos um pacto de regime para a Educação nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem deixou foi Guterres!

A Oradora: E se também é verdade que cada um escolhe o caminho que quer fazer neste desafio estruturante para a nossa Região e para as gerações presentes e futuras, não podemos deixar de anotar os pontos de partida.

Se há partidos que, precipitadamente, convocaram os 20 anos de governação socialista, na Região, na área da Educação, apesar de após 20 anos nada de novo terem a propor.

Outros há que, de modo mais pragmático convocaram, como o caso do CDS-PP, convocaram aqui o debate que os outros queriam apenas fazer em parangonas e *outdoors*.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Uma vergonha!

A Oradora: Pois mais uma vez, o PS está pronto para debater de forma séria e responsável o que entenderem discutir nesta área de vital importância para os Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Congratulamos-vos por isso!

Ao CDS/PP que requereu o debate, ainda, não conhecemos ideias, estratégias ou políticas específicas para a Educação, o que temos são as reações ao que fazemos ou ao que propõem, frágil e vagamente, outros.

Mas mesmo nada sabendo do que pretende o CDS/PP para a Educação – desde a sua proposta dos manuais escolares, que aqui aprovámos – já no período citado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que os senhores não cumpriram!

A Oradora: ... dizemos presente para o debate que se segue.

E se é verdade que este Governo ainda não cumpriu uma legislatura e o agora titular da pasta da Educação não pode responsabilizar-se pelas políticas e decisões anteriores, não é menos verdade que o Grupo Parlamentar do PS pode, deve e fá-lo-á com orgulho,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputados Luís Rendeiro (PSD): Era o que mais faltava!

Deputado Luís Garcia (PSD): Era o que mais faltava! Queriam que passássemos uma borracha no vosso passado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto já não é uma calamidade, é o apocalipse!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... responderemos pelos anos todos, mesmo considerando triste que alguns queiram ir tão atrás no tempo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Respondemos pelo pioneirismo da implementação de diversidade curricular no nosso sistema de ensino. Criámos programas diferenciados para dar resposta diferenciada a todos os alunos que trouxemos para o sistema educativo regional. Mas não nos limitámos a fazê-lo, modificámo-los, adequámo-los ao longo do tempo às exigências e aos resultados que dessa implementação fomos tendo conhecimento.

Durante esse espaço temporal o designado ensino regular foi ganhando consistência para, por si, conseguir dar resposta à diversidade de alunos que caracteriza qualquer sistema educativo público. E, Hoje, podemos implementar o ProSucesso e de modo ambicioso queremos que seja o ensino regular a absorver, gradualmente, todos os que estão em currículos diferenciados e que todos os alunos que entram tenham condições de, em igualdade oportunidades, concluir a sua escolaridade obrigatória.

Respondemos pelo pioneirismo de introduzir ensino de uma 2.^a língua no 1.^o ciclo do ensino básico – Inglês.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é dos óculos!

A Oradora: Em 2004 o Governo dos Açores, da responsabilidade do Partido Socialista, introduziu o ensino do inglês nos 3.^{os} e 4.^{os} anos do 1.^o ciclo do básico como atividade de enriquecimento curricular; em 2006 estendeu-o aos 4 anos que integram o 1.^o ciclo e em 2009 passou a integrar a matriz curricular do 1.^o ciclo na Região. O continente só generalizou o ensino de uma 2.^a língua no 1.^o ciclo em 2012 – 6 anos depois!

Respondemos pelo pioneirismo do nosso regulamento de concurso de pessoal docente e pela consequente estabilidade do corpo docente em todas as nossas nove ilhas. E, na sequência do que acima referi de comparar espaços temporais apenas de governos e políticas de educação do PS, refiro a título de exemplo

que numa década, entre 2005 e 2015 foram colocados em quadro de escola – os antes conhecidos por professores efetivos – 1500 docentes, repito 1500 docentes em concursos ditos regulares e em concurso externo,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... ou seja, não estão aqui contabilizados os milhares que depois de estarem efetivos puderam concorrer internamente para se aproximarem o máximo possível da sua ilha ou área de residência, como também não estão contabilizados os contratados a termo resolutivo. Colocámos em 10 anos, docentes em situação de estabilidade profissional, a uma média de 150 prof/ano.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas mais importante que os números ou a paternidade das medidas, que nunca recusamos, o PS/Açores tem consciência de que este caminho só foi possível com o contributo dos alunos, das famílias, dos professores e de toda a comunidade educativa que continua a dar o melhor de si e a acreditar, como nós acreditamos, que o futuro da nossa Região assenta primeiramente no sucesso das políticas educativas, preparando-nos para sermos melhores enquanto povo, melhores enquanto sociedade.

Sim, para o PS a Educação continua a ser uma Paixão. Sim para o PS a Educação continua a ser uma prioridade!

Mas, como alguns partidos não sabem se devem estar preocupados com os resultados ou com o parque escolar, eu deixo-lhe algumas questões Sr. Secretário. Gostaria que nos dissesse em que ponto estão as obras da escola Canto da Maia, da escola das Capelas e da escola das Lajes do Pico e, ainda,...

Deputado Bruno Belo (PSD): E já agora, a das Flores?

A Oradora: ... como estamos ao nível das taxas de pré-escolarização e metas para esse nível de ensino.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): As piores do país!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Sendo assim, então fazíamos já o nosso intervalo de meia hora.

Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 15 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade a este debate sobre a educação.

Eram 11 horas e 53 minutos.

Está inscrito, e passo a palavra, ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS trouxe a esta Casa, à Casa da Democracia, o debate sobre a educação. E trouxe-o depois daquele que seria o desafio, ou agora já me atrevo a dizer o

pseudo-desafio, que foi lançado no Congresso do Partido Socialista sobre estabelecer pontes para um diálogo para o futuro da educação nos Açores.

Em vez de pró, o Sr. Secretário trouxe aqui um pré. Trouxe aqui um pré-discurso. Não ouviu o que eu disse, não ouviu o que o CDS propôs e parte, dali de cima, com uma agressividade pré-feita, pré-concebida e pré-trazida sem saber o que íamos dizer.

Portanto, é assim, Sr. Secretário, esse seu discurso tão inflamado, tão inflamado, fez-me lembrar e recordar discursos de umas décadas de má memória, dos anos 40 e 50, tal a sua inflamação e tal o seu entusiasmo do insulto à oposição, que estamos aqui todos unidos para o mal, contra o Governo.

Isso é próprio de determinados regimes, não de um regime democrático, o insulto e o desprezar à oposição que o senhor fez aqui, dessa maneira, ...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não apoiado!

O Orador: ... Sr. Secretário, gastando 90% do seu tempo, ficando praticamente sem tempo para nos responder. É o que vai acontecer hoje.

A educação do Governo foi o senhor esgotar o tempo todo e não ficar com tempo para nos responder. Portanto, isso não é respeitar este Parlamento, isso não é respeitar a interpelação que foi feita a V. Exa..

Mas permita-me, Sr. Secretário dizer-lhe duas ou três coisas.

Fiquei satisfeito no fim da sua intervenção. É que estava a ver que isto ainda podia acabar, como já é moda, em duas bofetadas, mas não chegámos a esse ponto. O Secretário conteve-se, apesar de tudo. Entusiasmou-se, mas conteve-se.

Sr. Secretário, por que é que o senhor criou o ProSucesso?

Foi com base nos números que eu conheço e que o senhor conhece, que o senhor desprezou ali e diz que não valem nada.

Então para que é que criou o Pro-Sucesso?

Onde é que se baseia?

Onde é que está a estatística regional para que eu possa consultar, ou qualquer um Deputado desta Casa, ou qualquer um professor, ou qualquer um cidadão possa consultar, Sr. Secretário?

Onde é que está a estatística regional para podermos saber quem somos, o que somos e para onde vamos?

Agradeço que me dê essa informação.

Fiz-lhe um desafio para investir no pessoal docente, para investir no pessoal não docente, para qualificar professores, para dar condições de dignidade aos professores, para dar condições de trabalho aos professores nas escolas, que não existe, Sr. Secretário, não têm gabinetes, não têm material informático e têm que trabalhar nas suas casas e dar do seu bolso material para a escola.

Deve ter um exemplo, como eu tenho, em casa, Sr. Secretário. Percebe?

Não há condições.

O senhor está disponível para isso?

Fiz aqui o desafio, não respondeu, mas sempre lhe direi, Sr. Secretário, mais uma coisa.

Falou-me no grande investimento, na formação de professores. Sr. Secretário, mas o grande investimento na formação de professores foi desde que este Governo é Governo, presidido por Vasco Cordeiro, para não ir aos outros?

Vamos só ao Governo do Sr. Presidente Cordeiro: 140 mil euros, em média, por ano, acha que é muito na formação de professores? Na formação de pessoal docente e discente?

Acha muito Sr. Secretário?

Quer formar professores ou não quer formar professores?

Quer investir na formação ou não quer investir na formação?

Cento e quarenta mil!

Sr. Secretário, por exemplo, no ano 2013, o primeiro ano deste auto e intitulado novo Governo, que renega o passado, os senhores tinham previsto para formação de pessoal docente e não docente 46 mil euros e para construções escolares 35 milhões de euros, Sr. Secretário, num investimento de 81 milhões de euros na educação.

Sr. Secretário, isto é investir na formação de professores, de pessoal docente e não docente, 0,1 das construções escolares? É a isso que o senhor chama o grande investimento?

Em 2014 a mesma coisa.

O grande aumento foi de 0,1 para 0,5 este ano. É esse o grande investimento em formação, Sr. Secretário. Estamos conversados sobre essa matéria. Os senhores não investem em formação de professores.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário referiu ali o abandono de décadas dos Açores. Mas o abandono de décadas não foi só dos Açores. Foi dos Açores, foi do continente e foi da Madeira.

Explique-me lá: então por que é que a Madeira está sempre à frente dos Açores, em 40 anos de Autonomia? Explique lá a contradição!

Para não ir ao continente. As regiões do interior do continente, a maior parte delas, está à nossa frente, Sr. Secretário.

Vá consultar as estatísticas que o senhor despreza. A maioria das regiões do continente, sofrendo o mesmo atraso...

Digo-lhe mais: algumas regiões do interior que eu conheço muito bem, até pior do que os Açores, votadas ao abandono, estão à nossa frente hoje em dia. É só consultar as estatísticas por distritos.

E a pergunta que se faz, Sr. Secretário, é para que é que serviu a Autonomia? Esses nunca foram autónomos, sempre dependeram do poder central de Lisboa e do centralismo.

Nós tivemos autonomia e não crescemos mais do que os outros, não melhorámos mais do que os outros.

Ficámos sempre piores, Sr. Secretário. Explique a contradição.

É isso que o senhor tem que explicar, o senhor, o Sr. Presidente e esse Governo que aí está e perante esta Casa.

Depois, Sr. Secretário, vem falar de assimetrias?

Sr. Secretário, vamos à história. O senhor é um homem da história. Não lhe vou ensinar nada nessa matéria.

As assimetrias que se verificam hoje em dia, entre as diversas ilhas dos Açores, são as mesmas assimetrias dos anos 30, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: As mesmas!

Há ilhas que continuam nos índices de escolaridade à frente de outras e são as mesmas que nos anos 30 continuavam à frente de outras.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Como esta!

O Orador: Vá fazer a comparação.

Olhe, estamos aqui no Faial, por exemplo.

Vá fazer a comparação, Sr. Secretário.

A Autonomia não corrigiu essas assimetrias, porque os senhores não foram capazes de corrigir essas assimetrias.

Deputado André Bradford (PS): Por isso é que o senhor defende um segundo porto para a Terceira!

O Orador: A culpa é também da Autonomia e os pais da Autonomia, os autoproclamados pais da Autonomia, são o PSD e o PS.

Os senhores é que são os pais da Autonomia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pais e mães, não é, Sra. Deputada?

O Orador: Se é certo que aqueles tiveram culpas (com certeza!), em 20 anos os senhores também não conseguiram apagar a má governação daqueles senhores? Não conseguira?

Portanto, explique lá, Sr. Secretário, o que é que se passa?

Aliás, Sr. Secretário, referiu aí que aqui a alguns anos os pais e os avós ensinavam os filhos, etc..

Está a contradizer-se mais uma vez.

Mas como é que os pais e os avós de antigamente podiam ensinar se os senhores dizem que eram todos analfabetos?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade! Muito bem!

O Orador: Se eram todos analfabetos, como é que podiam ensinar os filhos?

Foi uma colega sua que disse isso dessa bancada, desse lugar que o senhor aí está, não fui eu.

Portanto, para que é essa agressividade toda? Por que é que não responde aos desafios?

Sr. Secretário, há uma coisa aqui que acho que é verdadeiramente escandaloso e que se está a passar na Região Autónoma dos Açores. Não sei se o senhor tem conhecimento, mas eu tenho.

O senhor falou nos Professores DA. Eu acho uma boa medida. Acho uma excelente medida.

Os senhores falaram no apoio ao ensino especial. Acho extraordinário que se faça.

Eu quero perceber, por que é que há aí uma empresa que se chama (deixe-me procurar aqui nos meus papéis, que eu tenho aqui Sr. Secretário, e quero que o senhor me explique e o Sr. Presidente do Governo, porque acho que isso é de uma gravidade extraordinária) Clínica de Saúde Mental e Desenvolvimento, na Ilha Terceira, que anda a recrutar alunos, que lhe faz um diagnóstico, e depois manda o processo para a escola e cobra.

Identifica necessidades de terapia da fala, identifica necessidades em psicologia para sessões individuais, identifica que as crianças necessitam de consultas de pedopsiquiatria regular e depois o ISSA paga fortunas a esta clínica para dar apoio aos alunos com necessidades educativas especiais?

Sr. Secretário, e os psicólogos das escolas?

A escola tem necessidade de mandar os seus alunos para esta clínica? Paga pelo ISSA, Sr. Secretário, 200 e 300 euros por avaliação de cada aluno.

Os senhores têm conhecimento disso? Que vão buscar os alunos às escolas (passa-se na Ilha Terceira, pelo menos), pago com fundos públicos?

Os senhores têm conhecimento disso?

Isto é gravíssimo, Sr. Secretário, quando o ProSucesso está a ser implementado e quando teoricamente e nas vossas palavras há psicólogos (e há, nas escolas!) e os alunos estão a ser desviados para esta empresa privada.

Quem é que os manda? Quem os seleciona?

ISSA!

Quem? Sabe disso, Sr. Secretário?

Fica a última pergunta e hei de ir a mais.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É pelo menos na Terceira, não sei se haverá noutras ilhas, mas isto é absolutamente escandaloso e parece-me que não fica só pela Terceira.

Eu agradeço da parte do Governo um esclarecimento cabal sobre isso, porque aqui também estamos a brincar com a saúde das crianças desprotegidas e ao que parece alguns sinalizados pela Comissão Regional de Proteção de Menores.

São crianças que estamos a falar, que andam na escola, que andam no ensino regular e que são apanhadas e referenciadas para consultas disto, A, B e C.

O que se faz na escola?

Tem conhecimento ou não?

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar também neste debate a propósito da interpelação sobre a educação, da iniciativa do CDS, um tema que na opinião, penso que maioritária, quer dos Deputados e Deputadas desta Casa, quer da população em geral, nunca será demais debater, refletir e encontrar respostas na medida em que é consensual entre todos, que é de facto uma temática prioritária para o desenvolvimento desta Região.

Gostaria de dar um contributo, se possível, no sentido de retirar uma crispação inesperada que se está a sentir ao longo deste debate.

Parece que está tudo zangado sobre a matéria e mesmo o Governo Regional, e mesmo o Partido Socialista, quando vêm a terreno defender a sua dama, que é como quem diz, as suas políticas, parece que o fazem de uma forma zangada e agressiva, quando na realidade deveriam estar calmos e tranquilos, se estão tão conscientes de que tudo está a ser feito.

Eu penso, para que isto não corra o risco de transformar num diálogo de surdos, que é as oposições dizerem uma coisa e o Governo Regional dizer exatamente o seu contrário, talvez o meu contributo maior possa ser dado no sentido de virar o jogo ao contrário.

O que é que eu quero dizer com isto, de virar o jogo ao contrário?

É começar por interpelar diretamente o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que falou na oposição com O grande, “tudo ao monte e fé em Deus”.

Portanto, Oposição com O grande é, está lá tudo misturado. E acerca dela disse que essa oposição faz sempre uma análise singela de uns tantos indicadores, e estou a repetir as palavras do Sr. Secretário Regional.

Esta Oposição cujas hostes, ou em cujas hostes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente, ouça!

A Oradora: ... impera uma cegueira que não enxerga nenhum progresso; esta Oposição com O grande que tem uma miopia política inegável,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouça!

A Oradora: ... tudo isto para uma Oposição com O grande com quem o Partido Socialista e o Governo Regional e presumo que o Sr. Secretário também estão na disposição, porque consideram isso necessário de estabelecer um grande pacto de regime no sentido de todos nós, de uma forma solidária e digamos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Concertada!

A Oradora: Exatamente!

... concertada, darmos os nossos contributos.

Deputado Luís Maurício (PSD): E com chá!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Correana!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, vamos começar pelo princípio virando o jogo ao contrário.

O Sr. Secretário Regional e os Srs. Deputados e Deputadas do Partido Socialista acham que está tudo bem. Não acham que houve progresso, porque houve progresso de décadas, e décadas e décadas de atraso nesta área, nesta Região, é inegável, Sr. Secretário.

Só quem é cego, a tal cegueira política, é que não vê.

Claro que houve! Porque o atraso era enorme, era escandaloso.

Agora, a questão é: esse atraso foi tão recuperado quando seria possível? É uma pergunta.

Já recuperámos tudo o quanto havia para recuperar? É outra pergunta.

Então, Sr. Secretário Regional, deixe-me fazer-lhe a pergunta a si diretamente:

O que é que ainda falta fazer?

Vamos agora virar-nos para o Governo e para o Partido Socialista e em vez de ser a Oposição, com O grande, a dizer o que é que está mal, o que é que critica, o que é que reivindica, vamos ouvir o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (portanto, o responsável da tutela) dizer-nos a nós o que é que na opinião do Governo e do Partido Socialista ainda não está feito e tem que estar feito?

Qual é o atraso maior e onde é que houve maiores erros na recuperação desse atraso?

E onde é que o tal pacto de regime, para que nós estamos todos convocados, pode dar o seu maior contributo?

Para já ficaria com estas três perguntas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, a intervenção quer do Sr. Secretário Regional, quer da Deputada Catarina Moniz Furtado, dá ideia, efetivamente, de que o Partido Socialista (sobretudo dá esta ideia) está incomodado com estes assuntos e com esta interpelação.

Eventualmente até terá razões para estar, porque as coisas não estão a correr tão bem quanto isso.

Para já abordava apenas três questões:

Começávamos pela questão do parque escolar. Para perguntar ao Sr. Secretário Regional para quando as obras na escola dos Arrifes e para quando a nova escola da Povoação?

Depois, formação de professores.

Sr. Secretário, na formação de professores dizer-lhe o seguinte: nunca esta Região investiu tão pouco na formação de professores como atualmente.

Mais, Sr. Secretário. A única coisa que justifica a alteração, primeiro de forma administrativa, depois formalizada recentemente, que acabou com os centros de formação e os transferiu para a escola (até posso concordar que a escola é o Centro de Formação de Professores por excelência), o que esteve subjacente a isso, foi um desinvestimento claro na formação de professores, até porque V. Exa. sabe que as escolas não têm meios para desenvolver programas de formação de professores, isto para além do facto de também com um Governo do Partido Socialista ter sido coartada a possibilidade aos professores de poderem estabelecer eles próprios o seu percurso de formação contínua.

Como sabe, os professores não têm essa possibilidade. Foi-lhes coartada por um Governo do Partido Socialista, não por este mas por um outro.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, por muito que V. Exa. esbraceje, a verdade é que não há neste momento formação de professores, a formação de professores necessária que a escola e o sistema educativo regional têm necessidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não é apenas com as medidas do ProSucesso que V. Exa. consegue atingir esse desidrato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas há ainda uma outra questão, e esta separa-me do Sr. Secretário, separa-me do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e da Deputada Catarina Moniz Furtado, que, ao enunciar as medidas onde foram pioneiros, apresenta à

cabeça (não sei se tinha alguma hierarquia ou não), apresenta como a primeira, a oferta de vias diversificadas, de vias diferenciadas de ensino para os alunos do ensino básico.

Pode ser pioneirismo, mas essa medida, a da oferta de vias diferenciadas para os alunos do ensino básico, para já contraria o princípio da Lei de Bases que diz que o ensino básico deve ser igual para todos, tem um tronco comum para todos.

Como V. Exas. instituíram na Região, aquilo que acontece é hoje termos na Região (e já tiveram, enfim já assumiram diversas formas, diversas designações) uma oferta de vias diferenciadas para os alunos do ensino básico quando aquilo que deveriam fazer era procurar que todos os alunos fossem integrados no ensino básico,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não ouviu o que eu disse!

O Orador: ... o concluíssem e que as vias diferenciadas fossem exceções, fossem períodos transitórios e não aquilo em que V. Exas. transformaram as vias diferenciadas de ensino, que aliás, aluno que seja empurrado – e o termo é este, Sr. Secretário: que seja empurrado! – para uma via diferenciada de ensino, quer seja profissionalizante ou não, nunca mais de lá sai e fica com esse estigma a acompanhá-lo ao longo da vida.

Isso não é fazer nada pelos nossos alunos. Isso é apenas para V. Exas., mascararem as questões do sucesso escolar.

Aliás, isso faz-me lembrar uma outra questão.

A utilização de ofertas diferenciadas no ensino básico está para o sucesso escolar como a utilização abusiva dos programas ocupacionais para cobrir e para falsear a taxa real de desemprego na Região.

Eu deixo-lhe mais esta pergunta:

Quantos alunos do 2.º e do 3.º ciclo do ensino básico estão nas vias diferenciadas de ensino, sejam elas profissionalizantes ou não?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o tema agora em análise, a Educação, é um tema que nos é caro e que nos deverá a todos ocupar. São as crianças e jovens açorianos que estão em causa assim como o seu futuro e por conseguinte o futuro da Região.

Mas se no final da década de 90 algumas das grandes preocupações nesta área eram as infraestruturas, eram os equipamentos, era a estabilização dos quadros docentes, eram os constrangimentos administrativos e legais, eram os currículos e as ofertas formativas diferenciadas, hoje estamos em condições de evoluir para um patamar diferente, mas que é igualmente exigente.

Se o problema das infraestruturas se resolve com investimento público, o combate ao insucesso, ao abandono escolar precoce e a inclusão, resolvem-se também com investimento público necessariamente, mas para além disso a solução passará por se fomentar em todos os intervenientes do processo educativo, capacidade crítica e de análise assim como a promoção de um trabalho concertado entre todos. Se os focos das dificuldades estão identificados, terão de ser atacadas nas diferentes vertentes para que se possam observar os resultados esperados.

- O que pretendemos é um ensino para todos, que promova uma formação integral de todos enquanto pessoas e cidadãos.
- O que pretendemos é que à saída da escolaridade obrigatória, agora de 12 anos, os nossos alunos estejam preparados para ingressar no mercado de trabalho, ou prosseguir os seus estudos a nível do ensino superior.
- O que pretendemos é que a todas as crianças e jovens açorianos sejam dadas as mesmas condições de acesso sem exceção, de forma a que o primado da

igualdade seja uma realidade no nosso sistema de ensino, e que a exclusão social seja cada vez menos um entrave à boa integração e aos bons resultados escolares.

Foi nessa base que surgiu o Programa de Promoção do Sucesso Escolar, criado e pensado tendo em conta a nossa realidade, com a colaboração de quadros de reconhecido mérito e trabalho feito na área da Educação, que se procurou atuar em torno de três eixos:

- i – o foco na qualidade das aprendizagens dos alunos;
- ii – a promoção do desenvolvimento profissional dos docentes;
- iii – a mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais.

Este Plano, para além de incluir medidas já em análise e que têm demonstrado resultados promissores, define áreas e estratégias de intervenção prioritária que permitem não só o cumprimento das metas definidas para a educação e formação no âmbito do Programa Operacional Açores 2020, mas também as metas definidas para o ProSucesso.

Hoje concentramos a nossa atenção no sucesso educativo, onde o reforço de recursos humanos é tido como a chave do processo, daí o reforço que já este ano se verificou ao nível do pessoal docente e não docente afetos ao sistema de ensino regional. O Programa de Promoção do Sucesso escolar, assenta entre outras coisas no reforço de recursos humanos qualificados.

Este ano, temos menos algumas centenas de alunos no sistema de ensino e em contrapartida, temos mais cerca de 260 professores no Sistema Educativo Regional.

A existência de mais estes docentes no sistema regional significa, que há, naturalmente, mais acompanhamento e, havendo mais acompanhamento, há maior possibilidade de se prevenirem atrasos que se tornem irrecuperáveis.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Já neste ano letivo estão já no terreno também cerca de 50 Professores qualificados na resolução de dificuldades de aprendizagem, como aliás já referiu o Sr. Secretário da Educação. Estes professores recebem, ao longo deste ano letivo (2015/16) formação, intitulada “Matemática passo a passo Estratégias de Superação de dificuldades para o 1.º CEB”, para que, junto dos docentes de 1.º ciclo (titulares e de apoio) da sua UO, em momentos formativos mas também em contexto de sala de aula, desenvolvam atividades de diagnóstico e de superação de dificuldades.

Perante estas evidências deixaria duas questões para o Sr. Secretário Regional da Educação, relativamente à implementação do ProSucesso:

- Tendo em conta que antes da elaboração do programa, fez um périplo por todas as Unidades Orgânicas da Região e que identificou algumas lacunas que pretendia corrigir com o ProSucesso, gostaria de saber se nos pode elucidar acerca de como tem sido a aceitação e a resposta dos docentes e demais intervenientes a este programa?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: - Uma última questão relativa à formação, visto que está prevista uma forte componente forte de formação no ProSucesso, ao contrário do que diz a oposição, mais concretamente o CDS e o PCP,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, os dados estão aqui!

O Orador: ... gostaria de saber o ponto de situação das ações de formação direcionadas para o pessoal docente e que estão previstas também no ProSucesso.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura *(Avelino de Meneses)*: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer, e dizer mais especificamente ao Sr. Deputado Artur Lima, que sou eu que mais lamento o facto de eventualmente ter pouco tempo para responder...

Deputado Joaquim Machado *(PSD)*: Ah é?!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... às questões que aqui foram enunciadas.

Todavia, esta é uma interpelação sobre uma área vasta. É uma interpelação sobre uma área vastíssima e entendi que após a comunicação do interpelante tinha a obrigação moral de dar uma resposta que me deixasse de consciência tranquila.

Foi desrespeito pelo Parlamento?

Não me parece!

Foi respeito pelo interpelante.

Deputada Catarina Moniz Furtado *(PS)*: Muito bem!

O Orador: Começando a falar das questões que aqui foram levantadas houve uma questão que atravessou diversas intervenções. Essa questão prende-se com

o velho problema das escolas pequenas, das escolas grandes, das escolas de proximidade e das escolas longínquas.

Já disse por diversas vezes, e repito aqui, que neste momento levo 21 meses como Secretário Regional da Educação e Cultura e nunca senti a necessidade de fechar uma escola dita de proximidade.

Isto não significa qualquer compromisso para o futuro e não significa qualquer compromisso para o futuro uma vez que estão em construção no arquipélago diversas escolas maiores que obviamente uma vez abertas hão de implicar o encerramento de outras bem mais pequenas.

Todavia eu procuro reger-me por princípios e, em matéria de encerramento de escolas, as escolas são encerradas por duas razões: ou por razões de pedagogia ou por razões de socialização.

Creio que há razão para encerrar uma escola quando por exemplo essa escola alberga todo um 1.º ciclo, desde o 1.º até ao 4.º ano, numa única turma. Acho que aí há inequivocamente malefícios pedagógicos e o encerramento da escola e transferência das crianças para uma outra escola é um ato benéfico.

Por outro lado, uma escola poderá também ser encerrada por questões de socialização quando o número dos seus estudantes for tão, tão pequeno que dificulte a interação dos alunos entre si. Os alunos devem ser treinados à interação quotidiana, porque só assim mais tarde se defenderão melhor nesta sociedade dita da globalização.

A Deputada Judite Parreira falou de várias questões. Se não tiver tempo de abordar todas, vou pelo menos abordar algumas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Devia ser mais criterioso na gestão do seu tempo!

O Orador: Falou no ProSucesso e no facto de haver ou não haver diálogo em torno do ProSucesso.

Devo começar por registar o facto de ter visto com muito agrado a Deputada Judite Parreira na apresentação do ProSucesso, em Angra do Heroísmo, o ano passado.

Quando dizemos que o ProSucesso tem metas a prazo, quando dizemos que o ProSucesso é pensado na perspetiva, por exemplo de uma década, não estamos a pedir a ninguém e não estamos a pedir aos partidos da oposição que estejam silenciados durante 10 anos à espera que os resultados apareçam. Bem pelo contrário, podem dizer o que muito bem entendem.

Agora, uma coisa é certa: o ProSucesso é de certa forma filho do diálogo.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bastardo!

O Orador: O ProSucesso é filho do diálogo, porque já disse neste hemiciclo e volto a repetir hoje, sem qualquer menosprezo por todos os meus antecessores, sejam eles de que cor política forem, que em menos de 10 meses percorri todas unidades orgânicas do sistema educativo regional e dei oportunidade a que as comunidades educativas se pronunciassem sobre a construção do ProSucesso, por outras palavras, sobre a melhor forma de combater a nossa principal contrariedade no sistema educativo regional, que é efetivamente o insucesso escolar.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não é verdade que as taxas de retenção estejam a regredir devido, ou por força, ou com o auxílio de passagens administrativas. Não é verdade, Sra. Deputada, porque ao interditar a retenção no 1.º ano do 1.º ciclo, nada mais fizemos do que alinhar a nossa ação com as ações mais atualizadas que ocorrem no exterior.

Deputada Judite Parreira (PSD): Milagre!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Está aí o resultado!

O Orador: E mais. A regressão da retenção verificou-se em todos os ciclos, inclusivamente em todos os anos, mesmo nos anos em que havia exames nacionais.

Deputada Judite Parreira (PSD): Não é isso que diz aqui!

O Orador: “O Governo dos Açores inimigo dos professores”.

Sra. Deputada, de maneira alguma. Nós fizemos aprovar, recentemente, um Estatuto da Carreira Docente que comparativamente ao passado é bem (bem!) favorável aos docentes.

Eu podia dar aqui mil e um exemplos. Infelizmente creio que já não vou ter tempo para esses mil e um exemplos, mas fica o recado efetivamente dado.

Falou também a Sra. Deputada do facto dos professores serem obrigados a ficar destacados três anos no mesmo sítio, eventualmente em ilhas distantes, afastados da família, gente nova, contra políticas da natalidade, etc., etc..

Eu estou consigo. E a prova de que estamos consigo é de que efetivamente no encerramento do Congresso do Partido Socialista no mês passado na Lagoa, foi o Presidente do Governo que disse que após o encerramento dos concursos deste ano se faria um balanço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o Presidente do Governo ou foi o Presidente do PS?

O Orador: ... e que havia disponibilidade do Governo para rever duas questões:...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora! Isso é hipocrisia política!

O Orador: ... a periodicidade dos concursos e a obrigatoriedade de permanência por três anos no mesmo ciclo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Secretário, apelo à sua capacidade de síntese. O seu tempo já terminou.

O Orador: Eu acabo já, Sra. Presidente.

Diria apenas que o nosso passado autonómico não é de 20 anos; o nosso passado autonómico é de 40 anos, e se houve cinco secretários regionais neste último ciclo, houve também cinco Secretários Regionais da Educação e Cultura no primeiro.

O PSD fez melhor?

Não tenho a certeza. Certamente que não terá feito.

Vou terminar já, mas tenho de responder necessariamente a uma questão colocada pelo Deputado Artur Lima, porque é uma questão grave e uma questão grave exige um esclarecimento imediato.

As escolas do sistema educativo regional fazem a identificação dos alunos com necessidades educativas especiais através dos recursos que possuem.

Quando os recursos que as escolas possuem são insuficientes é que se recorre à colaboração externa, à colaboração eventualmente desta empresa e à colaboração de outras empresas.

Sobre esta empresa, sobre outras empresas, nós procuramos fazer vigilância.

Se essa vigilância for considerada insuficiente redobramos a vigilância.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, para uma interpelação.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Considerando o nosso horário, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 15 para continuarmos este debate.

Um bom almoço a todos.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Presidente: Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes para o nosso debate.

Eram 15 horas e 12 minutos.

Secretário: O Governo Regional já não tem tempo; o Partido Socialista, 19 minutos e 40 segundos; o CDS-PP, 9 minutos e 30 segundos; PSD, 17 minutos; Bloco de Esquerda, 5 minutos e 50 segundos; PCP, 4 minutos e o PPM 4 minutos e 50 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então continuar os nossos trabalhos. Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Prescindo.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão não está na sala. Sendo assim tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário da Educação:

Que o senhor tenha gerido mal o seu tempo é problema seu e lamentamos que o tenha feito, porque sabia perfeitamente (porque é um homem experimentado, já deve ser o seu milésimo e tantos discurso que já fez na sua vida) que tempo lhe ia tomar o discurso ali da tribuna, embora tenha prezado o proponente da iniciativa, naturalmente nos sentimos honrados, mas obviamente defraudados por não termos respostas.

E há assunto aqui que este Governo vai ter que arranjar tempo como quiser.

E também a Sra. Secretária, que costuma estar tanto atenta ao cronómetro do tempo dos Membros do Governo, devia ter registado que o senhor ia ficar sem tempo.

Há aqui um assunto... É pena que o Sr. Secretário da Saúde também não esteja aqui, nem o Sr. Presidente do Governo que chegou de manhã atrasado e à tarde também,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Atrasado?!

O Orador: ... mas é o valor que se dá a querer o diálogo e a querer estabelecer pontos com esta oposição cega, surda e muda.

Sr. Secretário, só neste intervalo de duas horas eu recebi alguns telefonemas e afinal de contas o escândalo não é só na Terceira. O escândalo da “pesca de miúdos” com deficiências é no Faial e é em São Miguel.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com pseudo-deficiências!

O Orador: Eu quero saber, da sua parte, se vai mandar a Inspeção Regional da Educação perceber o que é que se passa aqui e queria também perceber da parte da saúde se vão mandar a Inspeção da Saúde perceber o que se passa aqui, porque isto parece uma coisa muito grave, de grande gravidade. Anda-se a aumentar artificialmente o número de meninos.

Aliás, é ao abrigo de uma coisa que se chama “Subsídios à Educação Especial”, que é pago pelo ISSA, e são, segundo me informaram, as assistentes das Comissões de Proteção de Menores que encaminham esses doentes e, de alguma maneira ou outra, isso é transversal a todo o Governo (à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social e sobretudo o Sr. Presidente do Governo devia estar aqui para ouvir isto, um caso grave destes).

Quase que as famílias são coagidas a assinar, sobre a ameaça de institucionalizarem os miúdos.

Se isso é assim, é de extrema gravidade e é preciso esclarecer.

Quem sinaliza esses miúdos? Quem os envia?

Depois, quando se faz um caderno de encargos desta ordem, para uma escola dar um parecer, e se diz que se faz um caderno de encargos que se sabe que à partida a escola não vai dar resposta, quer dizer que um menino precisa de terapia da fala em sessões individuais/semanais por técnicos especializados, que precisa de psicologia em sessões individuais por técnicos especializados, que precisa de consulta de pedopsiquiatria regular e continuada... Sr. Secretário, isto exige uma investigação profunda da Inspeção da Educação, da Inspeção da Saúde e da Segurança Social, se é que ela existe.

Isto é de uma gravidade absoluta. E mais: quando numa altura em que este Governo diz que tem um Serviço Regional de Saúde de excelência e não tem capacidade de resposta aos nossos meninos que andam nas escolas e que têm necessidades cognitivas, e que aos meninos com terapia da fala que esperam meses por uma vaga no hospital ou no Centro de Saúde, que o Serviço Regional de Saúde não dá resposta, eu quero que me explique também isso e, sobretudo, porque parece que aqui no Faial estão instalados em instalações alugadas ao Hospital da Horta, nuns moldes quaisquer.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

O Orador: Portanto, ao que parece, é preciso esclarecer isto tudo.

Deputado André Bradford (PS): Parece!... Parece!... Parece!... Parece, mas não é!

O Orador: É necessário que tudo isto seja bem esclarecido: inspeção!

O que eu quero saber é se o Governo está disponível para... Quando se corta, quando a privada que existia nos Açores dava resposta à terapia da fala, dava resposta à fisioterapia, este Governo impiedosamente cortou, e agora anda subsidiar coisas destas.

Portanto, a pergunta é: vai o Governo investigar isso a fundo ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura deixe-me dizer-lhe uma coisa: o senhor fez batota. E fez batota neste sentido:

O senhor acabou por transformar aquilo a que apelidou de miopia política em autocontentamento político.

E entre as duas coisas venha o diabo e escolha a melhor.

O Sr. Secretário transformou uma interpelação, que é uma figura regimental em que os partidos das oposições e também o partido que suporta o Governo faz perguntas e o Governo responde (o Sr. Secretário Regional gastou 25 minutos a responder àquilo que ninguém lhe tinha perguntado), para agora fazer o favor de ficar sem tempo para responder àquilo que lhe é perguntado. Isto é batota regimental, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

A Oradora: O Sr. Secretário Regional não respondeu a uma pergunta que resumidamente tinha esta simplicidade:

O que é que tem corrido mal na avaliação deste Governo Regional, e na sua avaliação como responsável pela área da educação, o que é que tem corrido mal, o que é que é preciso reformular, até onde é que o Governo Regional está disponível a ir para corrigir?

A pergunta é de uma simplicidade cristalina, mas o Sr. Secretário Regional, como gastou 25 minutos a dizer o que ninguém lhe perguntou não teve tempo para responder a esta pergunta.

Sabe o que é que me fazem a mim, Sr. Secretário Regional, quando eu não tenho tempo? Dizem-me assim: “tivesse gerido melhor o seu tempo”. É isso que me dizem dentro desta Casa.

Portanto, Sr. Secretário Regional, eu tenho mais duas ou três perguntas para lhe fazer.

Sabendo que o senhor não tem tempo, mas o Partido Socialista ainda tem,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E responderá!

A Oradora: ... o Sr. Secretário Regional telefonará para algum Deputado ou Deputada do Partido Socialista e responderá com certeza às perguntas.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos aqui para servi-la!

A Oradora: Insisto na primeira a que o Sr. Secretário Regional não respondeu: Na avaliação do Governo o que é que correu mal, o que é que tem corrido mal, o que é que é preciso corrigir, até onde é que o Governo Regional está disposto a ir nessa correção?

Depois, disse o Sr. Secretário Regional, ao que nós já sabíamos e que muito deve ter alegrado centenas e centenas de docentes nesta Região, que o Partido Socialista está disponível para alterar os critérios de integração dos professores precários nesta Região. Centenas deles estão contentes, porque centenas deles sempre fizeram a avaliação, tal como o Bloco de Esquerda e outros partidos dentro desta Casa sempre fizeram a avaliação, de que o sistema que foi imposto é injusto e é desumano.

Aquilo que eu lamento, e que o Bloco de Esquerda lamenta, é que tivéssemos perdido tanto tempo a executar uma injustiça, a impor uma injustiça, e agora sob o protesto das políticas da natalidade o Partido Socialista esteja disponível para alterar, por exemplo, a obrigatoriedade e alguém ficar deslocado durante três anos, na mesma ilha, para ser integrado no nosso sistema de ensino regional.

O Sr. Secretário Regional ainda cá não estava, mas aquilo que se passou dentro desta Casa e fora desta Casa, com esta imposição do Partido Socialista, não foi bonito, Sr. Secretário.

E se por um lado é bom que o Partido Socialista finalmente dê a mão à palmatória e reconheça que não estava certo, não é por causa da natalidade, é por causa das mulheres e dos homens, das famílias e dos docentes desta Região que foram sujeitos até agora a esse regime de integração.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, não é a natalidade. É a justiça.

O Partido Socialista está disponível.

Eu se calhar em vez de natalidade, Sr. Secretário Regional, chamava-lhe eleições regionais em outubro próximo.

Finalmente, Sr. Secretário Regional, relativamente à situação que o CDS aqui trouxe e denunciou, no que tem a ver com empresas, consultórios (não sei como lhe chame!) que andam à procura de crianças...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acareação de alunos!

A Oradora: ... com necessidades especiais para as tratar e que levam qualquer coisa como entre 200 a 300 euros por criança.

Diz o Sr. Secretário Regional que as escolas não têm capacidade de resposta.

Sr. Secretário Regional, porquê?

Não há professores no desemprego?

Não há psicólogos no desemprego?

Não há assistentes e terapeutas da fala no desemprego?

Então, Sr. Secretário Regional, onde é que está a política de luta contra o desemprego?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chumbaram a nossa recomendação!

A Oradora: É dar a firmas que estão na Terceira, em São Miguel e no Faial este dinheiro em vez de empregar os especialistas e os docentes que estão desempregados nesta Região?

A Sra. Secretária Regional, como é habitual, vai fazer um protesto, mas eu vou ter que dizer: isto é mais um negócio para amigos, Sr. Secretário Regional? Mais um?

A Sra. Secretária fará outra vez o protesto. É que já são muitos, já são muitos nesta Região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): É para os amigos!

Deputado André Bradford (PS): Está a falar da Cruz Vermelha?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o artesanato também tem alguns!

Deputado André Bradford (PS): Não! O artesanato tem ao abrigo do Programa Recuperar e se quiser eu discuto isso consigo, quando quiser e onde estiver! Agora a Cruz Vermelha é de militantes!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente,...

Presidente: O Sr. Presidente do Governo pediu a palavra?

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O Sr. Deputado está no uso da palavra. Aquilo que eu tenho para dizer tanto posso dizer agora, como a seguir!

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permita-me que faça (nunca o pensei fazer) um elogio ao Sr. Deputado Artur Lima, ao CDS-PP, por ter trazido este tema a esta Casa, uma interpelação sobre educação, algo que o Partido Socialista e o Governo do Partido Socialista têm todo o prazer em esclarecer todo o trabalho que nos orgulha e que tem sido desenvolvido na nossa Região.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Para precisar, a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, relativamente ao abandono escolar, falou na data de 2011, referiu 43%. Queria só precisar que em 2015 são 28,8%, o que demonstra claramente o trabalho que tem sido desenvolvido na Região.

O Orador: No entanto, e já respondendo às perguntas da Sra. Deputada Zuraída Soares, quando nos desafiou a responder, eu penso que as respostas estão quer nas palavras do Sr. Presidente do Governo, quer nas palavras do Sr. Secretário Regional, quando assumem que efetivamente há coisas que estão menos bem.

Esta seriedade nestas respostas, na minha forma de ver, na forma de ver do Partido Socialista, esclarecem efetivamente aquilo que queremos para o sucesso dos nossos alunos e o desafio que temos lançado ao longo dos últimos anos.

No entanto, gostava também de falar aqui um pouco sobre aquilo que tem sido o trabalho desenvolvido pelo Partido Socialista, quer na modernização do parque escolar, quer na estabilização do corpo docente, quer na elevada taxa da pré-escolarização que ronda quase os 100%, na baixa taxa de abandono escolar (estamos a falar de 2,36%; há 20 anos era acima dos dois dígitos), assim como, e já foi referido, mas é sempre importante referir, a introdução da segunda língua, neste caso da língua estrangeira no 1.º ciclo.

Também gostava de referir alguns números que me parecem pertinentes relativamente ao ano escolar 2013/14 e 2015/2016.

Relativamente a psicólogos, em 2013/2014 tínhamos no nosso sistema educativo 51, passámos a ter 75;

Terapeutas da fala tínhamos 11, passámos a ter 18;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que pelos vistos não chega!

O Orador: Intérpretes de linguagem gestual tínhamos 5, passámos a ter 9;

Técnicos de Serviço Social tínhamos 1, passámos a ter 13.

Penso que os números falam por si e penso que depois de tudo aquilo que hoje já foi discutido e analisado nesta Casa não pode ficar no ar aquilo que de alguma forma, sem grandes explicações, sem grande consistência, tentam sempre fazer, que é personalizar ou pessoalizar com supostos negócios.

Srs. Deputados, quando estamos a discutir educação nesta, que é a Casa do povo açoriano, não podemos faltar à seriedade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui!

O Orador: ... utilizar as crianças para fazer política, uma política demagógica,...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores fazem isso todos os dias!

O Orador: ... uma política de populismo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Para isto, Srs. Deputados, não vão contar nem com o apoio da bancada do Partido Socialista, nem com a bancada do Governo.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado André Bradford (PS):
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apenas queremos que o Governo investigue!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Acabava aqui a minha intervenção referindo algo que me parece pertinente:

Fala-se em 20 anos. Podia-se falar em 30, podia-se falar em 40.

A preocupação do Partido Socialista é efetivamente as crianças.

O que fizemos (e aqui está a diferença nas políticas de esquerda e nas políticas de direita) foi trazer as crianças para a escola,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não parece!

O Orador: ... dar oportunidade a todas as crianças.

Deputado Luís Garcia (PSD): E não era assim!

O Orador: Aqui, Srs. Deputados, orgulhamo-nos do nosso trabalho.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Todos têm direito à educação. As crianças são o principal no sistema educativo que queremos para os Açores e para a educação que queremos para as nossas crianças.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente do Governo tinha pedido a palavra para?

(* **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu peço a palavra para uma reação contra uma ofensa à honra, na medida em que a acusação da Sra. Deputada Zuraida Soares de que era um negócio para amigos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma pergunta!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Uma reação? Um protesto!

O Orador: ... me suscita essa reação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Presidente. Dispõe de cerca de 3 minutos.

(* **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, tenha a Sra. Deputada por pessoa séria, intelectualmente. Tenho-a por pessoa séria não é só intelectualmente, mas, naquilo que releva para esta minha intervenção, tenho-a por pessoa séria intelectualmente.

Há duas questões, ou duas acusações, ou duas críticas que podem ser dirigidas ao Governo.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pergunta!

O Orador: Uma, é dizer “os senhores estão a recorrer a determinado tipo de serviços, isso é um mau uso de recursos públicos; em vez de fazer isso, os senhores deviam contratar terapeutas da fala, deviam contratar psicólogos”. Isto é uma crítica que não tem nada a ver com negócios para amigos.

Outra coisa é dizer que isso está a ser feito dessa forma para favorecimento de amigos.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pergunta!

O Orador: Não, Sra. Deputada! Não é assim!

A senhora já anda há tanto tempo nesta vida que sabe que isso não é assim.

A partir do momento em que se faz uma pergunta nesta Casa, que pareceu até retórica, “é mais um negócio para amigos”, a Sra. Deputada tem a obrigação, na minha opinião, de concretizar.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, a senhora tem que dizer quem, de entre o Governo, aqui é amigo de quem? Quem fez negócios com quem?

Repare, Sra. Deputada:

Eu aceito, porque tenho que aceitar, por obrigação e por convicção, que o Sr. Deputado Artur Lima, a Sra. Deputada, qualquer Deputado desta Casa, diga assim “o Governo não devia contratar esses serviços fora; devia era contratar terapeutas de fala, psicólogos para os quadros das escolas”. É uma questão daquilo que entendem que deve ser a gestão de recursos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vão investigar isto!

O Orador: Outra coisa é, independentemente de investigações, esta acusação (eu considero que foi uma acusação, não foi apenas uma pergunta) velada de que se trata de um negócio para amigos.

Era isso que eu queria esclarecer aqui, frente às Sras. e aos Srs. Deputados e frente aos órgãos de comunicação social.

Se a senhora tem conhecimento de alguma coisa que eu não tenho conhecimento, a senhora deve dizê-lo, para eu poder, como Presidente do Governo, tomar as providências que entendo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Agora não pode é pairar no ar neste debate (pairar no ar neste debate!) esta acusação velada sem concretização.

É inteiramente legítimo dizer esta opção é uma opção que nós discordamos; em vez de gastar dinheiro nisso os senhores deviam era contratar recursos para as escolas.

Agora essa acusação velada, isso não, porque se há conhecimento de alguma coisa, o primeiro interessado em querer saber sou eu, para poder tomar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então investigue!

O Orador: Não é investigue. Já foi feita uma acusação muito concreta, na minha opinião, de que se tratava de um negócio para amigos.

Eu quero saber quem são esses amigos.

Quero saber o que é que a Sra. Deputada sabe de concreto em relação a isso, porque se há alguma coisa que não está a correr bem, é já hoje que o assunto fica resolvido.

Mas se é uma questão apenas de divergência daquilo que deve ser a utilização de recursos públicos, assumamo-la como tal...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: ... não beliscando a honra, que neste caso considero que sendo infundada essa acusação, na forma como foi feita, mesmo de pergunta, belisca.

É este esclarecimento que eu gostava de ter, Sr. Deputada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muita obrigada, Sr. Presidente.

Para proceder às explicações tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo Regional tenho o maior prazer em responder à sua dúvida.

Sr. Presidente, eu tenho conhecimento de que há docentes, psicólogos, terapeutas da fala, assistentes sociais no desemprego nesta Região.

Deputado José Ávila (PS): E há outras pessoas de outras classes também!

A Oradora: Sr. Presidente do Governo Regional, eu tenho conhecimento de que a Inspeção Regional da Educação e da Saúde desconhecia. E agora, Sr. Presidente, para não ser retórico, eu faço o gesto entre aspas, “desconhecia”, porque eu não sei se desconhecia ou não. Eu só tenho a palavra do Sr. Secretário que diz que não sabia e o Sr. Presidente está a dizer-me que não sabia e eu acredito.

Mas então em vez de lhe perguntar, eu digo-lhe: eu tenho conhecimento que a fiscalização,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas alguém sabe o que é que o Governo faz?

A Oradora: ... nomeadamente a Inspeção Regional da Educação e da Saúde andam mais uma vez muito distraídas, porque, Sr. Presidente, não é só o Deputado Artur Lima ou a Deputada Zuraida Soares que sabe que isto acontece. Há outras pessoas, há muita gente nesta Região, nestas três ilhas, Sr. Presidente do Governo Regional, que sabem que isto acontece.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos o Governo Regional!

A Oradora: E eu tenho conhecimento.

Portanto, o que me surpreende é que as duas inspeções que estão aqui em causa, da Educação e da Saúde, nada saibam.

Sr. Presidente do Governo Regional, eu também tenho conhecimento de que o Governo Regional não tem recursos do erário público para aumentar o número de psicólogos, de terapeutas da fala, de professores no ensino público.

Então como é que tem dinheiro para pagar a este consultório, eventualmente (eu nem sei como lhe chame) uma média de 200 ou 300 euros por criança.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por criança!

A Oradora: Surpreende-me!...

Como eu tenho conhecimento de tudo isto, Sr. Presidente do Governo Regional, reservo-me o direito de fazer a pergunta: mais um negócio para amigos? Foi isso que eu perguntei, Sr. Presidente.

Se o senhor estivesse deste lado, com os elementos que tem na mão, eu tenho a certeza que o senhor, com a sua honestidade intelectual, que fez o favor de me reconhecer...

Deputado Francisco César (PS): E a outra também!

A Oradora: ... e que eu agradeço e que eu lhe reconheço a si, o faria.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Faria exatamente a mesma pergunta, que eu estou a fazer, se tivesse na mão, Sr. Presidente, estes elementos que eu tenho e que muitas outras pessoas nesta Região têm.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos então continuar com o nosso debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Depois de uma ofensa fingida apetece naturalmente dizer que os verdadeiros ofendidos aqui não podem invocar o Regimento para se defenderem. E esses ofendidos são as duas gerações de alunos açorianos que perderam com esta governação uma excelente oportunidade para serem pessoas mais qualificadas na nossa sociedade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas começemos pelo princípio. E o princípio é necessariamente o registo de que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura gere o tempo no Parlamento como gere a educação, isto é, gere mal (gere mal!).

Afeta mal os recursos, fixa-se no que é acessório e deixa o essencial ao desdenho, ao desbarato.

Ainda que tendo só 21 meses de funções governativas tem os tiques dos 20 anos do regime socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Todos os tiques da arrogância...

Deputado José San-Bento (PS): Olhe só quem fala!

Deputado José Ávila (PS): Sobre arrogância estamos conversados!

O Orador: ... da impunidade.

Chega ao ponto de culpar a oposição (imagine!...) pelos seus próprios insucessos.

É caso para dizer que o descaramento político não tem limites.

Deputado José San-Bento (PS): É verdade!

Deputado José Ávila (PS): É verdade! Tem toda a razão!

O Orador: E ironia das ironias! É um professor de História que recusa avaliar o passado,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que recusa discutir o passado. Esta é a ironia maior, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Mas eu percebo essa sua fuga. É porque olhar para o passado é olhar para os 20 anos de regime socialista na nossa Região, que na educação como noutras áreas não tem motivos para se regozijar, não tem motivos para festejar, pelo contrário, com seriedade tem motivos para pedir desculpa aos açorianos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor que é de História sabe tão bem quanto eu (aliás, o que todos devíamos ter em consideração) aquele princípio que diz que “quem se esquece do seu passado, arrisca-se a perigosas repetições”.

Deputado Francisco Coelho (PS): Boca santa!

O Orador: Efetivamente é isso que o Partido Socialista tem feito: esquece-se do seu passado e, repetidamente, tem insistido em políticas desastrosas para a educação dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Escolheram a pessoa certa para dizer isso!

O Orador: Mas nesta minha intervenção não vou limitar-me a discordar do Governo Regional.

Há posições do Governo Regional sobre a política educativa com as quais eu tenho de concordar. Tenho necessariamente de concordar com o Sr. Secretário Regional da Educação quando disse que o insucesso escolar é uma “ferida” que temos aberta no nosso sistema educativo regional e nessa ferida só temos colocado vários “pensos”.

Não podia estar mais de acordo consigo. Eu talvez não dissesse tanto.

Mas recentemente, por estes dias, foi novamente aquele Membro do Governo Regional que ali manifestou aquele fervor típico dos cristãos novos, daqueles que devem, têm a obrigação de mostrar que são mais convictos do que os que cá já estavam, quando disse, por estes dias, que o insucesso escolar é uma das maiores calamidades nos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Nessa afirmação disse duas verdades: que a educação nos Açores é uma calamidade e de que há mais calamidades, as pescas, a agricultura, a saúde e o desemprego.

Deputados Luís Rendeiro e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é um Membro do Governo Regional transfigurado que aqui veio fazer um discurso que fica muito próximo (e eu lamento dizer isto) daqueles discursos do Estado Novo, que o Estado Novo fazia da Primeira República e que a Primeira República fazia da Monarquia, de que tudo para trás estava mal, mas a culpa é sempre de terceiros.

Sr. Secretário Regional, neste caso não! Neste caso a culpa não pode morrer solteira e a culpa tem rosto e tem nome. Chama-se Partido Socialista!

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Os mesmos que durante 20 anos mantiveram uma ferida aberta colocando pensos; os mesmos que foram incapazes de evitar a calamidade.

Aqui não é possível atribuir responsabilidades a terceiros, porque na educação toda a responsabilidade legislativa é dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): É dos?

O Orador: É dos Açores!

É daquelas áreas em que a Autonomia melhor podia funcionar.

Deputado André Bradford (PS): É dos Deputados Açorianos!

O Orador: É daquelas áreas onde a Autonomia devia funcionar para acrescentar, para valorizar, para melhorar, não para fazer aquilo que os senhores

fizeram durante estes 20 anos, que levam os professores, os pais, os educadores a questionarem: para que é que necessitamos de autonomia se estamos pior do que o resto do país?

Ficamos também com a sensação, quando fala o Partido Socialista, de que os Açores e o mundo começaram em 1996. Quando ouvimos o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, parece que tudo começou em julho de 2014, talvez por isso mesmo não queira falar do passado, mas necessariamente vamos ter que falar do passado.

E o passado são os resultados que hoje temos nos Açores quando temos uma taxa de pré-escolarização que é inferior à média nacional; quando na taxa de conclusão do ensino básico somos a pior região do país; quando na taxa de conclusão do ensino secundário só estamos acima de uma Região do país, que é o Algarve, por um ponto percentual, mas que estamos muito longe da média nacional e muito longe daquilo que se verifica na Região Autónoma da Madeira.

Portanto, é de resultados que hoje temos que falar. Os resultados das políticas governativas do PS na Educação são estes, são indesmentíveis. Não é aquela realidade que o senhor tentou ficcionar dali dizendo que tudo está bem.

Algumas coisas estão bem, com certeza. Com certeza que sim.

Acha que era possível em 20 anos, com tantos recursos financeiros, com tanta evolução tecnológica que o mundo nos proporcionou, não terem acertado numa coisa? Com certeza que sim.

Nós partimos muito atrás? É verdade!

Como partiu a Região Autónoma da Madeira, como partiu o nosso país, só que ficámos para trás e eles descolaram, foram-se embora, estão à nossa frente nestes indicadores todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Eu estou de acordo em mais uma área com o Sr. Secretário Regional da Educação, é quando diz que é preciso estabilidade no nosso sistema educativo regional.

É verdade! Mas quando o senhor reclama maior estabilidade no nosso sistema educativo regional está a fazer o reconhecimento daquilo que foram as más políticas, a má governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto é que é um carrete!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Um carrete?! (*Risos*) Nem que isto fosse a Cruz Vermelha ou os Bombeiros!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é que tem a Cruz Vermelha?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): A gente não sabe! Os senhores é que sabem!

O Orador: Eu dou-lhe dois exemplos: o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, de 2003 até agora, em 13 anos, sabe, Sr. Secretário Regional, quantas vezes foi alterado? Faz ideia? Sim ou não? Sim ou não, Sr. Secretário?

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não pode responder!

O Orador: Pode acenar com a cabeça sim ou não!

Eu vou dizer-lhe quantas vezes foi alterado: dez vezes!... Dez vezes!...

E não foi a oposição, porque trata-se de matéria exclusivamente administrativa da responsabilidade do Governo Regional. Dez vezes!

Mas eu dou-lhe mais um exemplo:

Critérios de avaliação do nosso ensino básico. De 2001 até agora, em quinze anos (e eu não fui ao início da governação socialista, parei em 2001) sabe quantas vezes foi alterado? Sabe, Sr. Secretário Regional? Faz ideia?

Diga-me daí, com os dedos das mãos, quantas, para vermos se temos ideia!

Diga aí, quantas vezes foi alterado?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não lhe cabe nos dedos todos das mãos!

(Risos da câmara)

O Orador: Eu sei que nessa sua fuga ao passado, provavelmente não se dê ao trabalho, mas eu vou dar uma ajuda, Sr. Secretário Regional.

Em quinze anos, os critérios de avaliação foram alterados sete vezes,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mão e meia!

O Orador: ... o que significa que de dois em dois anos mudam os critérios de avaliação na Região.

Portanto, o senhor vem falar de estabilidade? Eu estou de acordo consigo, mas quem não promoveu estabilidade legislativa para a educação nos Açores foram os senhores!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: São os senhores os responsáveis por estas políticas.

Estou de acordo em mais uma matéria. Quando diz que é preciso um pacto para a educação. Eu também acho que é preciso um pacto para a educação.

Mas o que é que os senhores fizeram ao longo deste tempo todo? O que é que fizeram ao longo desta Legislatura que estamos a concluir?

Os senhores tiveram muitas oportunidades de fazer um pacto para a educação, um pacto em termos gerais, mas um pacto, cada vez que vem aqui uma matéria estruturante para o nosso sistema educativo regional.

O que é que os senhores fizeram com o Estatuto da Carreira Docente?

Viraram as costas às propostas da oposição! Viraram as costas às propostas dos sindicatos!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Vem falar de um pacto para a educação?

Eu estou de acordo com a necessidade de um pacto para a educação, mas um pacto para a educação significa ouvir, discutir criteriosamente, sem preconceitos, aceitar as propostas da oposição,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é com este partido!

O Orador: ... porque por mais erros que possamos dar não é possível à oposição, ao longo de quatro anos, fazer propostas e uma delas não ser boa. É impossível!... É impossível!...

Mas o mesmo não se diz da oposição em relação ao Governo Regional e ao Partido Socialista, porque nós tivemos disponibilidade e apoiamos propostas quando entendemos que essas propostas eram boas.

Agora os senhores têm um preconceito para com a oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mais: um pacto para a educação significa considerar os professores parceiros fundamentais em vez de inimigos, em vez de um algo a abater.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi um Secretário Regional, um dos seus antecessores, que perseguia os professores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Um dos seus antecessores chegou ao ponto de ir ao aeroporto ver que professores é que iam viajar num determinado dia. O Prof.º Álamo Meneses! Toda a gente se lembra desse episódio.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é que fez aquele *outdoor*! Agora já percebemos quem é que fez aquele *outdoor*! Enganou o seu líder!

O Orador: Toda a gente se lembra desse episódio.

Portanto, quem desconsidera os professores, quem não lhe dá mais respeito, mais autoridade, mais formação... E ficávamos aqui o resto da tarde a falar sobre a formação de professores, que é uma vergonha o que os senhores fizeram, extinguiram os Centros de Formação de Associações de Escola, substituíram a formação certificada por formação que faz lembrar o ensino mútuo do fim do séc. XIX.

Quantas ações de formação, hoje, certificadas, são feitas na Região?

Não se faz formação certificada para professores, formação contínua, isso já para não falar noutra golpe rude que os senhores fizeram na formação inicial de professores, alterando os critérios de integração de alunos finalistas de curso de via ensino no nosso sistema educativo regional. Também foi o Partido Socialista que fez isso.

Mas o pacto para a educação também significa responsabilizar os pais e os senhores têm andado à deriva, ora aprovam um Estatuto do Aluno que prevê coimas para os pais que não cumprem determinados requisitos, como logo a seguir mudam e retiram as coimas, porque afinal agora vamos ser menos exigentes.

Mas educação e um pacto para a educação significa também rigor e exigência na avaliação dos alunos. O que é que os senhores fazem?

Durante muitos anos tivemos um currículo nacional que era avaliado em provas regionais. A determinada altura criou-se um currículo regional e passámos a ser avaliados pelos exames nacionais.

Neste momento o que é que os senhores fazem?

Nós não sabemos!...

Não há ninguém que com segurança diga o que é que se está a fazer em termos de avaliação do nosso sistema educativo.

Este ano vamos fazer (vamos fazer, não, vão fazer os alunos!) umas provas de aferição, que serão elaboradas em cada escola, portanto com critérios diversos

nas 40 unidades orgânicas da Região, que não têm consequência nenhuma sobre a avaliação.

Portanto, aquilo que os alunos farão será exatamente o mesmo que faziam há oito anos: entregam as provas em branco, fazem uns desenhos na prova, porque aquilo não tem qualquer consequência sobre a sua avaliação. Portanto, nem sequer para o sistema se autoavaliar estas provas servem. Mas é isso que os senhores estão a fazer.

Finalmente, um pacto para a educação também significa avaliar os programas e as medidas.

Qual foi o programa, qual foi a medida do Governo Regional nestes 20 anos que foi avaliada antes de ser alterada?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Nenhuma!

O Orador: Diga-me, Sr. Secretário Regional!

Quantas? Quantas em 20 anos?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Nenhuma!

O Orador: Nenhuma!

Nos últimos oito anos tivemos quatro Secretários Regionais da Educação que quase se limitaram a ser empreiteiros. Duas gerações de alunos perderam um tempo vital para a sua vida.

Este Governo Regional deixa na educação uma pesada herança para quem o suceder.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois de 20 anos, não é um ato de contrição de que não está tudo bem, a seis meses das eleições, que os iliba de tudo o que de mal fizeram à educação nos Açores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero, nesta segunda intervenção, realizar três referências.

A primeira é que o caso descrito aqui em relação aos alunos da educação especial, e em relação aos contornos com que está a ser enfrentada esta situação e as ligações que existem entre a administração e uma série de profissionais no âmbito do setor privado, é algo que tem que ser devidamente explicado pelo Governo Regional.

É uma urgência que se verifique, que se investigue e que se dê essa resposta.

Estamos aqui exatamente para isso, para fiscalizar a atividade do Governo e para referenciar este tipo de situações, porque obviamente um político responsável apresenta aqui uma situação que acha que é uma situação grave, que possui dados, que possui elementos e esta situação tem que ser devidamente esclarecida depois de aqui ter sido denunciada.

Isso é algo que eu espero que o Governo assuma aqui de forma muito objetiva, que irá investigar e rapidamente a presente situação.

A segunda referência que quero aqui fazer é relação à estabilidade do sistema educativo e em relação às políticas que têm vindo a ser seguidas.

Eu quero aqui (tenho muito pouco tempo) dar mais um exemplo. Já abordei essa questão e outros Deputados antes de mim voltaram a fazer essa referência.

Por exemplo, em relação aos concursos que estão a ser realizados no âmbito da Região passarem a ser concursos anuais. Penso que não estou errado, se disser que o Sr. Presidente do Governo Regional fez esta referência no âmbito do discurso de encerramento do Congresso do Partido Socialista, em que declarou claramente a entender que defende que os concursos passem a ser anuais.

A pergunta que vos coloco é: mas quem é que tinha alterado e quem é que tinha terminado com os concursos anuais?

Foram os senhores! Ou seja, a questão aqui que penso que é importante é a contradição inerente a esta situação.

Ou seja, os senhores apresentam como reforma, como melhoria, uma situação que os senhores introduziram, que os senhores são os responsáveis.

Uma terceira questão que quero aqui fazer referência é a algo que sei que politicamente não me dá voto nenhum, mas há uma coisa que é muito importante, é que vou ao encontro da minha consciência, em relação a esta questão e em relação à minha opinião.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: A questão tem a ver com o seguinte:

Tenho a certeza em relação a esta matéria e esta é a minha opinião:

Estamos a procurar em muitos locais (o insucesso) tentar explicar por que razão, em todos os indicadores relevantes, a Região Autónoma dos Açores tem os piores resultados a nível nacional?

Por que é que estamos piores que (a maioria, não) todas as regiões do interior do país e a Região Autónoma da Madeira? Por que razão, se temos boas infraestruturas escolares, se os nossos alunos são tão bons como outros de outras regiões do país?

A questão é a seguinte:

Eu penso que o fator central é o sistema de recrutamento de docentes, porque o sistema de recrutamento de docentes introduziu as prioridades regionais e fez com que, por exemplo, um aluno da Universidade dos Açores que termine o curso este ano, com uma média de 10 valores, esteja à frente de alguém que tem 20 anos de profissão ou que terminou o curso, mesmo sendo açoriano, em Coimbra ou em Lisboa, com 20 valores?

Esse aluno que obteve resultados de excelência numa outra universidade deste país, esse professor, está atrás de um outro que obteve uma média de 10 na nossa Região.

Meus senhores, o sistema de recrutamento de professores é algo absolutamente central para aferir a qualidade do sistema.

Imaginem que tínhamos aqui uma universidade com cursos de medicina e fazia-se o seguinte:

Para o nosso sistema regional vamos dar prioridade, criar condições de prioridade, àqueles que tiraram o curso nos Açores e todos os outros, açorianos ou não, que tiraram os cursos noutras regiões do país ficam atrás, em termos de colocação.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não lhe são dadas prioridades.

Meus senhores, eu não tenho nenhuma dúvida que imediatamente, com um sistema de recrutamento destes, a nossa qualidade, noutras áreas, iria diminuir drasticamente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Com certeza!

O Orador: Portanto, o sistema de recrutamento de professores, o sistema de formação de professores, é o calcanhar de Aquiles do nosso sistema educativo. Finalmente para terminar (Sra. Presidente, terminou o meu tempo?) quero aqui fazer uma referência.

Aquilo que digo quero sempre afirmá-lo com verdade. E a verdade é que fiz aqui uma referência em relação a um conjunto de iniciativas. Eu referi 17 e que apenas uma delas tinha sido apoiada pelo Partido Socialista ou pela maioria parlamentar.

Não é verdade essa contabilidade.

Não foi propositado, mas há um conjunto de referências, como por exemplo, “a homologação do ensino secundário da Viola da Terra nos Açores”, ou a

“Segurança e Proteção dos Edifícios Escolares”, essas propostas foram de facto aprovadas pelo Partido Socialista.

O argumento mantém-se como válido: a maior parte das matérias foram chumbadas por parte da maioria, e matérias estruturantes, como o “Estatuto da Carreira Docente”.

De facto, em relação aos números que eu aqui dei, esses números estão errados...

Deputado André Bradford (PS): Diga isso ao Sr. Deputado Joaquim Machado!

O Orador: ... e peço desculpa a esta câmara pelo erro involuntário.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para?

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para uma nova defesa da honra, atendendo às declarações do Sr. Deputado Paulo Estêvão que invocou ligações entre a administração Regional e esta Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto é uma habilidade fantástica!

Deputado Luís Garcia (PSD): Gastam o tempo e depois refugiam-se nos protestos e nas defesas da honra!

Presidente: Tem a palavra. Tem três minutos, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada, Sra. Presidente.

Se eu bem percebi, o Sr. Deputado Paulo Estêvão reiterou a necessidade de esclarecer as ligações entre a Administração e estas empresas.

O Governo não pode deixar de sentir a sua honra colocada em causa à semelhança do que aconteceu anteriormente, até porque aquilo que é referenciado agora pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão parte daquilo que é uma

prestação social de âmbito nacional relativamente à qual a Administração Regional não tem qualquer intervenção, porque desde que a família cumpra os critérios, a prestação deve ser atribuída.

Relativamente à questão suscitada pelo Sr. Deputado Artur Lima, referiu os encaminhamentos feitos pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que, como sabe...

Presidente: Sra. Secretária,...

A Oradora: ... são organismos independentes...

Presidente: Sra. Secretária, lamento interromper, mas a defesa da honra era em relação às questões suscitadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. Agradeço que não interpele o Sr. Deputado.

A Oradora: Tem toda a razão, Sra. Presidente.

Para dizer que o Governo, além de não se rever naquela que foi a afirmação do Sr. Deputado, gostaria que o Sr. Deputado concretizasse que ligações são estas que estão aqui em causa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda por cima!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fizeram um contrato!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Não fizeram contrato. É uma prestação social!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para proceder às explicações tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os senhores estão mais suscetíveis do que o ex-Ministro João Soares.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não, não estamos! Não é isso!

O Orador: Devo dizer-vos o seguinte:

Eu, pela primeira vez nesta Casa, algumas vezes, com certeza pisei o risco, reconheço, mas desta vez nem sequer sei ao que é que a senhora está a referir-se, porque a questão é a seguinte:

Eu referi que há aqui uma denúncia. Há uma denúncia concreta de ligações entre a administração e atos que estão a ser praticados que nos parecem poucos claros.

Eu fiquei absolutamente convencido de que isto se trata de uma burla. É o que eu lhe digo. Esta é a minha convicção depois de ouvir a discipção.

O que eu disse foi que o Governo tem a obrigação de fiscalizar esta situação, de investigar e de esclarecer esta câmara em relação a este assunto. Isto é uma ofensa? Isto não pode ser ofensivo.

Isto é pedir-vos e é pedir ao Governo que faça aquilo para o qual está mandatado pelos açorianos, que faça aquilo que está no âmbito das suas competências.

Não pode ser (nunca pode ser!) considerado ofensivo alguém que vos pede que investiguem, que analisem esta situação e que tragam esses resultados a esta câmara onde a situação foi denunciada. É tão claro como isso.

Portanto, Sra. Secretária, eu não consigo compreender por que é que o Governo se sentiu ofendido.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos continuar então o debate.

Está inscrito e tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, também refiro-me à sua intervenção...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Estava a elogiá-lo!

O Orador: Não, não!

... para dizer-lhe o seguinte:

Efetivamente partilho consigo que a nossa preocupação são as crianças. Nessa matéria estamos de acordo.

E V. Exa. vai estar de acordo comigo quando lhe disser que as crianças mais desprotegidas são aquelas que necessitam de educação especial. Essas deviam merecer uma especial atenção da nossa parte e essas, neste momento, estão a ser, ao que parece e tudo indica, usadas para negócio.

Digo-lhe mais:

Há inspeções, nomeadamente da Segurança Social, que o ano passado não tiveram nada que fazer senão andar a chatear quem cumpre as suas obrigações.

Deputado Luís Maurício (PSD): E continuam!

O Orador: A chatear quem cumpre as suas obrigações!

Metem-se pela porta de cada um exigindo coisas e aplicando coimas pelas coisas mais ridículas que possam imaginar, porque têm que apresentar serviço.

Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário da Saúde, Sr. Secretário da Educação:

Os senhores têm ou não têm conhecimento dos pseudo-rastreios e da caça que se faz nas escolas? O rastreio de oftalmologia, o rastreio da medicina dentária, o rastreio da diabetes, o rastreio de sei lá o quê...

Não é com o vosso conhecimento? Para onde é que estes miúdos vão a seguir?... Para onde é que estes miúdos vão a seguir?

Isso é público, vem anunciado nos jornais!

Os senhores fizeram alguma coisa sobre isso?

Nada!...

É na escola que se faz isso. É com autorização sua e sua, Sr. Secretário da Saúde, mas sobretudo daquele senhor que ali está e deste senhor que está aqui à frente, que é o Presidente do Governo.

Rastreios que se fazem para angariar alunos para alimentar clínicas privadas, das mais diversas especialidades. É verdade ou é mentira?

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso é muito grave!

O Orador: Ou os senhores não viram os anúncios nos jornais como eu vi?

Viram ou não viram?

Viram!...

Já agora, o que eu aqui trago é outra questão: é que estes alunos estão sinalizados por assistentes sociais que são pagas pelo Governo, são funcionárias públicas que sinalizam estas crianças.

Sim! Essas crianças merecem a nossa preocupação.

A pergunta que faço (o que eu sugeri, o que eu pedi) é:

A Inspeção Regional da Educação está disponível para investigar o assunto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Somos nós que ainda temos que fazer a investigação! Nós é que temos a obrigação!

O Orador: A Inspeção Regional de Saúde está disponível para investigar o assunto?

A Inspeção da Segurança Social está disponível para investigar o assunto, para perceber o que aqui se passa?

Sr. Secretário, Sr. Presidente do Governo:

Quando o seu Governo cortou na iniciativa privada que fazia terapia da fala a torto e a direito (Sr. Presidente do Governo, a torto e a direito), proibiu porque o hospital tinha capacidade de resposta.

Prova-se que é mentira. Não tem capacidade de resposta.

Esses alunos que são identificados com necessidades educativas especiais deviam ser encaminhados para o hospital e para o Serviço Regional de Saúde lhe dar resposta.

A pergunta, Sr. Presidente do Governo, é por que o Serviço Regional de Saúde não dá resposta às nossas crianças com necessidades educativas especiais?

É essa a pergunta, além de contratar os profissionais para as escolas, Sr. Presidente do Governo. Uma medida errada que os senhores tomaram ao cortar na terapia da fala.

Há alunos em lista de espera, mas os senhores estão a pagar centenas de euros para quem é referenciado, sabe-se lá como, e ao que parece não quer investigar.

Ao que parece não quer investigar!

Ao que parece, o Governo não governa nos Açores, não vive nos Açores.

Está fechado num casulo? Não vê o que se passa à sua volta? Não vê o que vem na comunicação social?

É que isto é tudo com dinheiros públicos.

Diz-me a Sra. Secretária, muito candidamente (e agora preocupou-me!): o Governo não está preocupado, porque isto é pago pelo Orçamento nacional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Eu por acaso disse que o Governo não estava preocupado?!

O Orador: É o que dá a entender.

O subsídio para a educação especial, uma lei de 1980, que é pago pela República, não os aflige, Sra. Secretária?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sr. Deputado, seja fiel aquelas que foram as minhas declarações!

O Orador: A mim aflige-me!

A senhora disse que isto era pago com o Orçamento nacional. A senhora disse que era pago com Orçamento nacional.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Expliquei como se processava!

O Orador: Mas há outra questão aqui que me parece de extrema gravidade.

Sr. Secretário Regional e Sr. Presidente do Governo, que está muito entretido nos seus papéis, mas eu falo para si e falo para si, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Há outra questão aqui que me parece muito importante.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Quem vai fazer a avaliação destas crianças *a posteriori*?

Depois de serem vistas por essa pedopsiquiatra e por esses psicólogos altamente especializados que vêm cá fazer esta derrama, quem avalia se essa criança está curada ou não?

Quem avalia esta criança depois?

Quem é que faz esta avaliação?

Quem é que a tira do sistema?

Quem é que diz: este aluno não precisa mais de terapia da fala?

Mandam para a escola?

A psicóloga da escola faz uma avaliação ou o aluno anda viciadamente no sistema?

Como é que se passa, Sr. Secretário da Saúde?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine?

O Orador: Como é que se passa, Sr. Presidente do Governo?

Como é que se passa, Sr. Secretário Regional?

Estas são as perguntas. Eu não faço acusações, nem se são amigos ou se não são.

Deputado Berto Messias (PS): Não! O senhor não é homem para isso!

O Orador: A questão aqui é esta: que há negócio, há negócio!

Que os senhores não sabiam, ficaram a saber.

O que é estranho é que os senhores ficaram a saber de manhã e à tarde continuam sem resposta.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é? Agora não há defesa da honra nem protesto?

Presidente: O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

(*) **Deputada Catarina Moniz Furtado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que algo de substancial se alterou da parte da manhã para a parte da tarde.

Quem ouviu o CDS na sua primeira intervenção na tribuna cuidou que o Sr. Deputado Artur Lima, pela sua explanação de manhã, queria de facto discutir e refletir sobre o estado da educação nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alunos com necessidades educativas especiais!

A Oradora: Pensávamos que íamos ter oportunidade de debater estratégias, de conhecer ideias e de apontar soluções.

No entanto, após a brilhante intervenção do Sr. Secretário Regional e após algum período até de algum elogio à elevação do CDS-PP em trazer aqui isso, o Sr. Deputado Artur Lima ficou muito incomodado e então, como às vezes é seu timbre, sacou de um trunfo e faz aqui um caso e tornamos o resto do debate da educação num caso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual caso?

A Oradora: Já lhe vou responder, se o senhor me der licença, porque eu estive bem caladinha.

O senhor diz que o Governo de manhã ouviu e agora não tem resposta.

O Governo de manhã já não tinha tempo, quando fomos para o almoço.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem é que roubou tempo ao Governo?

A Oradora: Portanto, não ganhou tempo durante o almoço.

O caso que o Sr. Deputado aqui trouxe, trouxe-o já no final do tempo do Governo.

Portanto, se vamos falar de estratégias, vamos ser claros e saber qual foi a sua, porque a gente já anda aqui há muito tempo.

Agora vamos lá ver:

Há aqui duas coisas completamente distintas nessa questão. A primeira é saber se o CDS está preocupado ou não com o acompanhamento das crianças do nosso sistema de ensino educativo.

O senhor está preocupado em saber se há acompanhamento?

O senhor ouviu o que o Deputado Lúcio disse sobre os psicólogos, sobre o aumento, de 2013/14 para 2015/16, de 47%, mais 24 psicólogos nas escolas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas para que é isso?

A Oradora: Sr. Deputado, isto é preciso para complementar o que mesmo esses 75 psicólogos podem ainda não dar conta.

Outra coisa é saber da transparência das empresas envolvidas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é mais um problema!

A Oradora: Com isso estamos preocupados, mas isso não é a questão. A questão que devia preocupar politicamente o Sr. Deputado era saber, e dizer, se concorda com esse acompanhamento ou não. O senhor chamou-lhe deficiências.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!... Com necessidades!

A Oradora: Não são deficientes. Não é assim que o PS olha para estas crianças e para estes jovens.

Eu conheço famílias que acham que este acompanhamento é muito importante, quer o dos psicólogos das escolas, quer o destas clínicas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Conhece?

A Oradora: Conheço sim senhor. Conheço as famílias das crianças. Não conheço as empresas, não faço ideia. Está bem?

Sr. Deputado, eu não estou em interrogatório para si. Se o senhor quiser esclarecer, nós estamos aqui para esclarecer.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Conhece!

A Oradora: O senhor afinal quer falar sozinho, por isso é que falou sem o Governo ter tempo e quer acabar o meu tempo, mas ainda tenho muito.

Como ainda tenho bastante, e presumo que o Sr. Deputado Artur Lima, à semelhança da Deputada Zuraida, estão na disponibilidade de ouvir as respostas, mesmo dadas pelo Grupo Parlamentar, até porque o Grupo Parlamentar por mim ali disse que assume os 19 anos da governação socialista na educação.

Assume todos os 19 anos!... Todos!... Com orgulho, com responsabilidade...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E vai responder às suas perguntas? Vai?

A Oradora: ... e com a consciência dos desafios que estão pela frente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Está bem?

Esta questão preocupa-nos, mas preocupa-nos mais dar resposta adequada.

O senhor falou de educação especial, mas o senhor não falou nos mais 48 docentes do ensino especial que foram colocados nas escolas para dar resposta.

O senhor não falou de mais sete terapeutas de fala que foram colocados em dois anos nas escolas.

O senhor não falou dos mais 12 técnicos do serviço social que foram integrados nas escolas para implementar e para operacionalizar o ProSucesso, porque o ProSucesso, Sr. Deputado, não foi uma brincadeira.

O que incomoda muito as oposições, e agora dizendo aqui à Sra. Deputada que resolveu, não, Sra. Deputada. Não está tudo bem, mas também não está tudo mal, como a senhora própria reconheceu. A senhora reconheceu.

A senhora pergunta outra coisa que é: recuperámos o que devíamos?

Sra. Deputada, isto é uma pergunta de retórica. Agora, nós sabemos é que ainda há muito para recuperar e temos consciência.

Deputada Zuraída Soares (BEP): Mas vão fazer o quê? É essa a pergunta!

A Oradora: O quê?

O sucesso! Os resultados!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

A Oradora: Sr. Deputado, nunca ninguém disse que os resultados são os que gente quer. Não senhor.

Há bons resultados? Há sim senhor!

Há boas melhorias? Há sim senhor!

Há grandes ganhos? Há sim senhor!

Estamos satisfeitos? Não estamos!

E isso é que incomoda a oposição, é que o PS, depois de 19 anos no Governo continua a não se acomodar, continua a não se conformar...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Continua a falhar!

A Oradora: ... continua a inovar, continua a implementar.

E sabe o que é que é melhor?

O melhor é saber que quem avalia isso está lá fora! Está lá fora!...

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo)

Quem avalia isso são as pessoas que ao longo desse tempo todo viram, no seu concelho, na sua freguesia, na sua ilha, surgir escolas, escolas com campos de jogos, escolas com piscinas, escolas com computadores, escolas com laboratórios.

O senhor sabe quem é que avalia isso?

Quem agora vê os filhos chegar a casa a aprender inglês na 1.ª classe, no 2.º ano, no 3.º, quando eles não tinham essa oportunidade.

O senhor sabe quem é que avalia isso?

As famílias!... As famílias que têm apoio quer de psicólogos, quer de técnicos de ação social, quer de toda a estrutura da escola e na comunidade.

Quem avalia isso está lá fora e nós pensávamos que o CDS queria falar disso cá dentro, que queria refletir isso aqui, que íamos sair daqui com ideias.

Eu não ouvi uma!

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PS e de alguns Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pensei que ia responder às perguntas que a senhora fez da tribuna e que o Governo não respondeu!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada,

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Julgo que não há mais inscrições. Vamos então encerrar este ponto da nossa Agenda e vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto dois da Agenda é a **Proposta de Resolução n.º 16/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Mesa desta Assembleia.

O Orçamento Suplementar foi elaborado pelos serviços nos termos que estão definidos na nossa Orgânica e foi aprovado pela Mesa.

Mereceu igualmente parecer favorável da CAPAT.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente este 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, mas antes faz questão de esclarecer o seguinte:

O Bloco de Esquerda sempre se bateu contra os cortes salariais aos trabalhadores e trabalhadoras da função pública.

Nessa medida lutou, desde a primeira hora, na Assembleia da República, na rua, ao lado dos trabalhadores e das trabalhadoras, e por todos os meios legais, contra estes cortes, nomeadamente o primeiro pedido de inconstitucionalidade destes cortes foi feito pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda junto do Tribunal Constitucional, juntamente com outros Deputados e Deputadas, do Partido Socialista também, que, individualmente, resolveram juntar-se a este desígnio.

Mas já o mesmo não acontece com as reposições dos privilégios de membros de cargos políticos, privilégios esses que desde a primeira hora combatemos e que do ponto vista político consideramos uma afronta.

Porque é uma afronta na nossa avaliação que Deputados e Deputadas que não se levantaram na Assembleia da República contra o corte de salários e contra o corte de pensões, fossem, pela calada da noite ou do dia, junto do Tribunal Constitucional defender os seus privilégios.

Estamos a falar concretamente de Deputados e Deputadas, quer do Partido Socialista, quer do Partido Social Democrata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O nosso voto favorável relativamente a esta Proposta de Resolução é única e exclusivamente porque ela consagra a reposição da justiça para os trabalhadores e trabalhadoras também desta Casa.

Contudo, esta mesma Proposta de Resolução consagra uma injustiça que não podemos deixar de assinalar aqui e agora.

O facto de acatarmos a decisão do Tribunal Constitucional não invalida a nossa posição política contrária, quer à decisão do Tribunal Constitucional, quer à atitude de alguns Deputados e Deputadas do Partido Socialista e do Partido Social Democrata que para ela concorreram.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O CDS vai votar contra este Orçamento Suplementar da Assembleia e vota contra com convicção e sem medos, assumindo aquilo que é um princípio de justiça.

Em 2012 a nossa opinião era essa, de sermos contra as subvenções. Era a opinião do CDS na altura; é a opinião do CDS agora.

Mas há sobretudo aqui uma injustiça do Tribunal Constitucional, em primeiro lugar, quando aponta quem devem ser pagas as subvenções com retroativos.

Ainda continuamos em clima de austeridade no país, mas o Tribunal Constitucional não entendeu pagar com retroativos os ordenados dos funcionários públicos e o subsídio de Natal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendeu para a frente. Não entendeu para trás.

Entende com as subvenções. Paga para trás.

Estranha, enfim, doutrina do Tribunal Constitucional

Como também não concordo e o CDS não concorda e critica as reformas e as subvenções chorudas dos membros do Tribunal Constitucional ao fim de nove anos de exercerem o seu mandato. Vão para casa com uma reforma choruda. Também não concordamos que vão com essa reforma.

Quando hoje em dia (há 10 anos!) os funcionários públicos têm as suas carreiras congeladas, não têm a reposição salarial a 100%, continuam a receber o subsídio de Natal por duodécimos, não têm os seus vencimentos repostos aos níveis anteriores, existe a sobretaxa, vem-se pagar a subvenção.

Não senhora!

Vai-se pagar quando for igual para todos.

O princípio da justiça é para todos.

Quem primeiro cortou essas subvenções é de má memória. O Primeiro-Ministro do Partido Socialista José Sócrates: PEC I, PEC II, PEC III e por aí fora.

Portanto, justiça é justiça. Quando existe é para todos.

Eu até reconheço que nos primórdios, quer da Democracia, quer da Autonomia, houve gente que se esforçou, que houve gente que não tinha privilégios, que houve gente que exerceu os seus mandatos em condições precárias, mas há muitos anos que isso não é necessário e as injustiças devem ser corrigidas quando têm que ser.

Portanto, nós votaremos convictamente contra este Orçamento da Assembleia.

Um milhão e setecentos mil euros para pagar subvenções é muito dinheiro e o CDS é contra esse um milhão e quase setecentos mil euros para pagar subvenções.

É certo que tem que se repor os ordenados dos funcionários, os nossos ordenados, mas isso resulta de quem levou o país à bancarrota, de quem nos trouxe à situação de calamidade pública, de quem nos levou a ir pedir dinheiro e de estarmos aqui hoje a fazer isto, porque se não tivesse existido 2005 e José Sócrates, não estávamos hoje aqui a discutir esse assunto.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Deputada Graça Silva (PS): Nem Passos Coelho! Nem Paulo Portas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): O que é que Passos Coelho tem a ver com isso? É que levou o país à bancarrota?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para usar da palavra em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativamente a este reforço do Orçamento do Parlamento.

Para dizer o seguinte:

Aquilo que está em causa neste reforço orçamental é acatar uma decisão...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é não!

O Orador: ... do Tribunal Constitucional. É isso que está em causa.

Percebo bem a tentação que alguns partidos políticos têm para se aproveitar desta questão e dizer aquilo que o povo naturalmente quer ouvir.

Percebo a legitimidade desse posicionamento e dessas afirmações, mas é bom que clarifiquemos: aquilo que está em causa neste Orçamento Suplementar, apresentado pela Mesa do Parlamento, é acatar uma decisão do Tribunal Constitucional.

Não está em causa se somos ou não somos a favor da existência...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... de subvenções para antigos titulares de cargos políticos.

É bom que isso fique claro.

Também não posso deixar de dizer o seguinte, fazendo alguma história e repondo a verdade:

Por acaso até foi um Governo do Partido Socialista que acabou com a existência de subvenções para antigos titulares de cargos políticos, aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima dizia ser um Governo de má memória. Foi um Governo liderado pelo Partido Socialista que acabou com as subvenções para antigos titulares de cargos políticos no nosso país.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Partido Socialista está muito confortável com a questão das subvenções.

Deputado André Bradford (PS): Com as quais o senhor não concorda!

O Orador: Sobre isso tem medidas aprovadas, medidas apresentadas que acabaram com as subvenções para antigos titulares de cargos políticos no nosso país e conseqüentemente também na nossa Região.

Aquilo que está em causa nesta votação e nesta proposta que é aqui apresentada pela Presidência do Parlamento é reforçar o orçamento do Parlamento para acatar uma decisão do Tribunal Constitucional.

É isso que estamos a fazer e por isso o Partido Socialista naturalmente, e em conformidade com aquilo que foi decidido pelo Tribunal Constitucional,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Concorda com a decisão?

O Orador: ... votará a favor desta proposta.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Era para solicitar à Mesa um esclarecimento sobre este Orçamento Suplementar.

Até por algumas questões que foram aqui colocadas, era importante que a câmara, as açorianas e os açorianos fossem esclarecidos sobre o assunto.

Faço a seguinte pergunta à Sra. Presidente:

A Sra. Presidente é ou não obrigada – a Mesa da Assembleia – a fazer aquilo que está a fazer, um Orçamento Suplementar para repor cortes,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É obrigada a pôr à votação!

O Orador: ... aumentar também determinados valores que o seu cálculo deriva do aumento do salário mínimo nacional e do acórdão do Tribunal Constitucional?

Eu depois inscrever-me-ei para uma intervenção.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabes muito!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu então, respondendo à sua questão, de forma sucinta, para também não prolongar muito este debate, pelo menos por parte da Mesa que não é habitual intervir nestas matérias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então veja lá qual é a resposta que vai dar!

A Oradora: ... o Orçamento Suplementar da Assembleia fez-se efetivamente não só para integrar o saldo apurado pela Conta referente ao ano de 2015, que depois incorpora o Orçamento do ano civil seguinte como receita própria, mas também porque, por via das alterações legislativas feitas o ano passado que obrigam à reposição salarial trimestralmente até ao final do ano, quer por via do acórdão do Tribunal Constitucional, teve que fazer ajustes, neste caso fazer um aumento do lado da despesa para precisamente fazer face aos valores que estavam em causa e assim poder dotar as rubricas a pagamento dos valores respetivos.

Desta forma, esse Orçamento Suplementar da Assembleia, para além de incorporar o saldo, faz os acertos do lado da despesa e do lado da receita, em função destes dois valores.

Portanto, o Orçamento da Assembleia que hoje aqui está neste momento a ser debatido, e depois será votado, pretende cumprir com a legislação que está em vigor e cumprir com o acórdão do Tribunal Constitucional que repõe ou obriga à reposição das subvenções a partir de 2015.

Portanto, o valor que está inscrito é para fazer face a essa despesa.

Penso que esclareci, mas naturalmente a Mesa está disponível para qualquer esclarecimento que assim entender.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A posição do PPM em relação a esta matéria sempre foi muito clara. E é clara desde a década de 80 quando um Governo do Partido Socialista, e uma maioria do Partido Socialista, introduziu as subvenções vitalícias.

Foi uma maioria socialista que introduziu as subvenções vitalícias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mário Soares!

Deputado Berto Messias (PS): O CDS não recebe!

O Orador: Devo dizer o seguinte: estas subvenções vitalícias são um escândalo.

Eu não consigo compreender como é que os políticos portugueses se lembraram de introduzir uma remuneração de privilégio em relação ao resto da cidadania.

Eu sempre considerei, e o meu partido sempre considerou, que a atividade política deve exercer-se em regime de voluntariado...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não quer receber os seus retroativos todos, não?

O Orador: ... e sem pensar que aqui pode obter-se qualquer género de vantagens, porque os eleitores e a população que vota nos políticos não os obrigou a candidatarem-se para as eleições e a exercer estes cargos.

Todos nós estamos aqui porque quisemos, porque nos predispusemos para exercer estas funções e estou absolutamente convencido que uma grande maioria dos que aqui estão não o fizeram para obter qualquer benefício individual.

É absolutamente escandaloso que esta situação se tenha mantido durante tanto tempo na política portuguesa, que os políticos ao fim de oito anos, e depois de doze, tivessem um conjunto de privilégios, enquanto a população portuguesa, a grande maioria da população portuguesa, vivia com as condições de vida que todos conhecem, os reformados, aqueles que se encontram desempregados, aqueles que têm rendimentos baixíssimos.

Os políticos na década de 80, de 90, até há muito pouco tempo, até 2005 tinham este sistema de privilégios que é uma indecência.

Portanto, meus senhores, não se trata aqui também de um simples trâmite administrativo, porque se assim fosse, assina-se a ata, entrega-se à Presidente, e o problema está resolvido.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Se o Tribunal Constitucional tem esta capacidade de governar e de pagar, pois que mande pagar.

Não!... O que se espera e o que se está a pedir nesta câmara é o aval do meu voto e eu não o dou! Eu não o meu voto para pagar subvenções vitalícias! Não dou!... Não dou!...

Portanto, é a liberdade individual de cada um dos Deputados que aqui está de poder pronunciar-se de forma livre sobre esta questão e eu nesta questão desobedeço ao Tribunal Constitucional.

É uma injustiça! É inaceitável! E com o meu voto não contam. Voto contra!

Deputado André Bradford (PS): É pura demagogia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Melo.

(*) **Deputado Humberto Melo (PSD):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

De certa forma, a Sra. Presidente na sua intervenção esclareceu, e bem, a questão do Orçamento Suplementar.

Não está agora em discussão a questão das subvenções.

Já aqui foi referido, julgo que pelo Sr. Deputado Berto Messias, que esse tema já foi resolvido, já terminou.

Portanto, o que agora está em cima da mesa é uma decisão do Tribunal Constitucional que nos resta cumprir. As decisões dos tribunais são para cumprir, não são para discutir. São para cumprir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não são não senhor!

O Orador: São, são! De todos os tribunais são para cumprir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mau, mau, Maria!

O Orador: Portanto, a Mesa da Assembleia propôs ao plenário uma alteração para garantir a execução de uma decisão do Tribunal Constitucional. É apenas isso.

O Partido Social Democrata e o CDS-PP, no anterior Governo da República, propuseram uma condição de recurso para quem tivesse esse direito.

Foi essa condição de recurso que o Tribunal Constitucional chumbou.

Portanto, agora só nos resta cumprir a lei e estamos no órgão máximo da Autonomia, que é a Assembleia Legislativa, que deve primar por isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não senhor!

O Orador: A discussão política já está feita, já está resolvida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está não!

O Orador: Só nos resta isso.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A política não está!

Deputada Zuraída Soares (BE): A discussão política não está resolvida!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sr. Deputado Humberto Melo:

É justamente aí que a coisa entra. A política ainda não está resolvida.

Se V. Exa. leu com atenção o acórdão do Tribunal, exatamente o que eles dizem, é que não impede o legislador de tomar iniciativa futura sobre a matéria.

Deputado Humberto Melo (PSD): Outra!

O Orador: Exatamente! Outra iniciativa futura sobre a matéria, o que quer dizer que politicamente não está resolvido.

Portanto, há iniciativa política para tomar sobre a matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então é isso que tem que fazer!

O Orador: Politicamente, para tomar sobre a matéria, Sr. Deputado Humberto Melo.

Agora, eu acho absolutamente extraordinário, da parte do Partido Socialista, essa anuência à decisão do Tribunal Constitucional.

Eu devo dizer, Srs. Deputados, quando aqui diabolizaram outras decisões do mesmo órgão... O mesmo Tribunal Constitucional foi algumas vezes diabolizado pelos senhores. Inclusivamente, se não me falha a memória, e não quero cometer uma injustiça, ali para o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Já critiquei muita vez!

O Orador: Já criticou muitas vezes o Tribunal Constitucional. Então critique mais uma vez, Sr. Deputado, e diga que é contra isso.

Discorde do Tribunal Constitucional, Sr. Deputado!

Assuma a sua discordância com o Tribunal Constitucional, Sr. Deputado Francisco Coelho, já que V. Exa., constitucionalmente, discordou do Tribunal Constitucional, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Berto Messias (PS): Não é isso que está aqui em causa e o senhor sabe bem isso!

O Orador: Portanto, o que está aqui em causa é o seguinte:

O CDS discorda da decisão do Tribunal Constitucional; o CDS discorda da existência de subvenções políticas em democracia e discorda também do especialíssimo regime de aposentação dos juízes do Tribunal Constitucional. É com isso que nós não concordamos.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, isto não tem nada a ver!

Deputada Zuraida Soares (BE): Tem tudo a ver!

O Orador: Tem tudo a ver, Sr. Deputado Berto Messias, e não me venha dar lições de moral. Tem tudo a ver, porque lições de moral talvez tenha o senhor que as receber e a sua bancada, nessas matérias de subvenções, privilégios e outras coisas mais.

Deputado Berto Messias (PS): E o Parlamento dos Açores viola a Constituição!

O Orador: Portanto, não é obrigatório que da decisão do Tribunal Constitucional sejamos obrigados a votar a favor deste Orçamento.

O Tribunal não nos obriga a votar a favor deste Orçamento. Não obriga!

Portanto, o que estranho é que os senhores não discordem dizendo “nós discordamos da posição do Tribunal Constitucional, mas temos que votar, embora não concordando”.

Não foi isso que o senhor disse. O senhor concorda com a decisão do Tribunal Constitucional.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade!

Deputado André Bradford (PS): Ninguém disse nada sobre isso!

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Apenas mais um esclarecimento. Penso também que é importante que fique claro que a Mesa da Assembleia, quando pede aos serviços que elaborem este Orçamento, não está naturalmente também a fazer juízos de valor.

É preciso que fique claro que este é um procedimento administrativo que tinha que ser cumprido para que a Assembleia esteja em condições de proceder aos pagamentos dos vencimentos e depois, quando a Caixa Geral de Aposentações assim o entender, poder fazer esse pagamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não posso concordar com isso!

A Oradora: Portanto, em termos administrativos era esta a forma que nós tínhamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E à pressa!

A Oradora: Naturalmente que a questão que aqui se coloca é que a Assembleia não pode fazer pagamentos sem ter as rubricas dotadas e, portanto, independentemente de naturalmente poderem fazer o debate que entenderem...

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Artur Lima sabe mais do que isso!

A Oradora: ... eu gostaria que ficasse claro que o que está aqui em causa é um documento que vai permitir que a Assembleia proceda aos pagamentos que legalmente se vê obrigada a fazer.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste curto debate há uma questão que me levanta uma dúvida. O Tribunal Constitucional tem uma decisão que se impõe e que somos obrigados a cumprir, mas esta Casa é a casa da política. Esta Casa é a casa da avaliação política. Isto não é uma delegação do Tribunal Constitucional.

Deputado Berto Messias (PS): Não era para si! É para o Sr. Deputado Artur Lima!

A Oradora: Portanto, sabendo que estamos obrigados a cumprir a decisão do Tribunal Constitucional somos absolutamente livres, e quase que diria obrigados como Deputados e Deputadas, a fazer, concordando ou discordando, a avaliação política dessa decisão.

Isto, Sr. Deputado Berto Messias, não é o que o povo quer ouvir. É aquilo que esta Casa está obrigada a fazer e é aquilo que o Bloco de Esquerda fez na sua primeira intervenção. Eu vou repetir exatamente as últimas palavras da primeira intervenção.

Eu disse o seguinte:

“O facto de acatarmos a decisão do Tribunal Constitucional não invalida a nossa posição política contrária, quer à decisão do Tribunal Constitucional, quer à atitude de alguns Deputados e Deputadas e Partido Socialista e do Partido Social Democrata que para ela concorreram.”

É isto exatamente que eu penso que esta Casa tem toda a legitimidade para fazer: concordar ou discordar.

O Tribunal Constitucional manda no seu “quintal”; a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ainda manda neste “quintal”.

Finalmente, dizer o seguinte:

O Bloco de Esquerda não vota favoravelmente as subvenções...

Deputado Francisco César (PS): Ninguém está votando!

A Oradora: ... e muito menos na forma como elas estão a ser repostas.

Aquilo que o Bloco de Esquerda vota favoravelmente é a reposição dos salários.

Como é impossível separar...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não é! Aí é que está!

A Oradora: Nós tivemos o cuidado de fazer a pergunta à Sra. Presidente, antes do início deste plenário. Fizemos uma consulta diretamente à Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com toda a lealdade!

A Oradora: Se fosse possível separar, pedíamos que se separasse, porque o Bloco de Esquerda votaria as subvenções contra e votaria a reposição dos salários favoravelmente. Mas a Sra. Presidente disse que não era possível separar.

Mais! Que isso implicaria um atraso, que acabaria por invalidar o cumprimento, em tempo de hora, digamos assim, desta reposição dos salários.

O Bloco de Esquerda foi sensível a esta argumentação, daí que tenhamos aceitado e no caso do Bloco de Esquerda vai votar favorável e convictamente a reposição dos salários e convictamente contra a reposição das subvenções, como eu expliquei na primeira intervenção.

Não havendo possibilidade de separar, também entendemos que os trabalhadores e os funcionários desta Casa já foram suficientemente lesados, porque agora ainda haja um voto contra a reposição daquilo que lhes é devido por justiça

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que aqui, à semelhança de outras ocasiões, se aplica muito bem a conhecida máxima da Deputada Zuraida Soares: “uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa”.

Aquilo que estamos aqui a fazer é a aprovar um Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma em que algumas alterações decorrem de alterações legislativas que aconteceram, designadamente a questão

da reposição dos cortes. Possivelmente o Deputado Artur Lima estará também a votar contra a reposição dos cortes salariais...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem lembrado!

O Orador: ... e do aumento do salário mínimo nacional, a questão da integração dos resultados do ano anterior, e depois a questão das subvenções que decorrem de um acórdão do Tribunal Constitucional.

Dos acórdãos do Tribunal Constitucional, em termos políticos podemos concordar ou discordar com eles.

Relativamente a outras matérias por vezes uns de nós concordamos, outros discordamos.

Mas há aqui uma questão: independentemente da concordância ou discordância que existe relativamente a um acórdão do Tribunal Constitucional ele tem que ser cumprido. Independentemente da discordância ou concordância com o acórdão do Tribunal Constitucional ele tem que ser cumprido.

Quando ao acórdão, a este acórdão precisamente, o PCP é contra, foi contra e manifestou-se contra. No dia 19 de janeiro de 2016, deu nota do seguinte:

“Face à decisão de ontem do Tribunal Constitucional, que reverte a suspensão do pagamento das subvenções a ex-políticos, o PCP defende e pratica o princípio de que os comunistas não devem ser nem beneficiados, nem prejudicados financeiramente pelo exercício de cargos públicos, princípio que nos diferencia das outras forças políticas, seja durante o exercício desses cargos, seja após o seu exercício. Fomos contra as subvenções vitalícias e defendemos a sua eliminação”. Esta é a posição do PCP.

Mais! O PCP irá lutar, como sempre lutou, contra as subvenções vitalícias (a posição é claríssima!), assim como relativamente ao financiamento dos partidos. Isso é claro.

Agora não se trata disso. Não se trata de ser contra ou a favor das subvenções.

Mais! Podemos manifestar a nossa concordância ou discordância com o acórdão do Tribunal Constitucional, mas o que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores está a fazer é uma coisa que tem de fazer, sob pena de estar a violar as regras do direito democrático, a Constituição da República e os poderes do Tribunal Constitucional, coisa que nós não podemos fazer, quer nós gostemos, quer não gostemos.

Eu pessoalmente não gosto e o meu partido também não. É contra as subvenções, mas temos de cumprir o acórdão do Tribunal Constitucional sob pena de estarmos a violar a própria Constituição.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho absolutamente hilariante a volta que se dá para justificar que se vai votar favor. Ou são a favor, ou são contra. Ou concordam com a decisão do Tribunal Constitucional ou discordam. Aqui não há outro número a fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Há, há! E veja o histórico do CDS em relação às subvenções!

O Orador: Sra. Presidente, permita-me que lhe diga uma coisa:

Devo também informar que no meu partido quem recebe subvenções, durante a vida não financia o partido.

Deputado André Bradford (PS): Mas recebe!

O Orador: Portanto, fica com a subvenção que é atribuída a cada um

Haverá partidos em que isso não é assim. São financiados ao longo da vida pelos seus militantes. Naturalmente haverá!

Por isso são contra as subvenções, mas são importantes, até para o financiamento dos partidos. Doutra forma são contra, mas depois são financiados, mas isso era outra discussão que traríamos aqui.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era outra discussão, era.

O Orador: Sra. Presidente, permita-me que seguinte.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Lembra-te daquele senhor que se chamava Jacinto e que fez inúmeros depósitos na conta do CDS-PP?!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor. Agradeço algum silêncio para que o Sr. Deputado Artur Lima possa continuar a sua intervenção.

O Orador: Sra. Presidente, esta desculpa... Ninguém é contra que se pague os vencimentos e a atualização dos vencimentos que tem que se fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não quer é que se pague!

O Orador: O Sr. Deputado Aníbal Pires veio naturalmente muito entusiasmo do seu Congresso. Felicito-o pela sua eleição.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado! Estava a ver que não se lembravam!

O Orador: Agora cale-se um bocadinho e deixe-me falar.

Entendemos, Sra. Presidente, e com toda a lealdade...

Eu e a Sra. Deputada Zuraida Soares fomos ter consigo para tentar haver aqui outra coisa, porque aí é que eu queria ver como é que iam votar, quem dá a desculpa dos vencimentos.

Se há quem concorde ou não concorde, mas acha que tem que votar, porque o Tribunal Constitucional decidiu, é legítimo. Votem como entenderem.

Agora, nesta Casa cada um vota como entende e ninguém é obrigado a acatar a decisão do Tribunal Constitucional. Ninguém!

Continuo a achar, fundamentadamente, que era possível, por exemplo, fazer-se hoje, este mês, uma alteração ao Orçamento que incluísse a provisão de verba para pagar as subvenções e que para o mês que vem fosse perfeitamente

possível fazer um outro Orçamento – nada impede de fazer dois Orçamentos Suplementares – e repor os vencimentos.

Mas foi essa a opção da Mesa. Eu não contesto. Respeito.

Agora, estou na minha liberdade e no meu direito, enquanto Deputado desta Casa, e os Deputados do CDS, em discordar da decisão do Tribunal Constitucional e votarmos contra, como discordamos também dos privilégios de reforma dos juízos do Tribunal Constitucional, muito claramente.

Portanto, a nossa posição é que somos contra estas subvenções e o que se está aqui a tratar é absolutamente disso. Achávamos que era possível fazer de outro modo.

A Mesa entendeu fazer assim, respeitamos. Votamos contra na mesma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 abstenções do CDS-PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O CDS votou contra.

(Pausa)

Presidente: Querem que se repita a votação?

Vou pedir então à Sra. Secretária que repita o anúncio da votação.

Secretária: A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tinha pedido a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Muito obrigado.

Presidente: É regimental. Vamos regressar às 17H05.

Peço apenas aos líderes e à Sra. Secretária Regional que se aproximem da Mesa.

Eram 16 horas e 52 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos iniciar os trabalhos.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Vamos dar continuidade à nossa Agenda. O ponto três é o **Projeto de Resolução n.º 137/X – “Estabelece a isenção de encargos com transporte não urgente de doentes”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE. Os tempos que vamos utilizar foram definidos em Conferência de Líderes e estão distribuídos da seguinte forma:

O BE, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos;

O PSD de 20 minutos;

O CDS-PP de 13 minutos;

O PCP e o PPM de 10 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em outubro de 2015 a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda entregou neste Parlamento um Projeto de Resolução que pretende consignar a isenção de encargos com o transporte não urgente de doentes.

Partimos do princípio de que a deslocação de doentes entre a sua residência e o hospital da mesma ilha para o acesso a tratamentos de saúde teve, desde março do ano passado (portanto, desde março de 2015), uma nova regulamentação que colocou um fim a mais um serviço público de carácter universal em nome de uma alegada racionalização dos custos muito comodamente confundida com um racionamento daquilo que é um direito dos utentes.

A opção política tomada pelo Governo Regional e plasmada na Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, significa mais um passo rumo à conversão de mais um serviço público universal e gratuito para tendencialmente gratuito, consoante os rendimentos do utente e sem considerar as necessidades clínicas e as limitações de transporte e acesso a cuidados de saúde.

A progressividade no acesso a serviços públicos não pode ser confundida com a necessária progressividade aplicada ao pagamento das contribuições e impostos, pilar de um sistema baseado na solidariedade entre cidadãos consubstanciado no Estado Social.

Os serviços prescritos, no âmbito do Serviço Regional de Saúde, que não dependem da opção do utente, por estarem associados à sua situação clínica, deverão, na opinião do Bloco de Esquerda ser gratuitos. E não é só na opinião do Bloco de Esquerda, é dando seguimento aos princípios da universalidade de acesso consagrados na Constituição da República Portuguesa.

A Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, enquadrada num Serviço Regional de Saúde que não dispõe de meios (ambulâncias e/ou viaturas devidamente adaptadas para o transporte não urgente de doentes) é injusta, burocrática e é uma demonstração de falta de bom senso, numa Região que pela sua condição insular e arquipelágica apresenta condicionantes de acesso a serviços de saúde, e agrava a vida dos utentes que vivem mais distantes dos hospitais da Região.

O pagamento do transporte não urgente dos doentes, até à entrada em vigor da Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, era feito, pela Região, diretamente aos prestadores do serviço de transporte cujo valor não dependia dos rendimentos do utente que é, igualmente, contribuinte num sistema contributivo e fiscal de carácter progressivo.

Com a entrada em vigor da Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, inaugurou-se um sistema minimalista de apoio ao transporte não urgente de doentes, que além de garantir apoios pecuniários escassos, fá-lo diretamente ao utente, sob a forma de reembolso a ser levantado no balcão do seu hospital, numa exigência burocrática incompreensível e penalizadora do utente.

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho, deu um valioso contributo para o apoio à deslocação dos doentes oncológicos e deve ser acompanhado de um aumento no apoio aos restantes doentes (deslocados ou não) e respetivos acompanhantes, principalmente, quando a oferta de alojamento convencionada é limitada.

Por tudo isto, o Bloco de Esquerda pede a esta Assembleia que recomende ao Governo o seguinte:

Primeiro, que haja lugar a que o transporte não urgente de utentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde no âmbito do Serviço Regional de Saúde seja isento de encargos para o utente quando a situação clínica o justifique, designadamente no caso de necessidade de tratamentos prolongados ou continuados em estabelecimentos ou serviços do Serviço

Regional de Saúde e em outras entidades com convenção ou acordo com o Serviço Regional de Saúde;

Em segundo lugar, que o Governo Regional aumente o número de convenções com unidades de alojamento no continente português e nas ilhas com hospital;

E em terceiro lugar, e finalmente, que o Governo Regional aumente o valor de apoio diário ao(à) acompanhante do(a) doente deslocado.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam para o debate. Já sabem que neste...

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores pretende recomendar ao Governar dos Açores, através deste Projeto de Resolução, que estabeleça a isenção de encargos com o transporte não urgente de doentes.

Também pretende recomendar o “*aumento do número de convenções com unidades de alojamento no continente português e as ilhas com hospital*” e “*o aumento do valor de apoio diário ao(à) acompanhante do(a) doente deslocado*”.

Em Comissão e como consta do respetivo Relatório, a Senhora Deputada Zuraída Soares explicou, e cito: “...*que ao referir-se a transporte não urgente refere-se ao transporte em táxis*”.

Ora, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) considera que a Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, aprova o Regulamento de deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde, dentro da ilha de residência, inter-ilhas, para fora da Região, ou para o estrangeiro, e aprova a tabela de comparticipação diária na deslocação dos doentes e seus acompanhantes.

O Regulamento do Serviço de Transporte Terrestre de Doentes, a efetuar maioritariamente pelas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários está aprovado e em vigor pela Resolução do Conselho do Governo n.º 94/2014, de 29 de maio.

O transporte não urgente é aquele que se efetua para a deslocação dos doentes do seu domicílio para consultas, exames complementares de diagnóstico e tratamentos e o retorno ao domicílio após a observação em Unidade de Saúde, transporte este que é solicitado diretamente à entidade prestadora, pelas Unidades de Saúde.

Este tipo de transporte – não urgente – é garantido pela Unidade de Saúde, com recurso às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, mediante contrato a estabelecer entre ambas as entidades prestadoras do serviço.

A existência de outras entidades, que não sejam as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, devem possuir o alvará atribuído pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, que é a entidade reguladora do transporte terrestre de doentes, como determina o art.º 12.º, da Resolução do Conselho do Governo n.º 94/2014, de 29 de maio.

Para satisfazer as necessidades emergentes com o transporte terrestre não urgente de doentes existem vários tipos de transporte utilizados. Existem as

Ambulâncias de Socorro, Ambulâncias de Transporte, Ambulâncias de Transporte Múltiplo e Veículos de Transporte Simples de Doentes.

Cabe à Unidade de Saúde requisitante solicitar qualquer um destes transportes, consoante a decisão clínica, e o pagamento é assegurado pela Unidade de Saúde que o requisita.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer realçar que este tipo de transporte ainda pode ser requisitado pelos Serviços Sociais dos Hospitais e Unidades de Saúde, depois de avaliada e comprovada a situação de carência económica.

Quando o transporte é requisitado por particulares (repito: quando o transporte é requisitado por particulares), são estes a suportar os encargos de acordo com a tabela e condições determinadas pela respetiva Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

Na Região, e de acordo com os pareceres emitidos pelos Hospitais, Entidades Públicas Empresariais Regionais, que estão anexos ao Relatório da Comissão de Assuntos Sociais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista comprova que o transporte terrestre não urgente de doentes é assegurado pelas Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, mediante os protocolos celebrados.

As deslocações terrestres não urgentes de doentes em táxi são comparticipadas na totalidade no percurso entre o aeroporto ou a gare marítima e o hospital ou o local de alojamento, tanto no dia da chegada como no do regresso, caso o Serviço Regional de Saúde não assegure o transporte.

Nos casos dos doentes que recorrem à clínica privada com convenções com o Hospital, o transporte em táxi é comparticipado diretamente ao doente e de acordo com as tabelas em vigor, mas nas situações de comprovada insuficiência económica o Hospital assume a totalidade desses custos.

Reconhecemos que o alojamento convencionado tem garantido boas condições aos nossos doentes deslocados e acompanhantes, e que o Serviço Social dos

Hospitais e o Serviço de Apoio ao Doente Deslocado em Lisboa têm permitido manter o apoio necessário, um serviço de proximidade e garantido um alojamento com boas condições de acolhimento e apoio.

A par destes serviços há que reconhecer a importância e o papel relevante que outros parceiros, como sejam, a L.A.D.A – Liga dos Amigos dos Doentes Açorianos, as Casas dos Açores, mais recentemente a do Porto e o Voluntariado têm desempenhado na ajuda solidária aos nossos doentes e acompanhantes.

Consideramos que o regime vigente que regulamenta a deslocação de doentes do Serviço Regional de Saúde está adaptado às necessidades atuais. O valor das participações é variável consoante o escalão em que o doente se insere, que no caso do doente oncológico, é acrescido de mais 600,00 € mensais, atribuídos pela Secretaria da Solidariedade Social, no cumprimento da aplicação do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho, que criou o Complemento Especial para o Doente Oncológico.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende não existirem razões imediatas que obriguem ao aumento do valor ao acompanhante deslocado, porque a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores não apresenta nenhuma sustentação fundamentada para essa necessidade, e porque, ainda, ao ter votado favoravelmente o Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho, que criou o Complemento Especial para o Doente Oncológico, concorda com os critérios definidos na Portaria n.º 28/2015, de 9 de março.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não ouviu a minha intervenção!

O Orador: Queremos reconhecer, tal como o Governo Regional, que a opção política tomada e assumida quanto ao transporte terrestres não urgente de doentes é a que garante melhor e adequados serviços, numa lógica universal, de gratuitidade na larguíssima maioria das solicitações, como garante o acesso sem condicionantes ao Serviço Regional de Saúde.

Do mesmo modo consideramos não se justificar o alargamento das convenções para alojamento dos doentes e acompanhantes e não encontramos justificação fundamentada para que se processe ao aumento do valor da diária do(a) acompanhante.

Apreciado este Projeto de Resolução, as considerações e conclusões que chegamos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra estes Projeto de Resolução, por não trazer mais benefícios para os doentes, para além dos que já estão instituídos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda traz a esta Casa um Projeto de Resolução que vem ao encontro de algumas das preocupações já manifestadas pelo PSD no passado, nomeadamente quando a legislação de apoio ao doente deslocado foi colocada em prática pelo Governo Regional...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e em relação às quais manifestamos a nossa concordância. Senão vejamos:

Tivemos a oportunidade de em devido tempo, e colocando desde já o enfoque no terceiro ponto do Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda, de assinalar que, ao contrário daquilo que o Governo quis fazer passar, não houve um aumento do apoio ao doente deslocado porque, no nosso entender, e isso é fácil

de comprovar, o apoio ao doente deslocado não é um apoio ao doente *per si* mas ao doente e ao seu acompanhante.

Se é certo que em termos absolutos, e olhando para a primeira coluna do anexo que acompanha a Portaria n.º 28/2015, de 9 de março, se verifica um aumento absoluto dos valores para o doente deslocado, o que se verifica de forma simultânea é que olhando para a segunda coluna, aquela que diz respeito ao valor da diária entregue ao acompanhante do doente, se verifica igualmente que em termos absolutos ela diminui em todas as situações.

Ou seja, quando antes a legislação previa um subsídio diário para o doente e acompanhante de 26,51 €, para uma estada média inferior a 30 dias, o que nós verificamos com a nova legislação é que aquilo que se aumentou na primeira coluna ao doente retirou-se ao seu acompanhante.

Isso tem relevância, porque se a Sra. e os Srs. Membros do Governo, a Sra. Presidente e as Sras. e os Srs. Deputados quiserem verificar nos relatórios de contas dos três hospitais da Região chegam facilmente à conclusão que a deslocação do doente não é a deslocação do doente *per si*, mas é a deslocação do doente e do seu acompanhante.

E passo a citar os números:

Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, 2014 – 4.142 doentes deslocados; 3.379 acompanhantes.

Significa isso que 81,57% dos doentes deslocados por ordem do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira foram acompanhados.

Hospital da Horta – 1.331 doentes deslocados; 1.057 acompanhantes.

Isso significa que em 2014, dos doentes transferidos pelo Hospital da Horta, 79,4% foram com acompanhantes.

Hospital de Ponta Delgada, 2014 – 1.861 doentes deslocados; 1.962 acompanhantes.

Aqui, quer dizer que por via da legislação atual há uma percentagem significativa de doentes deslocados que o foi por mais do que um acompanhante. Ora, isso significa que 87% dos doentes deslocados pelo Hospital de Ponta Delgada em 2014 foram acompanhados por alguém, familiar ou pessoa referenciada pelo próprio doente, concretizando 74% deles com um acompanhante e 13% com dois acompanhantes.

Estes são os dados oficiais contidos nos relatórios de contas dos três hospitais da Região e que pelas visitas que temos feito aos Conselhos de Administração dos Hospitais já durante o ano de 2016 é possível constatar que esses valores não variam muito no ano de 2015 e cujo relatório de atividades e contas estão a ser neste momento fechados.

Mas mais do que isso. É que se passou desse subsídio fixo para um subsídio decorrente do rendimento *per capita* dos doentes e é preciso dizer, como já o dissemos no passado por diferentes vezes, que os doentes que na legislação atual se encontram no primeiro escalão, ou seja, aqueles que têm um rendimento igual ou inferior a 419,22 €, pela legislação anterior, muitos deles, recebiam, o doente e o acompanhante, um subsídio suplementar dado pela Segurança Social de 5,00 € por dia.

Ou seja, aquilo que pela legislação anterior possibilitava a um doente com rendimento *per capita* inferior a 419,22 € uma ajuda diária na sua deslocação, ele e acompanhante, de 63 €, é agora de 65. Um aumento de 2,00 € apenas e só para o primeiro escalão.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, isso se nós não tivéssemos em conta o que se passa precisamente, Sra. Deputada Zuraida Soares, relativamente ao transporte terrestre.

É que pela legislação anterior todo o transporte terrestre era participado na totalidade pelo Governo. Agora não!

Para os tais doentes do primeiro escalão, repito, que tenham um rendimento *per capita* mensal inferior a 419,22 €, independentemente do percurso que esses doentes façam, recebem, no máximo, 10,00 € por cada dia de deslocação.

Ora, como é fácil perceber, a mensagem segundo a qual se apoia os doentes é errada. Diminuiu-se em larga escala o apoio ao doente deslocado. É aquilo que podemos afirmar, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, como de uma publicidade enganosa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Para mais, estes doentes são obrigados a apresentar uma declaração de rendimentos para que, em função da qual, sejam reembolsados. Uma declaração de rendimentos que diz respeito ao ano anterior, ao ano que eventualmente eles se encontravam saudáveis, mas naquele momento em que se encontram doentes e eventualmente usufruindo de um certificado de incapacidade temporária, com redução do seu rendimento mensal, vão ser duplamente penalizados, porque o rendimento que vai ser avaliado, daquele doente, é o rendimento que ele tinha quando era saudável no ano anterior.

O Orador: Isso constitui uma segunda injustiça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Exatamente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o nosso discurso sobre essa matéria sempre foi coerente. Deu-se com uma mão e retirou-se com a outra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com as duas!

O Orador: Sempre defendemos um apoio justo ao doente deslocado e o apoio, no nosso entender, mais justo ao doente deslocado (que, entenda-se, pelos números que perante esta câmara eu demonstrei, é ao doente e ao seu

acompanhante) teria sido, como ao longo dos anos os diferentes governos fizeram, um ajustamento percentual para mais necessariamente, relativamente àquilo que eram as tabelas até então em vigor.

Muito obrigado.

Deputados João Bruto da Costa e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Primeiro uma declaração de interesses: o CDS-PP sempre foi contra esta política de austeridade na saúde levada a cabo por este Governo que se diz socialista.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Sempre foi a favor da austeridade!

A Oradora: É verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Denunciamos a austeridade imposta aos doentes não só nesta vertente da deslocação de doentes, como na mudança das regras dos reembolsos, com base na declaração de IRS dos utentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: A austeridade na saúde foi trazida para a Região em 2011, quando o PS introduziu as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que mais não fizeram do que condicionar o acesso à saúde.

Desde então e até agora o Governos Socialista tem sido até fértil em medidas que restringem ou condicionam o acesso dos açorianos aos cuidados de saúde: desde a portaria de reembolsos, até à portaria que regula o transporte não urgente de doentes, que versa sobre a deslocação de doentes, passando pela exigência de um escrutínio dos rendimentos pessoais dos utentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Esta nova técnica introduzida pelo Governo do Partido Socialista (quem ganha mais tem de pagar mais) justifica a necessidade de condicionar o acesso participado pelo Governo à saúde no setor privado como um luxo, quando se sabe que o Serviço Regional de Saúde não dá resposta às necessidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Basta verificar as listas de espera em várias especialidades!

Para além dos impostos que são arrecadados e que por si contribuem para o financiamento da saúde e que deveriam permitir o acesso aos cuidados de saúde públicos, nos Açores assiste-se ao pagamento de taxas moderadoras que foram introduzidas, alegadamente, para financiar um serviço de radioterapia.

O CDS-PP tem sido frontalmente contra esta política de austeridade, nomeadamente e em concreto contra as regras da deslocação de doentes,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que com as alterações introduzidas por este Governo socialista baixaram substancialmente as diárias e as ajudas de custo ao transporte.

Aumentou-se ligeiramente as diárias para os doentes, reduziu-se drasticamente as diárias para os acompanhantes e indexou-se as diárias aos rendimentos dos doentes e acompanhantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Em síntese: reduziram-se apoios.

O CDS-PP não tem sido uma oposição apenas crítica e maldizente, temos prezado também por apresentar propostas que sustentem a nossa posição e, como tal, no âmbito da deslocação de doentes, apresentamos uma iniciativa que visa majorar os apoios aos doentes oncológicos e que foi aprovada por unanimidade...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto é com agrado que vemos outros partidos da oposição a juntarem-se a nós neste combate a medidas que discriminam açorianos numa área tão sensível como é a saúde.

Bem-vinda ao clube, Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Como?

A Oradora: De combate à austeridade na saúde.

Relativamente ao transporte de doentes, a austeridade foi para os doentes, mas foi também para a iniciativa privada... Os doentes, nomeadamente os crónicos ou a precisar de tratamentos prolongados, antes tinham um apoio público para fazer face às despesas totais e integrais de transportes...

Agora, por imposição do Sr. Secretário da Saúde, apenas têm um apoio de 10 euros, se estiverem incluídos no primeiro escalão de apoio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Não deixa de ser curioso que na República, aquele Governo Socialista com apoio das esquerdas, é muito mais sensível às necessidades dos doentes, como é notícia de 6 de abril, que diz que o Ministério da Saúde vai isentar de pagamento de transporte não urgente os doentes em tratamentos prolongados independentemente da condição económica, bem como deixará de haver um número mínimo de deslocações para haver comparticipações no pagamento...”

É caso para se perguntar:

E nos Açores como é que vai ser?

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Vamos falar sobre isso!

A Oradora: Este é um dos pontos resolutivos da iniciativa do Bloco de Esquerda. Afinal a autonomia também serve para isso, para fazer melhor em benefício dos açorianos.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

O Bloco de Esquerda fez-nos aqui uma proposta de resolução que não só toca no tema principal daquilo que são os considerandos, como introduz também outros dois pontos que, não estando nos considerandos, permitem toda esta amplitude de discussão novamente sobre a saúde que aqui estamos, no fundo, a assistir.

Por isso iria, nesta primeira fase, talvez responder de uma forma direta às outras questões que foram levantadas e que estão apenas na proposta de resolução, mais concretamente a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Luís Maurício relativamente à diária ao acompanhante e ao doente quando deslocado.

Sr. Deputado Luís Maurício, percebo que haja da vossa parte alguma dificuldade em entender a medida, e também acho que haja algum incómodo relativamente a esta medida, considerando aquilo que tem sido a perceção que não só temos como Partido Socialista, mas também os serviços têm relativamente à satisfação dos utentes nesta matéria.

Aquela contestação que o Sr. Deputado muitas vezes refere relativamente aos utentes, de que os utentes estão insatisfeitos, não é essa a contestação que felizmente assistimos, quer ao nível dos serviços sociais dos hospitais, quer ao

nível dos serviços de deslocação dos doentes das USI's, quer ao nível do apoio aos doentes deslocados no continente ao SAD...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se é assim existem exceções!

O Orador: ... que existe no Continente.

Sr. Deputado, existem com certeza exceções, existirão com certeza pontualmente alguns doentes que possam não estar tão satisfeitos com esta matéria, principalmente porque a medida teve, e isso foi sempre por nós admitido, um caris social. Teve marcadamente um carácter social.

Pretendemos com esta medida apoiar mais quem mais precisava e apoiar menos quem menos precisava. Ou seja, introduziu-se com esta medida mais apoio a quem mais precisava.

Percebo que possa haver algum descontentamento sobre esta matéria de forma pontual. Agora não é esse o sentimento que temos quando falamos com os doentes, quando confrontamos os serviços sociais sobre esta matéria. Tem havido um maior apoio e os doentes sentem-no no dia-a-dia. Isso para nós é mais importante do que esta discussão, se estão os doentes contentes ou não estão os doentes contentes.

Sr. Deputado, temos vindo a acompanhar esta medida com os sistemas informáticos que foram introduzidos. Com a introdução da alteração a esta Portaria, temos vindo a registar se tem havido ou não necessidade dos doentes relativamente às antecipações que estão previstas na Portaria; se tem havido ou não por parte dos doentes alguma necessidade adicional de apoio por parte dos serviços sociais quando isso se verifique e estamos numa fase em que temos vindo a compilar estes dados de decisão de se vai ser ou não necessário introduzir algumas alterações sobre esta questão.

Sr. Deputado, com toda a franqueza e honestidade com que provavelmente me conheceu ao longo destes quatro anos, se for necessário alterar alguma coisa relativamente a esta Portaria, ela será alterada.

Teremos a oportunidade também de admitir que em algum ponto possa não estar tão bem, como por exemplo, e indo de uma forma mais concreta, à questão do táxi. Muitas vezes tem sido aqui referido os 10,00 €, como um dos pontos do Governo, um dos pontos na introdução desta Portaria, para efetivamente limitar de alguma forma o transporte de táxis, porque o serviço público de saúde proporciona o transporte aos doentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: Nós proporcionamos o transporte através dos hospitais, e é isso que está na Portaria e já era isso que estava previsto na Portaria anteriormente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Andam a ganhar dinheiro à custa do utente!

O Orador: ... era que o hospital requisite àqueles que são os nossos parceiros nesta matéria, nomeadamente as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, os transportes necessários para os seus utentes.

Quando isto é feito, através da requisição do transporte às Associações Humanitárias ou através dos transportes próprios dos hospitais, que alguns hospitais o fazem através dos seus veículos próprios, o doente não paga nada. Não há qualquer encargo para o utente quando o transporte é requisitado pelos hospitais.

Por isso penso, Sr. Deputado, que é uma boa medida de gestão pública podermos proporcionar ao utente um transporte gratuito através dos serviços do próprio hospital.

A questão do reembolso de táxi, Sr. Deputado, neste momento só se põe se o doente manifestar claramente a sua vontade por um transporte alternativo que não as ambulâncias de transporte ou os veículos de transporte de doentes múltiplos, que não os transportes próprios do hospital dizerem “não, eu prefiro ir de táxi para o hospital”. Sendo essa a opção do doente, temos a questão da comparticipação do transporte em táxi dos 10,00 € até aos 6,00 €, conforme está previsto na Portaria.

Ou seja, não obrigamos ninguém a fazer essa escolha. Mesmo o doente fazendo essa escolha resolvemos apoiar o utente, garantindo no entanto que o doente tem sempre, porque isso tem sido sempre garantido pelos serviços de deslocação de doentes e pelos serviços sociais dos hospitais, uma alternativa através do transporte dos bombeiros ou através dos transportes próprios dos hospitais.

Por isso, Sr. Deputado, estar a dizer que há aqui uma limitação relativamente a esta matéria, penso que é no fundo exagerado.

Sra. Deputada Ana Espínola, agradeço-lhe a referência que fez relativamente às alterações e àquilo que foi proposto pelo Governo Socialista, pelo Governo apoiado pelo Partido Socialista na República, porque efetivamente perceberam, tal como o Governo Regional já tinha percebido e já tinha implementado na Região Autónoma dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tinha, não!

O Orador: ... que havia um grupo de doentes que não podia estar limitado o seu apoio ao transporte apenas às situações de insuficiência económica.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está isso?

O Orador: Se não sabem, digo-vos que hoje a Portaria que foi anunciada no dia 6 de abril foi publicada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Recente! Por isso é que não tínhamos conhecimento! É coincidência!

O Orador: Ou seja, a Portaria foi publicada hoje,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje!

O Orador: Hoje!

... por incrível que pareça, no dia em que estamos aqui a discutir o transporte de doentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje!

O Orador: Não! A nível nacional... Hoje, penso que não terá havido aqui nenhuma coordenação do Governo sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sei!

O Orador: Foi publicada hoje essa Portaria e essa Portaria vai exatamente ao encontro daquilo que já se praticava nos Açores há muito tempo.

Como sabem, e se não sabem passo a explicar, a nível nacional o apoio só era garantido a quem tivesse até 1,5 IAS.

Nas outras situações, ou seja, só os doentes com situação de insuficiência económica é que tinham direito ao apoio no transporte.

A partir de hoje a Portaria prevê que os doentes tenham esse apoio, independentemente da sua situação económica, indo ao encontro daquilo que já estava a ser aplicado na Região Autónoma dos Açores, em que todos os doentes independentemente da sua situação económica têm apoio ao transporte terrestre de doentes.

Penso, Sra. Deputada Zuraida Soares, para terminar, que mais importante do que fazermos batalhas políticas relativamente a diplomas, seria importante perceber junto de quem beneficia desses diplomas se realmente há satisfação...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não há, não!

O Orador: ... ou insatisfação sobre essa matéria.

Não lhe vou dizer que há 100% de satisfação nessa matéria,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas é possível!

O Orador: ... mas felizmente, principalmente os doentes que mais precisam, têm-nos referido muitas vezes que esta ajuda adicional que lhe demos era uma ajuda necessária.

Muito obrigado.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde, Sr. Deputado Domingos Cunha:

Tudo estaria bem na realidade se tudo estivesse bem. E ouvindo o Sr. Deputado Domingos Cunha e o Sr. Secretário Regional, na realidade, parece que está tudo bem, que ninguém se queixa, ninguém diz nada,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queixam-se, queixam-se!

A Oradora: ... os doentes que mais precisam estão altamente agradecidos e também não têm nada a dizer, no entanto o Governo está disponível para corrigir aquilo que houver para corrigir. Nós já ouvimos isto aqui centenas de vezes.

A verdade é que o Governo nunca está disponível para corrigir no momento em que as oposições dizem: alto, há aqui um problema que talvez valesse a pena corrigir.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não, é depois. É depois!

E depois e é um depois calculado, não é um depois por acaso. É quando dá jeito, Sr. Secretário Regional.

Depois disse também o Sr. Deputado Domingos Cunha que o Bloco de Esquerda tinha trazido aqui um Projeto de Resolução sem razões fundamentadas.

Eu gostava de lembrar a esta câmara que o ano passado, creio que em julho, o Bloco de Esquerda fez aqui uma interpelação sobre saúde em que só trouxe razões fundamentadas.

Lembro-me na altura que coloquei ao Sr. Secretário Regional da Saúde para aí uns dez exemplos geograficamente colocados em cada ilha dos Açores. Lembra-se disso, Sr. Secretário Regional?

E lembra-se de qual foi a avaliação que o senhor fez sobre o teor da interpelação?

Era casuística, só apresentava casos pontuais e ocasionais.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): E foi!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, vamos lá ver: “sol na eira e chuva no nabal”, não é possível! Ou querem razões fundamentadas...

E o que é a razão fundamentada?

São as pessoas, Sr. Secretário Regional. São os utentes, é ouvi-los. Não há nada mais fundamentado, não há razão mais fundamentada. É ouvir as pessoas.

Ora, se trazemos aqui as pessoas e os casos concretos das pessoas, os senhores chamam a isso pontual e ocasional, mas de qualquer maneira vou fazer a vontade, quer ao Sr. Secretário, quer ao Sr. Deputado Domingos Cunha,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Obrigado!

A Oradora: ... e vou dar razão, pelo menos uma razão fundamentada.

Antes disso, gostaria de dizer aos açorianos e açorianas e de lhes chamar a atenção para uma coisa:

Esta falácia de que a justiça social se faz obrigando os doentes que ganham mais a pagar mais pela saúde, é perigosa e mais tarde ou mais cedo vai se virar contra os doentes açorianos e açorianas.

E não é o Bloco de Esquerda que o diz, é um camarada seu. Chama-se António Arnaut. Foi o criador do Serviço Nacional de Saúde e diz exatamente isto que eu estou a acabar de dizer.

Portanto, as pessoas, a justiça social faz-se na progressividade dos impostos e é aí que a progressividade falha, Sr. Secretário, porque na realidade quem ganha menos paga mais; quem ganha mais está nos *offshores* e é por isso que depois precisamos de macaquear a justiça social fazendo com que os doentes que ganham mais pagam mais, os que ganham menos pagam menos, e isso fica bem na opinião pública.

Isso é uma falácia. A justiça social faz-se com impostos, faz-se com descontos. Quem ganha mais desconta mais para o todo, para a sociedade.

Não se faz depois. Faz-se no momento dos impostos, mas como aí falha, porque aí há invasão fiscal, porque aí há fuga fiscal, porque não há dinheiro... Pois não! Ele não está aqui! Ele está noutra lado.

Então como aí falha e não há dinheiro para os serviços públicos, nomeadamente para a saúde, então vamos fazer a justiça social aqui, obrigando uns a pagar mais e outros a pagar menos.

Açorianos e açorianas, um dia, a continuar assim, vão arrepender-se de ter achado esta medida generosa. De generosa não tem nada.

Vamos agora às razões fundamentadas:

Imaginemos um doente que faz, por exemplo, hemodiálise ou que tem um tratamento de fisioterapia periódico, ou que tem um problema oncológico, que também precisa de tratamentos periódicos.

Muito bem!

E então oiçamos a razão fundamentada, oiçamos um doente, neste caso, que vive uma situação destas e que diz o seguinte:

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Qual delas?

A Oradora: Não interessa!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Ah, não interessa!

A Oradora: Sra. Secretária, desculpe.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É um doente, Sra. Secretária!

A Oradora: É um doente que precisa periodicamente de se deslocar a um hospital para receber um tratamento.

Se é para fazer hemodiálise, ou fisioterapia, ou um tratamento oncológico vai dar ao mesmo, é um doente que precisa de se deslocar.

O doente diz o seguinte:

“O meu transporte é feito por ambulância ou então por um veículo adaptado para tal efeito, com um condutor com formação em suporte básico de vida, mas o número insuficiente de ambulâncias e a inexistência de tais veículos [oiça bem!] obrigam-me a recorrer a um táxi”.

E continua:

“Antigamente [antigamente é antes da Portaria n.º 28, que no fundo engloba e enquadra estas questões que aqui estamos a tratar] o custo de transporte de táxi era suportado totalmente pelo Serviço Regional de Saúde e pago diretamente aos taxistas, mas agora com a publicação desta nova Portaria há lugar à comparticipação do valor absoluto que varia entre 6 e 10 € ao táxi, ou ao trabalho feito pelo táxi, e unicamente consoante os rendimentos dos pacientes”.

E pergunta este doente:

“Então e as distâncias não são uma variável a ter em conta?”

Uma deslocação de táxi, por exemplo, dos Biscoitos para Angra ou do Nordeste para Ponta Delgada custa a mesma coisa que dos Arrifes para Ponta Delgada ou de uma freguesia de Angra para o hospital de Angra? Custa a mesma coisa, Sr. Secretário Regional? Não custa!

E então não é uma variável a ter? É só o rendimento do doente? A distância percorrida pelo táxi, não?

Não!... Mas o Sr. Secretário Regional acha que está tudo bem, que não é preciso corrigir nada.

Continua o mesmo doente:

“Os pacientes, como é o meu caso, com poucos recursos financeiros, sujeitam-se à disponibilidade das poucas ambulâncias...”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esperam horas!

A Oradora: ... e por isso chegam a esperar três e quatro horas pelo transporte”.

Três e quatro horas pelo transporte a que têm direito, porque eles não vão ao tratamento porque acordaram de manhã, Sr. Secretário, e disseram: “oh, hoje não tenho nada que fazer, vou tratar-me”.

Não!... Vão ao tratamento porque estão obrigados, foi prescrito pelo médico.

Há um médico que diz: “o senhor veja lá; tem que fazer este tratamento, tem que ir lá todos os dias, ou dia sim, dia não”. Não é porque o doente quer, é porque não tem outro remédio se quer tratar da sua saúde e provavelmente garantir a sua vida.

Esperam três a quatro horas! Estamos a falar de um doente, doente mesmo! Não está a fingir, está doente mesmo, mas fica à espera três ou quatro horas por uma ambulância.

Mais. Aqueles que recorrem a táxis (oiça isto, Sr. Secretário) têm que partilhar o táxi com mais três pacientes...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em São Tomé também é assim!

A Oradora: ... quando se aconselha o transporte de dois passageiros, no máximo.

Sr. Secretário Regional, não faça essa cara, porque o senhor é médico.

Eu vou fazer-lhe um convite:

O senhor pense no que é um doente que vai fazer uma hemodiálise, um doente que tem um problema que necessita de fisioterapia e um outro que vai fazer um tratamento oncológico, todos no mesmo táxi, sentadinhos.

Para caberem obviamente têm que ir numa posição extremamente cómoda para qualquer um deles (extremamente cómoda para qualquer um deles!).

Portanto, o senhor não faça esse ar tão surpreso, porque isto é a realidade, não é banda desenhada. É a realidade que o senhor acha que está muito bem.

Finalmente, apesar destes doentes terem mobilidade reduzida, estes doentes em qualquer uma destas situações, os reembolsos (Sr. Secretário, oiça) são feitos no hospital.

Sr. Secretário Regional, então quer dizer, o desgraçado do doente que já paga o táxi para se ir tratar, a seguir volta a pagar o táxi para ir buscar o reembolso do táxi.

E continua doente! Ou melhor, fica mais doente, não só porque lhe sai do bolso, como sai do seu tempo, sai da sua energia física e a desgraçada da pessoa que estamos a falar está doente, Sr. Secretário.

O senhor ainda se lembra do que é que isto quer dizer, na sua deontologia profissional? Está doente!... Está doente!... Pagou!... Precisa do dinheiro e agora vai novamente arranjar forma de ir ao hospital buscar o reembolso daquilo que pagou.

Isto faz sentido, Sr. Secretário?

Isto faz sentido ao nível do mais elementar bom senso?

Pondo a burocracia de lado, isto faz sentido para alguém que pense sobre este assunto?

Só se faz na sua cabeça, Sr. Secretário Regional, porque eu não acredito que faça sentido na cabeça de mais alguém, mesmo dos Deputados e Deputadas do Partido Socialista que vão chumbar este diploma do Bloco de Esquerda, porque acham que está tudo muito bem, mas isso é o que o dedinho deles dizem, porque na cabeça de certeza que não pensam assim.

Para já é isto, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraida Soares, já por mais do que uma vez que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aqui assumiu, por mim e por outros Srs. Deputados, que não está tudo bem no Serviço Regional de Saúde.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Já o assumimos.

Mas também assumimos que o Governo e este Grupo tudo farão para melhorar progressivamente tudo o que tem a ver com o utente e com o doente. Esse é que está no centro e é aquele que justifica a existência do Serviço Regional de Saúde.

Deputados Lúcio Rodrigues e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à questão que a Sra. Deputada aqui disse que eu tinha dito que não tinha apresentado nenhuma sustentação fundamentada para essa necessidade, é verdade que o afirmei e disse-o no contexto daquilo que é a sua proposta de aumentar o valor do acompanhante deslocado. E porquê?

Por uma razão muito simples, como eu disse também, é que a Sra. Deputada ao votar favoravelmente o Decreto Legislativo Regional 16/2015/A, de 17 de junho, da iniciativa do CDS que tem a ver com o CEDO, o n.º 2 diz: “os beneficiários têm direito a deslocarem-se com acompanhante, tendo este direito a uma diária a atribuir nos termos do Regulamento de Deslocação de Doentes do Serviço Regional de Saúde”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antes daquele!

O Orador: A senhora ao votar isto favoravelmente concorda com...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não concordo!

O Orador: ... a Portaria que está em vigor.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não!

O Orador: Está sim senhora. A senhora concorda, porque está escrito no diploma, Sra. Deputada. A senhora concorda.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Se a senhora não tivesse concordado ou tinha-se absterido ou tinha votado contra. É evidente que sim, Sra. Deputada. Está aqui escrito no diploma, é claro, é claríssimo como água.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso foi antes!

O Orador: Mas voltemos àquilo que eu disse inicialmente relativamente ao transporte terrestre de doentes não urgente.

Gostaria de relembrar o que já disse aqui em nome do Grupo Parlamentar e vou reafirmar:

O transporte terrestre de doentes não urgentes está assegurado pelas unidades de saúde em parceria com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de acordo com os protocolos celebrados entre estas entidades. Que isto fique aqui claro e que fique perfeitamente esclarecido.

E mais. Que este tipo de transporte não urgente é programado pelas próprias unidades de saúde mediante os relatórios clínicos dos doentes que sabem quando é que têm que se deslocar, sabem a que horas é que devem estar e depois serem colocados no seu domicílio.

Toda a gente sabe que é assim e é assim que trabalham os hospitais, particularmente nos doentes oncológicos, hemodialisados, nos doentes com outras patologias que muitas vezes têm que se deslocar com frequência ao hospital.

Mas termino, Sras. e Srs. Deputados, fazendo um desafio e uma pergunta à Sra. Deputada Zuraida Soares. Se me permitir, gostaria de fazer-lhe duas perguntas:

Deputados André Bradford (PS): Ela faz tantas!

O Orador: Primeiro, se tem conhecimento de que alguma vez ou algum doente ficou por ser transportado?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, se tem conhecimento que algum doente ou alguns doentes deixaram de ser tratados por falta de transporte?

Muito obrigado.

Deputados André Bradford e Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Domingos Cunha, vamos usar a honestidade intelectual que o senhor tem e eu também,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Sempre!

A Oradora: ... e vamos falar a sério um com o outro.

Deputado André Bradford (PS): Era mais fácil depois de responder!

A Oradora: Era mais fácil se me deixasse falar. Já agora, o senhor não fez perguntas.

Não disse que eu fazia muitas? Então deixe-me responder. Muito obrigada.

Na apresentação deste diploma e de acordo, aliás com aquilo que consta dos seus considerandos, no último parágrafo, antes da parte resolutiva, diz o seguinte (e eu li daquela tribuna):

“O Decreto Legislativo Regional n.º 16/2015/A, de 17 de junho, deu um valioso contributo para o apoio à deslocação dos doentes oncológicos e deve ser acompanhado de um aumento no apoio aos restantes doentes (deslocados ou não) e respetivos acompanhantes, principalmente, quando a oferta de alojamento convencionado é limitada.”

Sr. Deputado Domingos Cunha, em que é que a concordância convicta do Bloco de Esquerda na votação relativamente a este Decreto Legislativo Regional colide com aquilo que estamos a propor neste Projeto de Resolução, se entretanto (e é aqui que entra o uso da nossa honestidade intelectual, a sua e a minha) se entrepôs entre uma coisa e outra a Portaria que enquadra o problema que aqui estamos a tratar?

Sr. Deputado, faça-me o favor de admitir que uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

O Bloco de Esquerda está absolutamente a favor do Decreto Legislativo Regional de 17 de junho. Agora tem críticas a fazer, críticas que eu estou a fazer...

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem! Tem críticas!

A Oradora: ... à Portaria.

Era o que faltava. Isto não é uma assinatura para a vida. Nem o casamento é, Sr. Deputado, quanto mais agora...

Deputado Domingos Cunha (PS): Esta Portaria define!

A Oradora: Eis senão quando se intromete uma Portaria. Esta Portaria, esta malfadada Portaria, que na realidade mais não fez do que vir racionar o acesso à saúde e o direito aos açorianos e açorianas de a garantirem.

É verdade, Sr. Secretário Regional. É a nossa avaliação. Assumimo-la. Portanto, é democrático também.

Pergunta-me depois o Sr. Deputado Domingos Cunha se tem conhecimento de que algum doente lhe tenha faltado o transporte, lhe tenha faltado...

Sr. Deputado, acho que o senhor não leu o nosso Projeto de Resolução.

Deputado Domingos Cunha (PS): Li, li!

A Oradora: A questão não é se falta. A questão é quem paga, Sr. Deputado.

Deputado Domingos Cunha (PS): Está aqui!

A Oradora: A questão é quem paga. Essa é que é a questão.

Deputado Domingos Cunha (PS): É o Serviço Regional de Saúde!

A Oradora: Não é não! Não é não!

O senhor, volto a dizer-lhe, não vai do Nordeste para Ponta Delgada com 10 euros.

Deputado Domingos Cunha (PS): É o Serviço Regional de Saúde quem paga!

A Oradora: Não, não vai.

O que o senhor está a dizer não é verdade.

Deputado Domingos Cunha (PS): É sim senhora!

A Oradora: Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa:

Amanhã ou quinta-feira, será na quinta-feira, eu vou dar-lhe vários exemplos de pessoas que precisaram e não foram atendidas e não serão pelas circunstâncias que se vive. Lá chegaremos, Sr. Deputado, lá chegaremos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Maurício tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este debate tem-se centrado, em alguns dos seus aspetos, nomeadamente no que diz respeito ao transporte terrestre dos doentes, como se todos os episódios em que esse transporte terrestre seja requisitado seja na mesma ilha e seja feito por bombeiros voluntários ou outras viaturas do Serviço Regional de Saúde.

Isto não é verdade, porque em muitas das situações, quer dentro da mesma ilha, quer fora da ilha de residência para outra ilha ou em território continental, o transporte não é feito por ambulâncias dos bombeiros voluntários, nem por outro transporte consignado ao Serviço Regional de Saúde. É feito por táxi e é nessas circunstâncias (os senhores não conseguem desmentir isso) que o doente, com este novo regime, sai penalizado.

Não sei quem é que os senhores consultam, Sr. Secretário Regional, para avaliar da satisfação dos doentes.

Provavelmente será aqueles telefonemas da Connexall, que recebemos em casa, no sentido de, à boa maneira do 1-X-2, na escala de satisfação, o doente afirmar se está ou não satisfeito com o tratamento que recebeu na véspera ou na antevéspera.

Mas, respeitando a sua opinião, Sr. Secretário Regional, gostaria também que pudesse entender e respeitar a minha.

As informações que tenho é que a satisfação que o senhor procura aqui traduzir não corresponde à realidade, sobretudo aqueles doentes crónicos que tendo já se

deslocado, em outras circunstâncias, ao abrigo do regime anterior, se veem bem mais insatisfeitos com as regras determinadas por este novo regime.

Queria dizer-lhe, Sr. Secretário, que para o PSD, nem a mim pessoalmente, constitui qualquer incómodo uma medida que seja bem aplicada. O que constitui para mim, pessoalmente, e para o PSD um incómodo é o falhanço do objetivo político.

O senhor definiu e o seu Governo como os açorianos iriam ter médicos de família todos em 2016 e o senhor já reconheceu que não vai cumprir.

O incómodo para mim, pessoalmente, e para o PSD é o senhor dizer que a assistência dos doentes nas diferentes ilhas dos Açores, nos seus Centros de Saúde, através de especialistas, está melhor do que nunca, quando não é verdade. O senhor acabou com a deslocação dos especialistas aos centros de saúde das nossas ilhas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A minha insatisfação e o meu incómodo, e o incómodo do PSD, é com os tempos máximos de resposta garantidos que o senhor fez publicar em Portaria, e que não passam de um papel sem qualquer valor,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque o senhor nunca foi capaz de o cumprir.

O meu incómodo pessoal e o incómodo do PSD é o senhor obrigar os doentes a pagar a diferença da deslocação dos hospitais de referência para outros hospitais sem que se cumpra aquilo que o senhor próprio definiu em Portaria, que cada hospital, no Portal da Direção Regional de Saúde fixasse mensalmente os tempos máximos que os doentes deveriam esperar por consulta ou por uma cirurgia.

O meu incómodo e o incómodo do PSD é a incapacidade que o Governo e o senhor revelou no sentido desses doentes serem atempadamente atendidos e não esperarem por uma cirurgia há mais de quatro anos.

O meu incómodo e o incómodo da bancada do PSD foi a incapacidade desse Governo e a incapacidade do Sr. Secretário Regional não querer reconhecer que as listas de espera cirúrgicas aumentariam exponencialmente.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, isto não tem nada a ver!

O Orador: Há um ano eram nove mil. Hoje o senhor tem mais de dez mil açorianos em espera há mais de quatro anos para serem operados.

É esse o meu incómodo e é esse o incómodo da bancada onde eu me sento, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, o meu grande incómodo e o grande incómodo deste Grupo Parlamentar que está aqui é o senhor desmentir os pareceres dos hospitais da Região que estão aqui e que estão anexos ao relatório.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Este é que é o meu grande incómodo, é para que os três hospitais que aqui estão...

Os relatórios dizem claramente a verdade dos factos, e este, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para mim, por outras razões que o senhor sabe também, é que é o meu grande incómodo.

Por isso é bom que todos saibamos de que incómodos é que estamos a falar.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Fica incomodado com as pessoas!

O Orador: Já agora, Sr. Deputado, já que trouxe aqui a questão dos médicos de família, o meu grande incómodo também é que em 2004...

Deputado Luís Maurício (PSD): Isso era ano de eleições!

O Orador: ... o vosso candidato Victor Cruz, em Vila Franca do Campo, prometeu para todos os açorianos médicos de família, naquelas eleições que aconteceram em 2004.

Onde é que eles estão?

Não existem!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Aumentámos significativamente os médicos de família que hoje existem no Serviço Regional de Saúde. Porquê?

Porque conseguimos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Oh senhor, desça à terra!

O Orador: Quantos médicos de família tinha no seu tempo, Sr. Deputado?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sei!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!...

O Orador: Não sabe! Faça por gestos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O que é certo é que se hoje temos os médicos de família que temos foi graças ao Partido Socialista e ao Governo do Partido Socialista,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... que permitiu que as Unidades de Saúde da Região ficassem com idoneidades formativas e tivessem capacidade de recrutar e de fixar esses médicos de família, que agora são 158 e no futuro serão muitos mais.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para responder à questão que foi há pouco colocada pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

No fundo, este caso que aqui nos trouxe relativamente ao utente, é importante talvez, Sra. Deputada Zuraida Soares, esclarecer um pouco esta questão da falta de ambulâncias, porque a senhora é a primeira pessoa que refere falta de ambulâncias quando eu também sou tutela, além do Serviço Regional de Saúde, das Associações Humanitárias dos Corpos dos Bombeiros.

Deputada Zuraida Soares (BE): Olhe que não! Não estive na reunião de Bombeiros Voluntários da Horta!

O Orador: Que eu saiba, ou pelo menos que nos tenha sido dito de uma forma concreta, não há falta de ambulâncias.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então para que é são precisos os táxis?

O Orador: As próprias Associações Humanitárias, considerando o apoio que o Governo lhes tem dado e considerando também os pagamentos que têm vindo a ser feitos pelos serviços públicos de saúde por esses transportes, têm vindo a adequar o número de ambulâncias.

Recentemente acho que Ponta Delgada adquiriu uma ambulância, Angra de Heroísmo terá adquirido mais uma ambulância. Ou seja, tem havido aquisições

de ambulâncias por parte das Associações Humanitárias para dar resposta cabal a essas situações.

Eu não tenho, Sra. Deputada, e pedi a palavra exatamente para lhe dizer isso, relato de que tenha ficado algum doente por transportar por falta de ambulância. De uma forma muito concreta, Sra. Deputada, eu tenho que lhe dizer isto.

Como Secretário Regional da Saúde eu não tenho esse relato e a senhora disse que esse doente ficou por transportar (foi isso que leu, que o doente ficou por transportar) por falta de ambulâncias.

Deputada Zuraida Soares (BE): Exatamente!

O Orador: Isso não é verdade, Sra. Deputada.

Da mesma maneira, Sr. Deputado Luís Maurício, eu vou dizer-lhe...

Deputado Luís Maurício (PSD): Diga, Sr. Secretário!

O Orador: ... que o meu incómodo é tentar dizer aqui mentiras e tentar fazer com que elas pareçam verdade. Isso é o meu incómodo!

Deputado Luís Maurício (PSD): São profissionais nisso!

O Orador: Talvez por isso, Sr. Deputado, lhe desafiasse, porque acho que não foi dito de uma forma clara e foi dito no meio dos aplausos da sua bancada parlamentar, a repetir aquilo que disse: que estão dez mil açorianos à espera, há mais de quatro anos, por uma cirurgia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não!

O Orador: Foi isso que o senhor disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi não senhor!

O Orador: Foi isso que o senhor disse no meio dos aplausos.

Eu gostava que o senhor confirmasse ou desmentisse.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, uma breve referência à intervenção do Sr. Deputado Domingos Cunha.

Como sabe, tenho uma consideração pessoal, desde há muito tempo, por si.

Agora, Sr. Deputado Domingos Cunha, o compromisso do Governo que ali está e da bancada que o sustenta não foi aumentar o número de médicos de família. Foi aumentar o número de médicos de família de modo a que todos os açorianos em 2016 tivessem médico de família.

Ninguém vos obrigou a assumir esse compromisso político.

Deputado José Ávila (PS): Todos os dias trabalhamos para isso!

O Orador: Portanto, o que eu disse foi que me sentia incomodado, esta bancada, pelo facto do Governo, pela voz do Sr. Secretário Regional e em diferentes ocasiões (recordo-me a primeira vez, ainda numa fotografia, jovem nas suas funções governativas, no Jornal Açoriano Oriental, em fevereiro de 2013) dizer perentoriamente: “em 2016 todos os açorianos terão médico de família!”.

O que eu quis aqui dizer foi que esse compromisso político tinha falhado.

Relativamente aos compromissos políticos de 2004, que o Sr. Secretário referiu, assumidos pelo líder do PSD de então, foram julgados em eleições e perdeu.

Agora, o que estamos aqui a avaliar é a ação deste Governo.

Portanto, o que eu quis referir foi precisamente isso, é que esse compromisso político já tinha sido assumido pelo Sr. Secretário Regional que não ia ser cumprido. E muito bem! E os Açores melhoraram em relação ao número de médicos de família, com certeza.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem! Isso é honestidade política e pessoal!

O Orador: Deixem-me explicar o resto.

Naturalmente os senhores reconhecem que não poderia pior.

Sr. Deputado Domingos Cunha, não poderia piorar. Sabe porquê? O senhor sabe tão bem como eu (sabe naturalmente!) e até lhe ficaria bem reconhecer aqui perante esta câmara. É que durante muitos anos as carreiras hospitalares foram mais valorizadas do que a carreira de medicina geral e familiar e que o número de vagas para o internato complementar de medicina geral e familiar, durante muitos anos, foi muito menor do que o número de vagas das especialidades hospitalares.

A partir de determinada altura essa situação inverteu-se e, portanto, o número de vagas determinado pelo Ministério da Saúde para a medicina geral e familiar aumentou.

Naturalmente se aumentou para a medicina geral e familiar, diminuindo para as especialidades hospitalares houve uma maior procura da medicina geral e familiar que veio naturalmente a repercutir-se em todo o país e também na Região Autónoma dos Açores. Daí, o número de médicos de medicina geral e familiar ter vindo a crescer.

Mas repito: o que quis dizer foi que o compromisso político assumido por este Governo, de que todos os açorianos tinham médico de família em 2016, não vai ser cumprido.

Uma segunda nota para o Sr. Secretário Regional da Saúde para não retirar das minhas afirmações aquilo que não corresponde à verdade. O que eu disse, e é verdade, são dados oficiais que estão no *site* da Direção Regional de Saúde, é que estão mais de 10 mil açorianos em espera para uma cirurgia e que alguns deles estão à espera há mais de quatro anos, muitos deles à espera há mais de três anos.

O senhor considera isso uma atitude prestigiante de um governante do qual o senhor é o principal responsável na área da saúde? Considera?!

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima fazia aqui apenas um apelo à câmara, naturalmente dentro da latitude que tenho concedido a todas as bancadas, mas que não dispersássemos do tema que aqui nos traz que é o Projeto de Resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(* **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não era para intervir naturalmente neste debate, mas vejo-me obrigado a fazê-lo por uma questão que acho que é preciso recordar, porque as coisas vão-se esquecendo, relativamente aos médicos de medicina geral e familiar.

De facto, nos últimos anos aumentaram nos Açores.

Deputado José San-Bento (*PS*): Mas a resolução não é sobre isso!

O Orador: Sr. Deputado José San-Bento, não fui eu que falei nisso, foi o Sr. Deputado Domingos Cunha e o Sr. Deputado Luís Maurício.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima...

O Orador: Portanto...

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, naturalmente vou dar-lhe a palavra...

O Orador: ... vou só fazer essa referência...

Presidente: ... mas queria apelar também à sua capacidade, porque os comentários que foram feitos sobre essa matéria foram devidamente esclarecidos. Portanto, eu apelava que não fugíssemos ao tema que aqui nos traz.

O Orador: Eu não vou fugir. Eu vou no tema.

Presidente: Tem a ver com...

O Orador: Eu vou no tema, Sra. Presidente.

Presidente: Não é sobre o tema, Sr. Deputado.

Apelava também por isso à sua capacidade de recentrar o debate novamente.

Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: Não, não. É por uma questão de justiça, Sr. Deputado José San-Bento.

É que se fixaram médicos nesta Região, especialmente de medicina geral e familiar, foi devido a uma proposta feita pelo CDS,...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, pelo amor de Deus!

O Orador: ... aprovada por unanimidade nesta Casa, em que valorizava quem escolhia a especialidade de medicina geral e familiar (ponto).

Deputado José San-Bento (PS): Mais um debate de urgência!

O Orador: E penalizava sobretudo aqueles que queriam desistir e queriam ir-se embora.

Não tenho mais nada a dizer. Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado e também a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta iniciativa do Bloco de Esquerda, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente e vamos votar favoravelmente para contrariar, digamos.

E esta iniciativa do Bloco de Esquerda visa contrariar aquilo que têm sido as políticas do Governo do Partido Socialista, que têm vindo a criar um conjunto de barreiras no acesso à saúde e, por outro lado, a transferir despesas para os utentes que deveriam ser suportadas pela Região.

Estou a referir-me à introdução das taxas moderadoras e estou a referir-me ao facto da distinção em função do escalão de rendimentos. Como a Deputada

Zuraida Soares já referiu, não nos parece que esse seja o caminho. Isso acaba sempre por ser uma dupla tributação e vamos já na tripla tributação.

Portanto, esta é uma recomendação que visa corrigir uma injustiça e que visa, digamos, facilitar o acesso aos cuidados de saúde tirando uma sobrecarga em termos de despesa para quem está numa situação de fragilidade e que precisa de apoios médicos.

Portanto, até para dar esse sinal (e o Partido Socialista tem que compreender isto) não pode continuar a colocar em cima dos utentes os encargos com a saúde.

Esses encargos com a saúde são suportados pela Região. Devem ser suportados pela Região e não pelos utentes. É para isso que pagamos os nossos impostos. É exatamente para termos acesso aos cuidados de saúde. É exatamente para isso que pagamos os nossos impostos.

Portanto, o Partido Socialista tem de inverter esta política de sobrecarregar os cidadãos com despesas que deviam caber inteiramente à Região.

É evidente que isto liga-se a uma outra questão, que é à introdução de um modelo organizacional, um modelo de gestão da saúde na Região que tem acarretado despesa e é por aí que devem poupar. Por aí é que devem poupar!

Acabem, por exemplo, com a SAUDAÇOR e talvez poupem alguma coisa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às dez para as sete.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 06 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: A Mesa, de momento, não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta recomendação que o Bloco de Esquerda nos traz a esta câmara, da nossa parte, da parte da Representação Parlamentar do PPM, pode V. Exa., Senhora Deputada Zuraida Soares, contar com o nosso apoio, na medida em que consideramos que as matérias que estão aqui elencadas na parte resolutiva, nomeadamente, “o transporte não urgente de utentes que seja instrumental à realização das prestações de saúde no âmbito do Serviço Regional de Saúde seja isento de encargos para o utente quando a situação clínica o justifique, designadamente no caso de necessidade de tratamentos prolongados ou continuados em estabelecimentos ou serviços do Serviço Regional de Saúde e em outras entidades com convenção ou acordo com o Serviço Regional de Saúde”, consideramos que esta sua recomendação se justifica.

“O aumento o número de convenções com unidades de alojamento no continente português e as ilhas com hospital”, consideramos que existe aqui com certeza uma margem de produção e subscrevemos esta preocupação por parte do Bloco de Esquerda e também em relação ao aumento do valor do apoio diário ao acompanhante e ao doente deslocado.

Portanto, nesse sentido, tendo em conta que concordamos com os objetivos que se encontram aqui descritos, são objetivos simples, mas são objetivos que

correspondem de facto a necessidades do nosso sistema, o PPM irá acompanhar

V. Exa. nesta matéria e irá votar favoravelmente a sua iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos no ponto quatro da Agenda: **Petição n.º 32/X – “Elevação da freguesia do Porto Judeu a Vila”**, apresentada por Olivério de Melo da Rocha, na qualidade de primeiro subscritor.

Rege esta matéria o artigo 192.º do Regimento. Cada Grupo e Representação Parlamentar pode usar da palavra uma única vez por um tempo máximo de 10 minutos.

Para apresentar o relatório tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes, da Comissão de Política Geral.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO PÚBLICA “PARA ELEVACÃO DA FREGUESIA DE PORTO JUDEU A VILA”.

Angra do Heroísmo, 08 de março de 2016

INTRODUÇÃO

A Comissão Permanente de Política Geral reuniu, no dia 08 de março, para apreciação e relato sobre a Petição Pública n.º 32/X - “Elevação da Freguesia de Porto Judeu a Vila”.

A Petição, reunindo 334 assinaturas e tendo como 1.º subscritor o Senhor Olivério de Melo da Rocha, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 10 de novembro de 2014.

Em reunião da Comissão de Política Geral, realizada em 02 de dezembro de 2014, foi aprovada, por unanimidade, a sua admissibilidade.

Na mesma reunião foi deliberado, por unanimidade, ouvir presencialmente o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Judeu e o 1.º subscritor da Petição. Foi ainda deliberado, solicitar parecer escrito ao Conselho de Ilha da ilha Terceira.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da

República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 63/93, de 1 de março e n.º 15/2003, de 14 de junho.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento e do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na alínea ii) do artigo 1.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 23/2012 de 20 de novembro, a matéria objeto da iniciativa é da competência da Comissão de Política Geral.

CAPÍTULO II

APRECIACÃO NA GENERALIDADE E NA ESPECIALIDADE

A Petição em análise surge como forma de requerimento à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que a freguesia de Porto Judeu seja elevada à categoria de Vila.

Os peticionários fundamentam o referido pedido na História da Freguesia de Porto Judeu e num conjunto de outros motivos invocados na Petição como aspetos patrimoniais, culturais, económicos e sociais.

Ainda segundo os peticionários, a proposta de elevação de Porto Judeu à categoria de Vila, cumpre o estipulado nos artigos 1.º e 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A de 13 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho.

Na sequência da deliberação da Comissão, no dia 27 de janeiro de 2015, na

Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo, compareceu à reunião com a Comissão de Política Geral, o Senhor Olivério Rocha, primeiro subscritor da petição n.º 32/X – “Elevação da Freguesia de Porto Judeu a Vila”.

Convidado pelo Presidente da Comissão a apresentar os fundamentos da referida petição, o senhor Olivério Rocha apresentou os seguintes argumentos:

- Fundamentalmente, trata-se do renascer de uma história da Vila que já estava esquecida.
- Lamentou que o Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A de 24 de junho, que elevou as freguesias de Água de Pau, das Capelas, da Praia, de São Sebastião e do Topo ao estatuto de Vila, não tenha contemplado a freguesia de Porto Judeu. No fundo teria sido recuperar um estatuto que aquela freguesia já teve.
- Foi em Porto Judeu que desembarcaram os primeiros povoadores da ilha Terceira. Aí edificaram o primeiro templo religioso, a Ermida de Santana.
- Porto Judeu foi elevada a Vila por volta do ano 1500. Ficou geograficamente delimitada a nascente pela capitania de Angra, a Sul pela Aldeia de Porto Judeu (com uma igreja de 1470), a Norte pelas Terras do Porto da Cruz (hoje Biscoitos) e a poente por uma igreja (na Ribeirinha) que era uma espécie de capela da igreja de Santana. Mais tarde apareceram as freguesias de Feteira, Ribeirinha e São Sebastião.
- No reinado de D. Manuel I fizeram-se muitas reformas e houve lugar à elevação de muitas Vilas e Cidades. Nesse tempo houve também a elevação de São Sebastião a Vila (em 1502) e Porto Judeu fica como sede do Concelho. Contudo, a carta régia de 14 de março de 1503 vem revogar o estatuto de Porto Judeu.

- Apesar disso, pelo que o passado comprova, Porto Judeu é a freguesia-mãe de São Sebastião, Feteira e Ribeirinha.
- Quanto ao presente, Porto Judeu é uma freguesia dotada de muitas e importantes infraestruturas, como o porto de pescas, uma superfície comercial de média dimensão (Supermercado GUARITA), muitas atividades económicas, várias empresas do ramo do comércio, restauração e hotelaria e diversos serviços públicos. Tem também uma agropecuária importante. A cultura da bananeira possui peso económico interessante. O parque industrial do Porto Judeu, na Achada, é o maior de Angra. Tem vários armazéns, oficinas e uma unidade de serragem de pedra e granito. Tem empresas de panificação. Tem enormes potencialidades na área do Turismo. Realiza diversos eventos desportivos e musicais (como, por exemplo, o COFIT). Tem boas zonas balneares e uma paisagem deslumbrante. Tem importância em termos históricos, as plantações de bananeiras estão instaladas em antigos campos de batalhas. É uma freguesia com elevada produção cultural, contando com a atividade de algumas Coletividades como a Sociedade Recreativa “Brianda Pereira”, a Associação Cultural do Porto Judeu e a Casa do Povo.

Tem boa gastronomia. Um rico património religioso, constituído por Igrejas, Ermidas, Capelas e Impérios do Divino Espírito Santo. Mas também um edificado histórico constituído por Solares, como a “Casa da Quinta” e a “Casa da Salga”. Do Património natural há a destacar o Algar do Carvão, e os Ilhéus das Cabras. Tem grande ligação com a Tauromaquia. Aqui estão sedeadas duas importantes ganadarias da Ilha, a de “José Albino Fernandes” e a ganadaria “Baldaia”. Tem quatro Clubes Desportivos. A Casa do Povo do Porto Judeu tem grande atividade cultural. Tem um Pavilhão Multiusos. Existem vários serviços públicos

como CTT, RIAC, Consultório médico e de enfermagem, Centro de Convívio, Creche, ATL e Rede de Amas. Tem uma Escola frequentada por cerca de 600 alunos.

Feita a exposição, o Deputado Félix Rodrigues interveio para confirmar a grande atividade cultural da freguesia de Porto Judeu e afirmar que era legítimo que fosse de novo considerada a possibilidade de elevação a Vila, lamentando o engano do Rei D. Manuel I.

A Deputada Zuraida Soares interveio felicitando os peticionários, reconhecendo o entusiasmo do Senhor Olivério Rocha na sua apresentação e ao descrever a sua freguesia e questionou-o sobre há quanto tempo ele trabalhava nesta causa e que tipo de obstáculos tinha até agora encontrado.

O senhor Olivério Rocha informou que trilha este caminho desde o ano de 2007. Como principais obstáculos sinalizou as questões relacionadas com o saneamento e com o Ambiente e ainda a falta de consciencialização dos locais para o valor patrimonial e histórico das “riquezas” da freguesia.

Esclareceu que ao longo dos últimos anos aprofundou muitos assuntos históricos e teve um longo período de reflexão.

Após tomar conhecimento do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A de 13 de julho, verificou que a freguesia de Porto Judeu obedecia aos critérios para que pudesse ser elevada a Vila. Acrescentou que foi fazendo a divulgação dessa ideia através do *Facebook*, nomeadamente da parte histórica.

Em outubro de 2010, aquando de uma palestra proferida pela Dra. Teresa Valadão, referiu ter-lhe colocado esta questão e que ela havia confirmado que Porto Judeu já havia sido Vila e que reunia todos os critérios para o ser.

Referiu que depois mobilizou algumas colaborações para organizar a petição, tendo toda a freguesia o acompanhado nesta petição.

O Deputado António Ventura enalteceu a iniciativa e lembrou que existem critérios legislativos muito objetivos que neste caso têm de ser reconhecidos e confirmados.

Questionou o senhor Olivério Rocha se este teria encontrado algum tipo de resistência dos cidadãos aquando da recolha das assinaturas.

O senhor Olivério Rocha respondeu que aos poucos o movimento foi ganhando adeptos de modo espontâneo e sublinhou que o Presidente da Junta de Freguesia era um dos subscritores desta petição e que ele próprio tinha ajudado muito na sua divulgação.

A Deputada Cláudia Cardoso também começou por elogiar a iniciativa e reconheceu que se trata de uma freguesia da ilha e do Concelho de Angra muito dinâmica em termos culturais e desportivos, integrando diversas Instituições e Associações.

Quanto à questão histórica afirmou não pretender entrar nessa discussão, pois disse ter já ouvido serem levantadas várias dúvidas.

Quanto à proposta em causa na petição referiu a necessidade de se ser objetivo, nomeadamente quanto ao cumprimento dos critérios legislativos.

Questionou no entanto o senhor Olivério Rocha sobre o que este considerava ser a principal vantagem para a população e para a freguesia da elevação a Vila.

O senhor Olivério Rocha respondeu que a vantagem era a dignidade do Porto Judeu e devolver-lhe um título que já teve. É um estatuto que dá prestígio às freguesias e que só enriquece a Região Autónoma dos Açores. É, também, uma espécie de reposição de justiça pelo facto de esta freguesia ter ficado fora do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho, em que algumas freguesias foram elevadas ao estatuto de Vila.

Ainda no dia 27 de janeiro a Comissão ouviu o senhor João Carlos Tavares, Presidente da Junta de Freguesia do Porto Judeu, o qual confirmou que a

petição resulta de uma manifesta vontade popular que se gerou na freguesia, muito incentivada pelo senhor Olivério Rocha.

A Junta de Freguesia aderiu a esse movimento, reconhecendo a mais-valia dessa ideia.

A adesão formal da Junta de Freguesia foi votada por unanimidade na Assembleia de Freguesia.

Informou que a DROAP já tinha solicitado elementos à Junta de Freguesia, não só históricos mas também sobre a realidade atual da Freguesia.

O Deputado José San-Bento interveio para questionar sobre um aspeto muito particular. No artigo 2.º da legislação enquadradora desta matéria é referido “... freguesias que tenham sido sede do Concelho...” e questionou o autarca se alguma vez a freguesia de Porto Judeu havia sido sede do Concelho.

O Presidente da Junta de Freguesia respondeu que atendendo ao contexto histórico considera que se Porto Judeu foi elevado a Vila é porque seria também sede do Concelho. A perda desse estatuto poderá ter sido devida a interesses económicos da época.

Por fim, renovou o seu interesse formal e pessoal na iniciativa e que não avançaria com informação histórica ou de outra natureza pois tinha a garantia de que o primeiro subscritor da petição o deveria ter feito com muito pormenor e entusiasmo.

Tendo em vista a verificação do cumprimento do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A, de 13 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho, a Comissão, em 3 de dezembro de 2014, havia deliberado solicitar ao Governo Regional informação complementar, a qual foi remetida à Comissão, tendo dado entrada na Assembleia Legislativa Regional em 18 de junho de 2015 e que está anexa ao presente Relatório e dele faz parte integrante.

De acordo com a deliberação da Comissão em solicitar parecer escrito ao

Conselho de Ilha da ilha Terceira, a 8 de abril de 2015 foi o mesmo recebido na Assembleia Legislativa Regional, sendo favorável ao proposto pelos peticionários. O Parecer está anexo ao presente relatório e dele faz parte integrante.

Embora não solicitado, a 06 de janeiro de 2015 deu entrada na ALRAA o Parecer da Associação Agrícola da Ilha Terceira, que “não vê qualquer inconveniente na pretensão da petição”.

Entretanto, em 11 de fevereiro de 2015 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Projeto de Decreto Legislativo Regional cujo objeto é a elevação à categoria de Vila, da freguesia de Porto Judeu. O Projeto foi subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS/Açores, do PSD/Açores e do CDS-PP/Açores e pelas Representações Parlamentares do BE/Açores, do PCP/Açores e do PPM.

Após a entrada do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 45/X - “Eleva a freguesia de Porto Judeu à categoria de vila”, a Comissão deliberou por unanimidade analisar em conjunto as duas iniciativas que visavam o mesmo objetivo (a Petição e o Projeto de DLR), bem como aguardar pela informação solicitada ao Governo Regional, a qual, como já foi referido, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional em 18 de junho de 2015.

Na reunião da Comissão, realizada em 21 de julho de 2015, na ilha das Flores, a Comissão procedeu à apreciação das iniciativas em causa. Analisados os dados e persistindo dúvidas, quer quanto ao cumprimento dos requisitos do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A de 13 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho, quer quanto à fundamentação histórica, a Comissão entendeu recolher a opinião dos vários partidos no sentido de serem apresentadas propostas de nomes de Historiadores a quem pudesse ser solicitado parecer sobre a questão em análise.

Tendo sido aprovados os nomes de dois credenciados Historiadores, os

Professores Doutores Artur Teodoro de Matos e António Manuel Hespanha, foi-lhes solicitado o seu Parecer, que estão em anexo ao presente Relatório e que dele fazem parte integrante.

Face à decisão dos partidos subscritores em retirar o Projeto de Decreto Legislativo Regional que visa a elevação da freguesia de Porto Judeu à categoria de Vila, a Comissão decidiu proceder ao encerramento da análise da Petição.

Nesse sentido, na reunião da Comissão realizada em 8 de março de 2016, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo, a proposta de relatório sobre a Petição n.º 32/X – “Elevação da freguesia de Porto Judeu a Vila”, foi apreciada.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 32/X – “Elevação da Freguesia de Porto Judeu a Vila”, a Comissão de Política Geral aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

- 1 – A Petição, que propõe a elevação da freguesia de Porto Judeu à categoria de Vila, foi subscrita por 334 cidadãos e tem como primeiro subscritor o Senhor Olivério de Melo de Rocha. Foi apoiada institucionalmente pelos órgãos autárquicos da Freguesia de Porto Judeu, bem como por diversas Coletividades da Freguesia e mereceu o parecer favorável do Conselho de Ilha da ilha Terceira.
- 2 - Segundo os peticionários, a iniciativa fundamenta-se historicamente na Carta Régia de D. Manuel I, de 12 de fevereiro de 1502, “pela qual foi feita vila com nome de S. Sebastião, a aldeia do Porto do Judeu na ilha Terceira”.

- 3 - Segundo os peticionários, a iniciativa fundamenta-se ainda no facto da freguesia de Porto Judeu possuir um conjunto de equipamentos e instituições nos domínios cultural, económico, social e patrimonial que justificam a sua elevação a Vila.
- 4 – Tendo surgido dúvidas quanto ao cumprimento dos requisitos legais que, na Região, enquadram a matéria de elevação de Freguesias ao estatuto de Vilas, a Comissão, face aos elementos informativos recebidos, concluiu que as dúvidas se mantinham e que não estavam cumpridos todos os requisitos constantes do art.º1.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A de 13 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho.
- 5- Face também às dúvidas que persistiam sobre a fundamentação histórica da elevação de Porto Judeu a Vila, pela Carta Régia de D. Manuel I, de 12 de fevereiro de 1502, e sobre a sua relação com a Carta Régia de D. Manuel I, de 23 de março de 1503 “pela qual foi elevado a vila com o nome de S. Sebastião o lugar da Ribeira de frei João, na ilha Terceira...ficando de nenhum efeito a carta de 12 de fevereiro de 1502, que tinha elevado a vila com o dito nome o lugar do Porto do Judeu”, a Comissão recebeu o contributo de dois credenciados historiadores.

O Professor Doutor Teodoro de Matos considera que “em nosso entender a carta régia que fez do Porto do Judeu vila, com nome de S. Sebastião, com a consequente criação de concelho e eleição dos respetivos oficiais não terá tido execução...” e “do ponto de vista histórico não nos parece que o Porto Judeu tenha chegado a constituir-se cabeça do concelho de S. Sebastião, já que a carta de 1502 não teria tido execução, mas sim a de 1503.”

O Professor Doutor António Hespanha considera no seu parecer que na nova carta, de 1503, “dizem-se coisas que parecem exageradas e até lesivas do prestígio do rei. Diz-se, nomeadamente, que o rei, ao criar o concelho em Porto

do Judeu, não estava tão bem informado como agora. E, aludindo a esta falta de informação – ou má qualidade da informação, invoca-se tacitamente uma nulidade da primeira carta por erro, justificando que o rei volte atrás com a sua palavra...” Com isso, “o rei não se preocupa apenas em afastar eventuais reclamações de Angra. Trata também de possíveis reações de Porto do Judeu, perante a revogação dos direitos de cabeça de concelho que lhe tinham sido concedidos em 1502. Para evitar isso, o rei tenta atacar a fonte desses direitos, ou seja, a carta de 1502, como sendo nula e, portanto, incapaz de gerar quaisquer direitos. Deste ponto de vista, o concelho de S. Sebastião/Porto do Judeu não teria cessado de existir. Ele nunca teria existido.” E adianta que “hoje não sabemos se a validade de atos dos oficiais de Porto do Judeu, ínterim entre fevereiro de 1502 e março de 1503, foi efetivamente reclamada. Mas não se pode duvidar de que, se a questão chegasse a um tribunal, seria decidida pelo direito no sentido de que o concelho existira, que os seus oficiais tinham tido jurisdição e que os atos praticados por eles eram válidos. Neste sentido, a carta de 1503 estabelece algo que o direito não poderia ratificar. Mas percebemos a razão porque o faz.”

6 – Face ao conteúdo dos Pareceres, conclui-se pela persistência das dúvidas quanto ao cumprimento do requisito constante do art.º 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/81/A de 13 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 29/2003/A, de 24 de junho.

7 - Considerando que a Petição foi subscrita por 334 cidadãos, a mesma deverá ser apreciada em reunião do Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea) do n.º 1 do artigo 192.º do respetivo Regimento.

Angra do Heroísmo, 08 de março de 2015

O Relator: Cláudio Lopes

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Jorge Costa Pereira

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Agradeço que se inscrevam.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, sabemos que nas Petições só se podem inscrever uma vez, mas a verdade é que têm que se inscrever.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não têm, não!

(Pausa)

Presidente: Sr. Deputado António Parreira tem a palavra.

(*) **Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, felicitar os peticionários que subscreveram esta Petição. Em democracia é sempre saudável esta como outras iniciativas.

Relativamente à Petição em análise, pese embora eu não tenha participado nos trabalhos da Comissão de Política Geral, importa esclarecer alguns aspetos.

A Petição deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 10 de novembro de 2014, tendo sido aprovada por unanimidade a sua admissibilidade em reunião da Comissão de 2 de dezembro do mesmo ano.

Na mesma reunião foi deliberado por unanimidade ouvir presencialmente o primeiro subscritor da Petição, Sr. Olivério Rocha, e o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Judeu, Sr. João Tavares.

Foi ainda deliberado solicitar parecer por escrito ao Conselho de Ilha da Ilha Terceira.

Embora não solicitado, a 6 de janeiro de 2015, deu ainda entrada na Assembleia Legislativa Regional um parecer da Associação Agrícola da Ilha Terceira.

Na sequência da deliberação da Comissão do dia 27 de janeiro de 2015, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Angra do Heroísmo, o primeiro subscritor ouvido em Comissão alegou que no reinado de D. Manuel I houve a elevação de São Sebastião a Vila em 1502 e o Porto Judeu ficou como sede de Concelho. No entanto reconheceu que a Carta Régia de 14 de março de 1503 veio revogar o Estatuto de Porto Judeu.

O Presidente de Junta de Freguesia questionado se alguma vez a freguesia do Porto Judeu havia sido sede de Concelho, o mesmo respondeu que “considerando o contexto histórico, se o Porto Judeu foi elevado a Vila é porque seria também sede de Concelho” e que a perda desse estatuto poderá ter sido devido ao interesse económico daquela época.

Tendo em vista a verificação do cumprimento do DLR n.º 14/81/A, de 13 de julho, alterado pelo DLR n.º 29/2003/A, de 24 de junho, a Comissão, em 3 de dezembro de 2014, havia deliberado solicitar ao Governo Regional informação complementar.

A Comissão reunida em 21 de julho de 2015, na Ilha das Flores, apreciadas as iniciativas e analisados os dados, concluiu pela persistência das dúvidas quer quanto ao cumprimento dos requisitos do DLR n.º 14/81/A, de 13 de julho, alterado pelo DLR n.º 29/2003/A, de 24 de junho, quer quanto à fundamentação histórica.

A 11 de fevereiro de 2015, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional um Projeto de Decreto Legislativo Regional cujo objeto é a elevação de categoria a Vila a freguesia de Porto Judeu, que foi subscrito pelos Grupos Parlamentares do PS, do PSD, do CDS-PP e pelas Representações Parlamentares do BE, do PCP e do PPM.

Com estes fundamentos a Comissão decidiu solicitar a opinião dos vários partidos para que fossem apresentadas propostas de nomes de historiadores a quem pudesse ser solicitado o parecer sobre a proposta em análise.

Foram aprovados os nomes dos credenciados historiadores, os Professores Doutores Artur Teodoro de Matos e António Manuel Hespanha.

Recebidos os contributos dos referidos historiadores conclui-se que persistem as dúvidas quanto ao cumprimento do requisito constante do artigo 2.º do DLR n.º 14/81/A, de 13 de julho, alterado pelo DLR n.º 29/2003/A, de 24 de julho.

A persistência das dúvidas fundamenta-se com o parecer do Professor Doutor Artur Teodoro de Matos que, e cito, “em nosso entender, a Carta Régia que fez do Porto Judeu Vila com o nome de São Sebastião, com a conseqüente criação do Concelho e eleição dos respetivos oficiais, não terá sido execução. E do ponto de vista histórico não nos parece que o Porto Judeu tenha chegado a constituir-se cabeça do Concelho de São Sebastião, já que a Carta de 1502 não teria tido execução mas sim a de 1503”, fim de citação.

O Professor Doutor António Hespanha, no seu parecer, considera que na nova Carta de 1503, dizem-se coisas que parecem exageradas e até lesivas ao prestígio do Rei. Diz, nomeadamente, que “o Rei ao criar o concelho em Porto Judeu não estava tão bem informado como agora” e aludindo a esta falta e informação ou má qualidade de informação, invoca-se tacitamente “uma unidade da primeira Carta por erro”, justificando que o Rei volta atrás com a sua palavra.

O Rei considera a Carta 1502 como sendo nula e, portanto, incapaz de gerar quaisquer direitos.

Assim, o Concelho de São Sebastião de Porto Judeu não teria cessado a existir, “ela nunca teria existido”.

Atendendo à anuência de serem solicitados pareceres aos credenciados historiadores atrás referidos, que no seu conjunto levantam dúvidas quanto ao cumprimento dos requisitos legais, e face à decisão dos partidos subscritores em retirar o Projeto de Decreto Legislativo Regional que visava a elevação da freguesia de Porto Judeu à categoria de Vila, a Comissão decidiu proceder ao encerramento da análise da Petição.

Da análise e apreciação das iniciativas tomadas pela Comissão de Política Geral e dos pareceres recebidos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que existem dúvidas quanto ao cumprimento dos requisitos legais e na Região enquadra matéria de elevação de freguesias ao estatuto de vilas e que não estão cumpridos todos os requisitos constantes do artigo 2.º do DLR n.º 14/81/A, de 13 de julho, alterado pelo DLR n.º 29/2003/A, de 24 de julho.

Considerando a fundamentação do histórico existente sobre a elevação da freguesia de Porto Judeu a vila, nomeadamente pela Carta Régia de D. Manuel I, de 12 fevereiro de 1502, e relacionando-a com uma Carta Régia de D. Manuel I do dia 23 de março de 1503, onde persistem os preceitos legais para o objeto em causa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista está disponível para avançar com o processo de elevação da freguesia do Porto Judeu a Vila, mas é fundamental para que isso aconteça, não existam dúvidas do ponto de vista legal e histórico.

As diligências que a Comissão fez não permitiram dissipar essas dúvidas e por isso esse processo fica para já interrompido, mas não encerrado.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Deputado Berto Messias (PS): Vá lá, Sra. Deputada Zuraida Soares!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Fazendo a vontade à solicitação do Sr. Deputado Berto Messias aqui estou eu para falar desta Petição e saudar desde logo os peticionários e peticionárias que deram, no fundo, corpo a um consenso generalizado e alargado que existe na comunidade desta freguesia de Porto Judeu.

Como se não bastasse uma resolução aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia a ela se juntam também o acordo de diversas entidades, de diversa natureza, que fazem parte de coletividades, que fazem parte desta mesma comunidade.

Ou seja, há toda a uma comunidade que requer a esta Assembleia que aprove a elevação da freguesia de Porto Judeu a Vila.

Uma vez analisados os pareceres que foram pedidos em sede de Comissão de Política Geral, e também uma vez que a proposta, a iniciativa legislativa que daria cumprimento, seguimento e resposta à solicitação destes peticionários e peticionárias foi subscrita por todos os partidos deste Parlamento, e portanto também do Bloco de Esquerda, foi entendimento generalizado desses mesmos partidos que os pareceres pedidos não davam uma resposta cabal, digamos que absolutamente clara e acima de qualquer dúvida, sobre a justeza mas fundamentalmente sobre a fundamentação dos peticionários para que a freguesia de Porto Judeu fosse elevada a Vila.

Há dúvidas, não há certezas.

Portanto, quando existem dúvidas e não existem certezas nesta matéria como em outras, Sras. e Srs. Deputados, resta uma coisa que é a vontade política. E a vontade política poderá ser de todos os partidos desta Casa, de um ou de dois.

Sabemos agora pela voz do Sr. Deputado que falou em nome da bancada do Partido Socialista, que o Partido Socialista está disponível para reanalisar uma proposta no sentido de elevar a freguesia de Porto Judeu a Vila, uma vez, digamos, postas de lado e clarificadas as dúvidas que neste momento existem.

Ora muito bem, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, caros peticionários e peticionárias desta Petição, o Bloco de Esquerda assumiu em sede de Comissão de Política Geral um compromisso, e fê-lo com toda a lealdade perante os seus pares e perante os outros partidos que tinham subscrito a proposta anterior, de que apresentaria até ao final desta legislatura uma proposta legislativa que dê resposta e cumpra o desidrato pretendido por estes peticionários.

Posso anunciar a esta câmara que o Bloco de Esquerda fá-lo-á até ao final desta sessão legislativa. Não é preciso tanto tempo como o final da legislatura.

Volto a frisar que a vontade política é absolutamente essencial para dar resposta a esta Petição, uma vez que não nos podemos agarrar, digamos assim, a nenhum tipo de parecer que de uma forma clara diga que Porto Judeu já foi Vila, mas também é certo que os mesmos pareceres não dizem de uma forma clara e inequívoca que não foi. Ficam no meio caminho e quando se está no meio caminho, é o que eu digo, vem a vontade política.

O Bloco de Esquerda tem vontade de dar resposta a esta comunidade. Não há nenhuma razão para não o fazermos até porque isto não custa um euro ao erário público. Nada! É apenas, digamos, uma resposta dada por esta Casa a um pedido de maior dignidade para uma comunidade, que é passar de freguesia a vila.

Portanto, o Bloco de Esquerda trará a esta Casa novamente essa proposta e uma vez que o Partido Socialista está na disposição de o fazer também, pois esperamos que possa subscrever a proposta que vamos apresentar e mais uma vez lá iremos todos ver se conseguimos, com a vontade política coletiva deste Parlamento, dar resposta aos peticionários e peticionárias, trabalhar e fazer aquilo que tivermos que fazer para que Porto Judeu passe a ser Vila.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve, porque de facto a maioria das coisas já aqui foram ditas, para enaltecer esta iniciativa e saudar os peticionários.

De facto, é normal, é natural, é saudável que os cidadãos queiram elevar as suas comunidades, as suas localidades e que queiram engrandecê-las.

O Porto Judeu, de facto, é uma freguesia notável, cheia de vida, de coletividades, de atividade, de cultura, de desporto e surgiu esta Petição que manifesta uma vontade popular, que foi assinada e apoiada por todas as forças políticas ao nível da Assembleia de Freguesia.

De facto, o que se verificou foi que é preciso que haja um conjunto de condições reunidas para que possa haver a elevação da freguesia a vila.

De momento essas condições ainda não existiram. Portanto, não há razão nenhuma para que os partidos, e neste caso o PSD, tenham algo ou o que quer que seja a opor a esta pretensão popular e no momento em que essas condições estiverem reunidas e existirem, cá estaremos para nos pronunciar, para analisarmos e para tomarmos as posições devidas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para saudar os peticionários pelo exercício de cidadania e de defesa das suas convicções requerendo ao legislador, por via da Petição, para que se diligencie no sentido de elevar a freguesia de Porto Judeu a Vila.

Justificaram os peticionários a elevação de Vila, da freguesia Porto Judeu, aduzindo argumentos relativos à história, ao dinamismo, ao aumento populacional, à diversidade da atividade económica existente, à produção cultural e ação no âmbito social, tendo consciência que a elevação da Vila reconhece o seu passado histórico e significa a justa valorização da Vila recuperando um estatuto que aquela freguesia já teve.

A 27 de setembro de 2014 a Assembleia de Freguesia de Porto Judeu aprovou, por unanimidade, um voto de recomendação para que fosse requerido à Assembleia Legislativa a elevação da localidade a Vila.

Como já foi aqui dito, a elevação a Vila não implica qualquer alteração de natureza administrativa ou representação política. É, no entanto, um título honorífico que faz justiça ao passado da localidade no âmbito da história da Ilha Terceira e um reconhecimento pelo prestígio alcançado ao longo dos tempos.

Trata-se de um processo semelhante a outros que ocorreram nos últimos anos e que levaram à elevação de São Sebastião e das Lajes a Vila.

Esta é uma pretensão das forças vivas da freguesia.

Também já foi aqui mencionado que no decorrer dos trabalhos parlamentares chegou a ser apresentada uma iniciativa subscrita por todos os partidos, que entretanto surgiram dúvidas e que como tal foi retirada essa iniciativa.

Pelo exposto, também o que acontece é que neste momento apenas avaliamos a Petição que deu entrada na Assembleia em novembro de 2014.

Estamos cientes da importância que este estatuto de Vila poderia ter para os residentes de Porto Judeu e para a ilha Terceira. Esperemos que a curto prazo essas pretensões das forças vivas de Porto Judeu possam vir a concretizar-se.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Neste tipo de situações o PPM age sempre com enorme sentido de responsabilidade.

Acompanhámos as restantes forças políticas em relação a uma iniciativa que ia ao encontro do que os peticionários nos estavam a solicitar e durante o processo foram levantadas uma série de questões complexas que exigiram e que continuam a exigir um estudo mais profundo e uma análise mais pormenorizada.

Seja como for, o que quero aqui dizer em relação a esta matéria, até pelo precedente que pode abrir na análise de outro tipo de situações que possam vir a surgir, é que na nossa perspetiva o tempo correto para que esta questão seja analisada e devidamente decidida não é num período pré-eleitoral.

Não queremos transformar esta questão num trunfo pré-eleitoral.

Portanto, nesse sentido, o PPM considera que este processo deve ser reaberto, novamente analisado. Estamos sempre disponíveis, mas o melhor período não é o período que antecede as eleições.

Estas questões têm que ser analisadas com muita justiça, com muito rigor e não num contexto em que se vive uma situação política pré-eleitoral e em que as decisões possam vir a não ser totalmente objetivas.

Portanto, nesse sentido estamos disponíveis sim, depois das eleições de outubro de 2016.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Saudar esta iniciativa popular, o exercício da cidadania e sobretudo esta em particular, porque visa, digamos, a defesa de uma freguesia, da identidade daquela gente e sobretudo a ambição de querer mais para a sua terra, desde logo, que adquira o título de Vila, mas julgo que está associada a esta Petição uma outra ambição, o querer mais desenvolvimento para a sua terra, melhores condições para as suas populações.

Relativamente à Petição não vou adiantar muito mais. Digamos que quem me antecedeu foi fazendo o histórico.

Dizer o seguinte: apesar dos percalços que esta Petição e que este processo tem tido, julgo que é perfeitamente possível, passados estes percalços, ultrapassados, satisfazer a vontade dos peticionários.

Aliás, já foi aqui manifestado por outros partidos essa intenção e por parte da Representação Parlamentar do PCP também irá certamente. Independentemente de estarmos em período pré-eleitoral ou não, a verdade é que este processo já é um processo antigo.

Portanto, não se trata tanto aqui de ver quem é que retira dividendos eleitorais. Trata-se, sim, de dar uma resposta ainda a tempo, ainda durante esta legislatura, a um processo que já corre e já tramita nesta Assembleia há muito tempo.

Ultrapassados os percalços, demonstrando vontade política, iremos certamente dar o nosso apoio a esta iniciativa que já aqui foi anunciada sem nenhum preconceito pré-eleitoral.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Terminámos assim o ponto 4 da nossa Agenda.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos interromper os nossos trabalhos. Regressamos amanhã às 10H00.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 46 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Luís Maurício Mendonça Santos

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

José António Vieira da Silva Contente

(*) Texto não revisto pelo Orador

Documentos entrados

1 – Propostas de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho:

Assunto: Criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE, [COM (2016)53]+[SWD (2016)27] e [SWD (2016)28] – n.º 235/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 05;

Assunto: Altera, no que diz respeito a determinadas datas, o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros, o Regulamento (UE) n.º 596/2014 relativo ao abuso de mercador e o Regulamento (UE) n.º 909/2014 relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Valores Mobiliários, [COM (2016)57] – n.º 236/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 06;

Assunto: Altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros, no que diz respeito a determinadas datas, [COM (2016)56]– n.º 237/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 06;

Assunto: Estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE e que altera os Regulamentos (CE) n.º 1069/2009 e (CE) n.º 1107/2009 [COM (2016) 157] + SWD (2016) 65 - n.º 238/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 22;

Assunto: Altera a Diretiva 96/71/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 1996, relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços [COM (2016) 128 + SWD (2016) 52 e SWD (2016) 53 - n.º 239/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 17;

Assunto: Relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais na

navegação interior e que revoga as Diretivas 96/50/CE e 91/672/CEE do Conselho [COM (2016)82]+ SWD (2016)35 e SWD (2016) 36. – n.º 243/X

Proveniência: 4.ª Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 31

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 22.

2 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Que assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) n.º 1169/2011, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, relativo à prestação de informação aos consumidores dos géneros alimentares, e do Regulamento de Execução (UE) n.º 1337/2013, da Comissão, de 13 de dezembro, no que respeita à indicação da origem ou local de proveniência da carne fresca, refrigerada e congelada de suíno, ovino, caprino e de aves de capoeira, e transpõe a Diretiva n.º 2011/97/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro - MAFDR - (Reg. DL 71/2016) – n.º 217/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 03 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 07;

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016 - MF - (Reg. DL 101/2016) – n.º 218/X

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 04.

3 – Projetos de Lei:

Assunto: 12.^a alteração ao Estatuto dos Deputados – n.º 240/X - n.º 141/XIII/1.^a (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18;

Assunto: Altera o Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos (8.^a alteração à Lei n.º 64/93, de 26 de agosto – n.º 241/X - n.º 142/XIII/1.^a (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18;

Assunto: Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores – n.º 244X - n.º 147/XIII/1.^a (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 21;

Assunto: Reforça as regras de transparência e rigor no exercício de cargos políticos e altos cargos públicos e de controlo dos acréscimos patrimoniais injustificados - n.º 245/X - n.º 150/XIII/1.^a (PS)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18;

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados e o Regime de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos - n.º 246/X - n.º 152/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18;

Assunto: Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o Regime de Exclusividade dos Deputados à Assembleia da República - n.º 247/X - n.º 153/XIII/1.ª (BE)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18;

Assunto: Regime de classificação e proteção de lojas e entidades com interesse histórico e cultural - n.º 248/X - n.º 155/XIII/1.ª (PS)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 26 (Querendo emitir parecer).

4 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Visa o reforço dos meios e competências da Autoridade para as Condições de Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção](#) – n.º 242/X - n.º 194/XIII/1.ª (PCP)

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 18.

6 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Condiciona o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais.](#) – n.º 64/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 04;

Assunto: [Proíbe o cultivo, importação e comercialização de organismos geneticamente modificados vegetais](#) – n.º 65/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2016 – 05 – 04.

7 – Propostas de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Cria o Comissariado dos Açores para a Infância](#) – n.º 68/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2016 – 04 – 29;

Assunto: [Regime Jurídico da primeira venda de pescado fresco na Região Autónoma dos Açores](#) – n.º 69/X

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 31

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2016 – 05 – 02;

8 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional que tome as medidas necessárias para assegurar a gratuidade dos manuais escolares no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico e o seu alargamento progressivo a todos os ciclos de ensino que compõem a escolaridade obrigatória na Região Autónoma dos Açores](#) – n.º 156/X

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2016 – 04 – 04

Com pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão.

9 – Propostas de Resolução:

Assunto: [Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015](#) - n.º 15/X

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data Limite de Parecer: 30 dias após o parecer do Tribunal de Contas.

Assunto: [1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2016](#) – n.º 16/X

Proveniência: Mesa da ALRAA

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente Trabalho

Data Limite de Parecer: 2016 – 04 – 11.

10 – Petições:

Assunto: "Maria Eugénia", Barco-Escola dos Açores – n.º 46/X

Proveniência: Carlos de Bulhão Pato – Associação para a Defesa do Património Marítimo dos Açores

Data de Entrada: 2016 – 03 – 15

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Atualização da Remuneração Complementar – n.º 47/X

Proveniência: Sintap Açores, Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Comissão: Economia

Aguarda Admissibilidade.

11 – Requerimentos:

Assunto: [Clube Náutico das Lajes do Pico](#)

Autor: Cláudio Lopes (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 18

Referência: 54.03.06 – N.º 538/X;

Assunto: [Serviços públicos regionais no concelho da Povoação](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 22

Referência: 54.03.02 – N.º 539/X;

Assunto: [Porto do Topo](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23

Referência: 54.04.05 – N.º 540/X;

Assunto: [Evacuação aeromédica em S. Jorge](#)

Autores: Bruno Belo e António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23

Referência: 54.03.05 – N.º 541/X;

Assunto: [Edital n.º 7/2015 de 30 de outubro de 2015](#)

Autora: Zuraida Soares (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23

Referência: 54.06.00 – N.º 542/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha das Flores](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.08 – N.º 543/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de Santa Maria](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.01 – N.º 544X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.02 – N.º 545/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Faial](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.02 – N.º 546/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Terceira](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.03 – N.º 547/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha Graciosa](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.04 – N.º 548/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de S. Jorge](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.05 – N.º 549/X;

Assunto: [Monitorização e Avaliação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha do Pico](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.07.06 – N.º 550/X;

Assunto: [Solicitação de cópia dos cadernos de encargos referentes aos fornecimentos das refeições escolares](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Referência: 54.07.00 – N.º 551/X;

Assunto: [Reabertura plena das Termas do Carapacho](#)

Autores: João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28

Referência: 54.03.04 – N.º 552/X;

Assunto: [Abertura do concurso público para a adjudicação da empreitada de "Reconstituição e Adaptação de Edifício a Ecomuseu - Museu do Tempo"](#)

Autor: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 29

Referência: 54.07.09 – N.º 553/X;

Assunto: [Costa da Urzelina](#)

Autor: Aníbal Pires (PCP)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 29

Referência: 54.04.05 – N.º 554/X;

Assunto: [Obras na Ribeira do Salto da Inglesa](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 31

Referência: 54.06.02 – N.º 555/X;

Assunto: [Produção integrada e agricultura biológica sem incentivos e sem estratégia](#)

Autores: Bruno Belo, Luís Garcia, Luís Rendeiro, Renato Cordeiro, Cláudio Lopes, António Pedroso, João Costa e Paulo Parece (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01

Referência: 54.03.00 – N.º 556/X;

Assunto: [Demoras nos apoios à eletrificação de salas de ordenha no Faial](#)

Autores: Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 06

Referência: 54.03.07 – N.º 557/X;

Assunto: [Máquina multibanco do Aeródromo de São Jorge](#)

Autor: António Pedroso (PSD)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 07

Referência: 54.03.05 – N.º 558/X.

12 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Radar Meteorológico na ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.01.03 – N.º 499/X;

Assunto: [Ligações aéreas para a ilha Graciosa no Verão Iata 2016](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24

Referência: 54.03.04 – N.º 519/X;

Assunto: [Gateway do Pico real ou virtual?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 03 – 29

Referência: 54.03.06 – N.º 393/X;

Assunto: [Listas de espera nos voos da SATA com destino ou origem na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2016 – 04 – 04

Referência: 54.07.09 – N. ° 490X.

13 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção da carta recebida a 11 do corrente, a qual mereceu a melhor atenção

Proveniência: O Chefe da Casa Civil, Assembleia da República

Data de Entrada: 2016 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a comunicar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 3/2016 – Estabelece o regime que enquadra a responsabilidade financeira da Região na prestação de cuidados aos utentes do serviço nacional de saúde pelo serviço regional de saúde e consagra o princípio da reciprocidade.

Proveniência: O Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Representante da República para a RAA, António de Almeida da Costa Coelho

Data de Entrada: 2016 – 03 – 21

Assunto: Ofício a enviar a listagem com os elementos que integram o Conselho de Ilha

Proveniência: O Presidente do Conselho de Ilha do Corvo, José Manuel Alves da Silva

Data de Entrada: 2016 – 03 – 21;

Assunto: Email a remeter o Relatório n.º 3/2016 - Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2016-2020

Proveniência: Conselho de Finanças Regionais

Data de Entrada: 2016 – 03 – 22;

Assunto: Ofício a transmitir que o Governo Regional pretende nomear o Senhor Doutor Rui Duarte Gonçalves Luís, para a presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.

Proveniência: O Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2016 – 03 – 22;

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Prazo de 20 dias

Assunto: Ofício a transmitir que o Governo Regional pretende nomear a Senhora Doutora Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves, para a presidência do Conselho de Administração da Saudaçor - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, SA.

Proveniência: O Presidente do Governo Regional dos Açores

Data de Entrada: 2016 – 03 – 22;

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Prazo de 20 dias;

Assunto: Ofício com pedido de perguntas e respostas escritas direcionadas ao Governo Regional, nomeadamente à Presidência do Governo e Vice-Presidência do Governo, Empresa Pública Portos dos Açores nos termos dos n.ºs 1 e 2 do Artigo 182.º do Regimento da ALRAA

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 23;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer os Votos de Congratulação -

Pelo prémio da sua carreira e pela atribuição do prémio literário Vergílio Ferreira 2016 o qual dirige aos Senhores Deputados Regionais umas breves palavras de gratidão e de profunda alegria e honra com que o distinguiram em termos tão calorosos

Proveniência: João Manuel de Melo Pacheco

Data de Entrada: 2016 – 03 – 24;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio da Resolução n.º 5/2016 – “Pronúncia sobre a fiscalização marítima na RAA”

Proveniência: A Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Rita Faden

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Congratulação - Pela Proposta de Orçamento de Estado para 2016

Proveniência: Pl`A Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Adjunta, Patrícia de Melo Castro

Data de Entrada: 2016 – 03 – 28;

Assunto: Ofício a enviar a substituição dos requerimentos n.ºs 543 a 550/X

Proveniência: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 30;

Assunto: Ofício a enviar Relatório de Fiscalização 2015 – “Regime jurídico da venda e consumo de bebidas alcoólicas - Decreto Legislativo Regional n.º 14/2008/A, de 11 de junho”

Proveniência: A Chefe de Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Rafaela Seabra Teixeira

Data de Entrada: 2016 – 03 – 31;

Assunto: Ofício a pedir respostas escritas direcionadas ao Governo Regional dos Açores, nomeadamente, à Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo n.º 182.º do Regimento da ALRA

Proveniência: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2016 – 03 – 31;

Assunto: Ofício a enviar o Relatório de Atividades - Provedor do Utente da Saúde

Proveniência: A Chefe de Gabinete da Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, Rafaela Seabra Teixeira

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01;

Assunto: Interpelação ao Governo Regional sobre a Educação

Proveniência: Artur Lima (CDS-PP)

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a agradecer o envio do Voto de Congratulação "25.º Aniversário do Agrupamento de Escuteiros de São Vicente Ferreira"

Proveniência: O Secretário da Cúria da Diocese de Angra, Hugo Duarte

Data de Entrada: 2016 – 04 – 04;

Assunto: Ofício a remeter a Redação Final do Parecer do Conselho de Opinião da RTP SA - Relatório e Contas 2015

Proveniência: Dr. José Lourenço, Representante da Região no Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05;

Assunto: Ofício a remeter documentos analisados na reunião plenária do Conselho de Opinião da RTP, SA - Relatório e Contas 2015, Provedor do Telespectador Relatório de Atividade 2015, Relatório de Atividade Provedor do Ouvinte 2016, Contrato de Concessão e Distribuição Internacional da RTP3 e da RTP-Açores e RTP-Madeira

Proveniência: Dr. José Lourenço, Representante da Região no Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05;

Assunto: Ofício a remeter a Redação Final do Parecer do Conselho de Opinião da RTP SA - Relatório e Contas 2015

Proveniência: Dr. José Lourenço, Representante da Região no Conselho Opinião Rádio e Televisão Portugal

Data de Entrada: 2016 – 04 – 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio do Voto de Pesar - Pelo falecimento do Professor Doutor Ivo Nunes

Proveniência: O Chefe de Gabinete da Assembleia Legislativa da RAA da Madeira, Valério Gonçalves

Data de Entrada: 2016 – 04 – 07.

14 – Relatórios:

Assunto: [Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à utilização da faixa de frequência de 470-790 Mhz na União \[COM\(2016\)43\] e \[SWD\(2016\)20\]](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2016 – 03 – 17;

Assunto: [Petição Pública “Para Elevação da Freguesia de Porto Judeu a Vila”](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2016 – 03 – 21;

Assunto: [Audição da Dr.^a Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves, indigitada para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Saudaçor – Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S.A..](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01;

Assunto: [Audição do Dr. Rui Duarte Gonçalves Luís, indigitado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R..](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2016 – 04 – 01;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação e à fiscalização do mercado dos veículos a motor e seus reboques e dos sistemas, componentes e unidades técnicas destinados a esses veículos, \[COM\(2016\)31\] + \[SWD \[2016\)9\] e \[SWD\[2016\)10\].](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 21;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 62/X - Determina a aquisição de um navio com capacidade de transporte de passageiros, veículos e](#)

[carga, para estabelecimento de uma ligação marítima regular, anual, entre as ilhas de São Miguel e Santa Maria](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 03 – 30;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Lei - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016](#) - MF - (Reg. DL 101/2016).

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 04;

Assunto: [Petição n.º 41/X - “Segurança no transporte coletivo de crianças nos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 04;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 135/X – Melhoria do transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as Ilhas do Grupo Central](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 06;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho – Estabelece regras relativas à disponibilização no mercado de produtos fertilizantes com a marcação CE e que altera os Regulamentos \(CE\) n.º 1069/2009 e \(CE\) n.º 1107/2009 \[COM \(2016\) 157\] + SWD \(2016\) 65 - n.º 238-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 06;

Assunto: [Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à criação de um mecanismo de intercâmbio de informações sobre acordos intergovernamentais e instrumentos não vinculativos entre Estados-Membros e países terceiros no domínio da energia e que revoga a Decisão n.º 994/2012/UE, \[COM \(2016\)53\]+\[SWD \(2016\)27\] e \[SWD \(2016\)28\]. – n.º 235-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 06;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho - Relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás e que revoga o Regulamento \(UE\) n.º 994/2010, \[COM\(2016\)52\] + SWD\(2016\)25\] e \[SWD\(2016\)26\]. - n.º – 234-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho – Altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros, no que diz respeito a determinadas datas. \[COM \(2016\)56\]. - n.º – 237-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08;

Assunto: [Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho - Altera, no que diz respeito a determinadas datas, o Regulamento \(UE\) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros, o Regulamento \(UE\) n.º 596/2014 relativo ao abuso de mercado e o Regulamento \(UE\) n.º 909/2014 relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Valores Mobiliários, \[COM \(2016\)57\]. - n.º – 238-AR](#)

Proveniência: SubComissão de Economia

Data de Entrada: 2016 – 04 – 08.

15 – Diários:

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 123, 124, 125, 126, 127 e 128.

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.ºs 129, 130 e 131.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco